



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

TESE

**ARTICULAÇÃO POLÍTICA E MEDIAÇÃO LOCAL: A TRAJETÓRIA
DE WASHINGTON REIS EM DUQUE DE CAXIAS E A FORMAÇÃO
DE LIDERANÇAS NA BAIXADA FLUMINENSE**

ANDREZ WESCLEY MACHADO

2026



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**ARTICULAÇÃO POLÍTICA E MEDIAÇÃO LOCAL: A TRAJETÓRIA
DE WASHINGTON REIS EM DUQUE DE CAXIAS E A FORMAÇÃO
DE LIDERANÇAS NA BAIXADA FLUMINENSE**

ANDREZ WESCLEY MACHADO

Sob a Orientação da Professora

Mayra Goulart da Silva

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de **Doutor em Ciências Sociais**.

Orientadora: Profa. Dra. Mayra Goulart da Silva.

Seropédica, RJ
Agosto de 2026

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M149a Machado, Andrez Wescley, 1980-
Articulação política e mediação local: a trajetória
de Washington Reis em Duque de Caxias e a formação de
lideranças na Baixada Fluminense. / Andrez Wescley
Machado. - Seropédica, 2026.
126 f.

Orientadora: Mayra da Silva Goulart.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais - Doutorado (PPGCS/UFRRJ), 2026.

1. Hegemonia política. 2. Mediação política. 3.
Duque de Caxias (RJ) – Política e governo. 4.
Clientelismo. 5. Baixada Fluminense (RJ). I. Goulart,
Mayra da Silva, 1985-, orient. II Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais - Doutorado (PPGCS/UFRRJ) III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTOS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

ANDREZ WESCLEY MACHADO

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências, no
Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, área de Concentração em Ciências Sociais.

TESE APROVADA EM 28 DE AGOSTO, DE 2026.

Banca examinadora:



Documento assinado digitalmente

MAYRA GOULART DA SILVA

Data: 08/09/2026 15:22:05-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profª. Dra. Mayra Goulart da Silva, UFRRJ



Documento assinado digitalmente

FRANCISCO JOSUE MEDEIROS DE FREITAS

Data: 14/09/2026 19:09:37-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Francisco Josué Medeiros de Freitas, UFRRJ



Documento assinado digitalmente

FABRICIO ROBERTO COSTA OLIVEIRA

Data: 08/09/2026 08:59:01-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Fabricio Roberto Costa Oliveira, UFV



Documento assinado digitalmente

PAULO GRACINO DE SOUZA JUNIOR

Data: 08/09/2026 14:41:38-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Paulo Gracino de Souza Junior, UNB



Documento assinado digitalmente

THEOFILO CODEÇO MACHADO RODRIGUES

Data: 14/09/2026 23:56:19-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Theófilo Codeço Machado Rodrigues, UCAM

DEDICATÓRIA

Dedico

Esta tese a todos os filhos e filhas da classe trabalhadora. Dedico àqueles que precisam superar diversas barreiras para fugir do caminho que nos é esperado. Dedico àqueles que estão no transporte coletivo lutando por um salário mínimo; àqueles que aprendem a calcular cada segundo da vida para fazê-lo caber dentro do tempo e do salário; àqueles que precisam construir o seu lazer no meio do caos; àqueles que lutam para livrar os filhos do tráfico, da contravenção e das diversas alternativas ilícitas de sobrevivência.

Para mim, a frase dos Racionais MC's sempre fez muito sentido: “Será instinto ou consciência viver entre o sonho ou a merda da sobrevivência?”. Essa conquista faz parte de um sonho. Entretanto, a trajetória é marcada pela luta pela sobrevivência, aquela que nos obriga, a todo momento, a provar que somos dignos de estar onde estamos. A luta por morar minimamente de forma decente, por ter o mínimo de acesso à cultura e, no meio disso tudo, dar conta dos diversos novos códigos que estruturam a universidade pública.

Por isso, esta tese não é apenas uma conquista individual.

Ela carrega as marcas de todos aqueles que caminharam antes de mim, daqueles que caminham ao meu lado e daqueles que ainda estão tentando encontrar uma passagem através do abismo que separa o mundo do trabalhador do mundo da universidade.

Que cada trabalhador que sonha com a universidade encontre forças para atravessar suas próprias barreiras. Que nenhum destino seja aceito como inevitável. E que possamos romper, uma a uma, as correntes que aprisionam não apenas nossos corpos, mas também a nossa consciência de classe.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, à minha mãe, Sandra, e à minha tia, Imaculada, que, desde o início desta caminhada, estiveram ao meu lado e me ajudaram a superar as dificuldades; à minha filha, Luiza, pela compreensão e pelo apoio nos momentos em que precisei me ausentar parcialmente para me dedicar às tarefas do doutorado; e à minha companheira, Maria Clara, que esteve ao meu lado nos momentos decisivos, ajudando-me a administrar as milhares de tarefas que se desenvolviam paralelamente ao doutorado e tornando minha caminhada mais leve.

Aos meus amigos, Paulo Gracino, Andrea Sacco e Natanael Firmino, que, ao longo desta trajetória, acreditaram no meu potencial e, cada um à sua maneira, desempenharam um papel fundamental para que eu chegasse até aqui. Cada um esteve presente de uma forma particular, oferecendo apoio, incentivo e, sobretudo, amizade.

À minha orientadora, Mayra Goulart, por todo o apoio, incentivo e compreensão ao longo desta caminhada.

À minha amiga Astrid Sarmento, que foi fundamental no processo de revisão e contribuiu de maneira decisiva para o aprimoramento deste trabalho; ao meu amigo Johnny, cuja ajuda na pesquisa sobre Duque de Caxias foi fundamental para o desenvolvimento desta tese; e ao meu amigo Artur, pelo auxílio na busca e indicação de bibliografia sobre a Baixada Fluminense, contribuindo para o aprofundamento da pesquisa e para a compreensão das particularidades da região que constitui o objeto deste trabalho.

Aos professores Francisco Josué, Fabricio Roberto, Paulo Gracino e Theófilo, por aceitarem fazer parte da banca e, sobretudo, por dedicarem tempo, leitura e atenção a este trabalho. Agradeço pelas críticas, sugestões e pelo diálogo, que certamente contribuirão para que esta tese siga amadurecendo.

Agradeço, ainda, a todos os funcionários da Universidade, aqui representados por Laeste Lima, sempre solícito e disposto a me ajudar a superar as demandas burocráticas do curso.

A todos vocês, meu sincero agradecimento.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

MACHADO, Andrez Wesceley. **Articulação política e mediação local: a trajetória de Washington Reis em Duque de Caxias e a formação de lideranças na Baixada Fluminense**. 2026. 128 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2026.

Esta tese tem como objetivo central analisar a consolidação e a resiliência da hegemonia política de Washington Reis e de seu grupo familiar no município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. A pesquisa busca compreender como essa liderança modernizou as estruturas de poder tradicionais, superando antigos líderes locais, resistindo a crises judiciais e expandindo o seu domínio territorial ao longo das últimas duas décadas. Para compreender esse fenômeno, mobilizamos conceitos interdisciplinares: a formação do território fraturado pelo “cubismo social” (Enders, 2015) e alicerçado na violência estrutural; o papel do “político-mediador” (Kuschnir, 2005) nas periferias metropolitanas; e a reinterpretação analítica do clientelismo contemporâneo (Arnaud e Marques, 2021) como mecanismo de individualização de direitos. Na dimensão discursiva, a tese apropria-se do aparato conceitual de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe através de noções como “articulação hegemônica”, “cadeias de equivalência” e “significante vazio”, separando seu projeto normativo de democracia radical para utilizá-los analiticamente na decodificação de um projeto hegemônico conservador. Do ponto de vista metodológico, o trabalho adota uma abordagem mista. A dimensão quantitativa consiste no mapeamento da evolução territorial dos votos nas eleições majoritárias de 2004, 2016 e 2020 (via dados do TSE/Politique), evidenciando a geografia do poder por meio da distribuição de benefícios. Já a dimensão qualitativa lança mão da análise das performances e estratégias de comunicação política nas plataformas digitais nos perfis oficiais de Reis no Instagram e Facebook, dissecando os rituais de campanha permanente e a plataformização de seu discurso. Os resultados demonstram que a Família Reis operou uma profissionalização da elite local, estruturando uma máquina que une a materialidade brutal do uso do Estado (a estética do “prefeito trator”) a um cimento ideológico conservador (a figura do “gestor cristão”), amplamente amparado pelo repertório religioso e blindado institucionalmente pelo MDB. Conclui-se que a resiliência dessa hegemonia reside na radicalização da mediação. Ao articular a entrega de infraestrutura à provisão de estabilidade moral e religiosa, a liderança esvaziou a política ideológica tradicional. O nome “Reis” converteu-se, assim, em um significante vazio hegemônico, pois absorveu tantas demandas sociais em um território historicamente negligenciado que transcendeu a condição de mero administrador para assumir o lugar do próprio Estado no imaginário coletivo caxiense.

Palavras-chave: Hegemonia, Mediação política, Duque de Caxias

ABSTRACT

MACHADO, Andrez Wesley. **Political articulation and local mediation: the trajectory of Washington Reis in Duque de Caxias and the formation of leadership in Baixada Fluminense**. 2026. 128 f. Dissertation (Doctorate in Social Sciences) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Graduate Program in Social Sciences, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2026.

The central objective of this dissertation is to analyze the consolidation and resilience of the political hegemony of Washington Reis and his family group in the municipality of Duque de Caxias, in the Baixada Fluminense region. The research seeks to understand how this leadership has modernized traditional power structures, supplanting former local leaders, weathering legal crises, and expanding its territorial dominance over the past two decades. To understand this phenomenon, we draw on interdisciplinary concepts: the formation of a territory fractured by “social cubism” (Enders, 2015) and underpinned by structural violence; the role of the “political mediator” (Kuschnir, 2005) in metropolitan peripheries; and the analytical reinterpretation of contemporary clientelism (Arnaud and Marques, 2021) as a mechanism for the individualization of rights. On the discursive level, the thesis draws upon the conceptual framework of Ernesto Laclau and Chantal Mouffe through notions such as “hegemonic articulation,” “chains of equivalence,” and “empty signifier,” setting aside their normative project of radical democracy to use these concepts analytically in decoding a conservative hegemonic project. From a methodological standpoint, the study adopts a mixed-methods approach. The quantitative dimension consists of mapping the territorial evolution of votes in the 2004, 2016, and 2020 majority-vote elections (using data from TSE/Politique), highlighting the geography of power through the distribution of benefits. The qualitative dimension, on the other hand, employs digital ethnography to analyze Reis’s official Instagram and Facebook profiles, dissecting the rituals of his perpetual campaign and the platformization of his discourse. The results show that the Reis family professionalized the local elite, building a political machine that combines the brutal materiality of state power (the “bulldozer mayor” aesthetic) with a conservative ideological foundation (the figure of the “Christian administrator”), widely supported by religious rhetoric and institutionally shielded by the MDB. It can be concluded that the resilience of this hegemony lies in the radicalization of mediation. By linking the delivery of infrastructure to the provision of moral and religious stability, the leadership has hollowed out traditional ideological politics. The name “Reis” has thus become a hegemonic empty signifier, as it has absorbed so many social demands in a historically neglected territory that it has transcended the role of a mere administrator to take the place of the State itself in the collective imagination of Caxias.

Keywords: Hegemony, Political mediation, Duque de Caxias.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I – DEMOCRACIA EM “RÉDEAS CURTAS”: Histórico da Formação Geopolítica na Cidade de Duque de Caxias	8
1.1 Duque de Caxias da Guanabara: desenvolvimento, emancipação e seu destaque político na integração de municípios da Baixada Fluminense.	11
1.2 Capa preta e Lurdinha: A breve democracia pós Estado Novo e a política dos anos de chumbo.....	17
1.3 Pós-Ditadura e Retorno das Eleições Diretas (1985–2024): o surgimento dos novos líderes.....	22
1.4 Herança política e o cenário para emergência de Washington Reis	31
CAPÍTULO II – TERRITÓRIO, VOTO E BASES SOCIAIS	34
2.1 Washington Reis: trajetória política como via de acesso à articulação hegemônica	36
2.2 Hegemonia territorial e reconfiguração do poder local em Duque de Caxias	39
2.3 Redes políticas locais, mediação institucional e produção de consenso.....	46
2.4 Religião, política e articulação hegemônica: o papel das redes evangélicas	51
2.5 Estabilidade política e a consolidação do discurso	55
CAPÍTULO III – MEDIAÇÃO, DISCURSO E INSTITUCIONALIZAÇÃO: A Engenharia do Poder de Washington Reis em Duque de Caxias	59
3.1 A máquina Partidária e as trocas assimétricas	65
3.2 Mediação e Materialidade do Poder	74
3.3 O “Gestor Cristão”.....	87
3.4 A Lógica Hegemônica: O Nome “Reis” e o Significante Vazio	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
Referências Bibliográficas.....	112

INTRODUÇÃO

A compreensão das democracias contemporâneas, especialmente em países de modernização periférica como o Brasil, exige um olhar atento para as margens das grandes metrópoles, onde o Estado de Direito frequentemente falha em se materializar como um provedor universal e impessoal de garantias. Nesses territórios urbanos, marcados pela urgência da sobrevivência e pela aguda precariedade infraestrutural, a dinâmica política afasta-se dos embates puramente ideológicos e transforma-se em uma negociação contínua pelo acesso a recursos básicos de cidadania. A redemocratização do país não eliminou as profundas assimetrias históricas que estruturam essas relações de poder local. Pelo contrário, exigiu que as práticas tradicionais de dominação se reinventassem e se sofisticassem. É justamente nas fraturas deixadas pela negligência institucional que emergem lideranças capazes de traduzir o abandono social em capital político duradouro, forjando máquinas eleitorais complexas que entrelaçam o clientelismo histórico às mais eficientes estratégias de comunicação e mobilização de afetos.

Nesse sentido, a Baixada Fluminense e o município de Duque de Caxias, em particular, não podem ser compreendidos apenas como um espaço geográfico contíguo à capital fluminense, uma vez que se trata de uma região que possui características históricas específicas que desenham contornos políticos únicos. A Baixada deve ser analisada como um território forjado historicamente pela ausência de políticas públicas universais, pela rápida e desordenada urbanização e pela intensa especulação imobiliária. A transição de uma economia agrário-exportadora decadente para uma imensa periferia metropolitana não trouxe consigo a infraestrutura equânime do Estado, resultando em um cenário de profunda fratura e segregação. Para apreender essa contradição estrutural, a noção de "cubismo social", mobilizada por Enders (2015), torna-se fundamental: ela descreve a coexistência tensional entre a expressiva riqueza gerada por grandes polos industriais instalados na região — como a Fábrica Nacional de Motores (FNM) e a Refinaria de Duque de Caxias (REDUC) — e a extrema precariedade, o abandono e a aleatoriedade das favelas e loteamentos proletários ao seu redor.

Nesse vácuo institucional deixado por um Estado seletivo, a manutenção da ordem e o controle do território não se deram de forma pacífica ou impessoal. Como demonstra a análise sócio-histórica de José Cláudio Souza Alves (2003), a precariedade urbana não gerou um mero vazio de poder, mas criou as condições ideais para que o clientelismo e a violência se consolidassem como engrenagens estruturantes da política local. A violência na Baixada não representa um sintoma episódico de desordem ou a barbárie de uma sociedade à margem da

civilização, mas atua como uma tecnologia de controle social historicamente validada e inscrita na construção do poder. Trata-se de uma estratégia sistemática utilizada pelas elites e por forças paraestatais para garantir hegemonias eleitorais, regular o mercado de terras e silenciar movimentos sociais ou oposições.

É exatamente na urgência gerada por essa desigualdade socioespacial que emerge e ganha protagonismo a figura do “político-mediador”. Apoiando-se na antropologia da política de Karina Kuschnir (2005), compreende-se que o espaço urbano das metrópoles é dividido por uma espécie de “organização moral” e por “mapas de prestígio” profundamente desiguais, nos quais as populações dos bairros periféricos e estigmatizados enfrentam imensas barreiras de acesso. Nesse contexto, o eleitorado desassistido passa a depender estruturalmente de um ator capaz de transitar, física e simbolicamente, entre as rígidas fronteiras da cidade. O político-mediador atua como um tradutor e uma ponte, operando uma interferência criativa para estabelecer a comunicação vital entre as carências da cultura periférica e as esferas burocráticas e inacessíveis do poder público.

Em Duque de Caxias, contudo, essa mediação assumiu contornos históricos muito peculiares ao fundir o assistencialismo provedor à coerção explícita, dinâmica personificada em lideranças de apelo populista como Tenório Cavalcanti. Foi sobre esse terreno complexo, cimentado pelo uso instrumental da letalidade, pela necessidade inadiável de mediação cotidiana e pelas contradições do “cubismo social”, que se assentaram as fundações da cultura política caxiense, preparando o cenário para a emergência, a adaptação e a radicalização das máquinas hegemônicas contemporâneas que constituem o objeto central desta tese.

É neste intrincado cenário de carências históricas e disputas territoriais que emerge o objeto central desta pesquisa: a figura de Washington Reis e a consolidação de sua dinastia política. Reis surge na história de Duque de Caxias não apenas como mais um prefeito em uma sucessão eleitoral, mas como o herdeiro e o grande modernizador da tradição do “político-mediador” local. Como aponta Bernardo Bispo Santos (2019), em uma região onde o Estado frequentemente se omite em sua forma universal, a máquina pública se unifica em uma imagem e se condiciona na figura do próprio político, que instrumentaliza o acesso à cidadania como uma ferramenta de poder e se torna um autêntico “referencial institucional” para a população desassistida. Washington Reis compreendeu e sofisticou essa dinâmica territorial, substituindo

o antigo mandonismo¹ armado concentrado na figura de lideranças anteriores por uma máquina político-administrativa altamente capilarizada e midiaticizada.

Diferentemente de seus antecessores diretos — notadamente José Camilo Zito, que concentrou o carisma exclusivamente em si mesmo e acabou isolado —, Reis atuou como o construtor de um “clã” familiar resiliente e articulado. Apoiando-se nas formulações de Gonçalves, Paolino e Gouveia (2024), observaremos que a família Reis operou um verdadeiro processo de “profissionalização da elite local”. O grupo passou a funcionar como uma espécie de *holding* política, utilizando o capital familiar para alocar irmãos e sobrinhos estrategicamente em múltiplas esferas do Legislativo (municipal, estadual e federal) e do Executivo. Essa engenharia, ancorada na solidez do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e no uso estratégico do efeito *coattail* (no qual a força majoritária do líder atua como “puxadora” de votos para seus aliados), permitiu que o grupo formasse uma rede de substituição e apoio. Assim, o clã manteve sua influência intacta e continuou a expandir seu capital político territorial mesmo quando o próprio Washington enfrentou derrotas nas urnas ou graves impedimentos judiciais.

Diante da complexidade e da eficácia dessa engrenagem, a presente tese é orientada pelo seguinte problema de pesquisa: Como Washington Reis conseguiu consolidar uma hegemonia política tão resiliente, superando antigas lideranças, resistindo a crises judiciais e derrotas eleitorais, e expandindo seu domínio para além de seus redutos originais?

Responder a esta questão central exige ultrapassar as explicações baseadas apenas no carisma individual. A tese demonstrará que essa hegemonia inabalável foi construída pela interseção metódica entre o uso da máquina pública para a entrega de “benefícios concentrados” (a materialidade do “prefeito trator”), o capital familiar blindado pelo partido e a construção de um discurso moralizador próprio (o “gestor cristão”). É a articulação simultânea desses elementos que reconfigura o mapa de poder caxiense, permitindo que a liderança de Reis absorva as demandas pulverizadas da sociedade até converter o seu próprio nome na encarnação máxima e definitiva do Estado no município.

O argumento central que orienta esta tese postula que a hegemonia de Washington Reis e de seu grupo político está além de um fenômeno de mero carisma individual ou de clientelismo² fisiológico tradicional que sustenta-se fundamentalmente na radicalização da

¹ Segundo a revisão conceitual de Arnaud e Marques (2021), compreende-se que o mandonismo não constitui um sistema político em si, mas uma característica genérica e tradicional de dominação pessoal e arbitrária de um sujeito ou de uma oligarquia sobre uma população subordinada.

² Segundo a revisão conceitual de Arnaud e Marques (2021), o clientelismo caracteriza-se por possuir uma lógica de retroalimentação e interdependência cuja essência estruturante é a troca contínua de favores.

mediação. Defenderemos aqui que Reis operou uma engenharia política sofisticada ao unir a materialidade brutal da máquina pública — consubstanciada na estética do “prefeito trator” e na entrega estratégica de “benefícios concentrados” territoriais — ao cimento ideológico conservador, encarnado na figura do “gestor cristão”. Toda essa estrutura foi, por sua vez, institucionalmente pavimentada por uma sólida máquina partidária (o MDB) e pela articulação de seu capital familiar operando como uma verdadeira *holding* política.

Para compreender a eficácia dessa tríade, a pesquisa demonstra como as dimensões material e religiosa se retroalimentam no território. Em um cenário nacional e metropolitano marcado por uma acelerada transição demográfica e religiosa, o eleitorado evangélico demonstra uma forte predisposição para alinhar suas escolhas políticas aos valores da fé e à orientação de suas lideranças. No caso de Duque de Caxias, 40% da população se declara evangélica (IBGE, 2022). Nesse contexto, Reis apropria-se estrategicamente dos repertórios religiosos que unem ideias de trabalho e prosperidade, associando o sucesso material e a superação de adversidades ao exercício ativo da fé e à bênção divina. Ao envelopar a entrega pragmática de asfalto, saneamento e hospitais com o discurso de um “gestor temente a Deus”, ele atende às urgências infraestruturais de uma periferia precarizada, ao mesmo tempo em que oferece amparo moral e comunitário, neutralizando extremismos ideológicos através da valorização da estabilidade familiar.

O ápice dessa engenharia de poder, e o argumento conclusivo desta tese, é a constatação de que o sucesso extremo dessa mediação cotidiana converteu o nome “Reis” em um *significante vazio*. Apoiando-se na teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, a tese argumentará que a constituição de uma hegemonia ocorre quando um elemento particular assume uma função estruturadora universal dentro de um campo discursivo. Diante de uma multiplicidade de demandas sociais desarticuladas (significantes flutuantes) em um território fraturado pelo abandono estatal, Reis estabeleceu uma “cadeia de equivalências” ao usar a máquina em defesa de seus interesses. Ele conectou a reivindicação por obras físicas e o desejo de pertencimento, ampliando seu discurso e tornando-se o “ponto nodal” (*point de capiton*) que fixa parcialmente o sentido da política local.

Conforme define Daniel de Mendonça (2007), o significante vazio surge da confluência de múltiplos significados em um único discurso, a ponto de ele perder seu sentido particular original devido ao excesso de significações e expectativas incorporadas. A figura do líder caxiense inflou-se de tal maneira para abarcar as obras de grande impacto, a rede de mandatos da família, a máquina do MDB e a provisão religiosa que esvaziou a política ideológica

tradicional. A tese demonstrará, em suma, que ao radicalizar a sua mediação, a ponte entre o povo e o Estado fundiu-se ao próprio destino: o Estado, como instituição impessoal, desaparece, e a Família Reis assume o seu lugar no imaginário coletivo caxiense, operando como o receptáculo universal de ordem, fé e cidadania.

Para responder ao problema de pesquisa e compreender as engrenagens da hegemonia em Duque de Caxias, esta tese adota uma abordagem metodológica mista, que cruza dados quantitativos sobre o território com a análise qualitativa das performances e estratégias de comunicação política nas plataformas digitais. Na dimensão quantitativa, realizamos o mapeamento da evolução territorial dos votos obtidos por Washington Reis nas eleições municipais de 2004, 2016 e 2020 (via dados do TSE/Politique). A delimitação deste período justifica-se por contemplar os marcos de sua ascensão inicial ao Executivo (2004), o seu retorno resiliente após duas derrotas consecutivas (2016) e a consolidação de sua hegemonia eleitoral em primeiro turno (2020). Com base no referencial de Fabiano Soares Magdaleno (2008), esses dados eleitorais são cruzados com os índices de precariedade infraestrutural e acesso a saneamento básico dos quatro distritos de Duque de Caxias. Esse cruzamento demonstra empiricamente como o direcionamento de “benefícios concentrados” de infraestrutura urbana gerou “territórios dominados” e interdependência eleitoral, convertendo carência material em zonas de dominância eleitoral.

Na dimensão qualitativa, a pesquisa investiga o ecossistema plataformizado de Reis por meio de uma análise qualitativa das performances e estratégias discursivas nas redes sociais Facebook e Instagram. O corpus documental organiza-se a partir de postagens e interações coletadas durante os períodos eleitorais recortados, categorizadas de forma temática para mapear os eixos de sua imagem pública: a materialidade (o ‘prefeito trator’), a religiosidade (o ‘gestor cristão’) e o capital consanguíneo (o ‘clã familiar’). A análise estendeu-se, crucialmente, aos comentários e interações das postagens, na medida em que a consolidação de uma hegemonia discursiva e de um ‘significante vazio’ pressupõe a observação da recepção e do engajamento afetivo do eleitorado, revelando a constituição de identidades coletivas e laços de lealdade emocional nas praças públicas digitais.

Desta forma, para responder ao problema de pesquisa e desenvolver o argumento central aqui proposto, esta tese está estruturada em três capítulos principais, que progridem da formação histórica do território até a consagração hegemônica contemporânea nas plataformas digitais.

O Capítulo 1 reconstrói a formação geopolítica e histórica de Duque de Caxias, com o objetivo de demonstrar a gênese da cultura política local. A análise recua desde a emancipação no período do Estado Novo e avança até o surgimento das lideranças do período pós-redemocratização, evidenciando como a política caxiense foi estruturalmente alicerçada na simbiose entre o uso da violência, a precarização urbana e as práticas de assistencialismo. Este percurso estabelece o cenário que serve de base e para a consolidação histórica da figura do “político-mediador”, preparando o terreno para as lideranças contemporâneas.

O Capítulo 2 volta-se para a dimensão empírica da pesquisa, analisando detalhadamente a trajetória eleitoral de Washington Reis. Ao mapear a evolução e a territorialização dos votos nas eleições majoritárias entre 2004 e 2020, o capítulo comprova matematicamente a calculada expansão e o deslocamento geográfico do seu eixo de poder. Demonstra-se como a distribuição de benefícios e o avanço sobre áreas historicamente desassistidas permitiram a transição de uma força localizada em redutos de origem para uma dominação e hegemonia em escala municipal.

Por fim, o Capítulo 3 investiga a engenharia e a microfísica desse poder consolidado, adotando a análise qualitativa de performance de comunicação digital como principal lente metodológica. A partir da análise do novo ecossistema comunicacional, o capítulo dissectiona as ferramentas contemporâneas de manutenção da hegemonia do clã Reis: o uso clientelista da máquina pública transformado em espetáculo visual através das obras, o suporte contínuo da máquina partidária e familiar, e a adoção estratégica do discurso de “gestor cristão”. O trabalho culmina na demonstração teórica de como a articulação bem-sucedida dessas forças transformou o próprio nome “Reis” em um significante vazio hegemônico, assumindo o lugar do Estado no imaginário da população.

Empreender esta pesquisa sobre Duque de Caxias e a Baixada Fluminense transcende o mero exercício acadêmico; trata-se de um compromisso ético e pessoal com a compreensão de um território historicamente estigmatizado, frequentemente reduzido, pelo senso comum, a estereótipos. Ao longo deste trabalho, a intenção primordial nunca foi a de julgar moralmente o eleitor caxiense por suas escolhas nas urnas, mas sim desvendar a profunda racionalidade que opera por trás de sua lealdade. A marca que esperamos deixar com esta tese é a constatação de que não existe um “vazio” ou uma “falta de política” na periferia, mas uma engenharia de poder extremamente sofisticada, capaz de capturar a dor do abandono e transformá-la em capital eleitoral. Compreender a hegemonia da Família Reis não é apenas analisar o êxito de um grupo político, mas decifrar as engrenagens de sobrevivência, de fé e de dominação que estruturam uma das regiões mais complexas do país.

Neste sentido, a presente pesquisa não atua como um observador distante de uma máquina partidária, mas antes como uma testemunha da metamorfose de um Estado que, ao falhar sistematicamente em ser universal, se fez carne, asfalto e família. Que este estudo possa contribuir para desmistificar as engrenagens do clientelismo contemporâneo, revelando que, quando a cidadania é historicamente negada, a liderança que pavimenta o chão e invoca a proteção divina torna-se, inevitavelmente, o próprio horizonte do possível. A trajetória do “prefeito trator” e a consagração do seu clã como um significante vazio operam, em última instância, como um espelho das nossas mais profundas fraturas democráticas. É para o interior dessas fraturas, desvelando suas origens, seus números e seus discursos, que os próximos capítulos nos guiarão.

CAPÍTULO I

DEMOCRACIA EM “RÉDEAS CURTAS”: HISTÓRICO DA FORMAÇÃO GEOPOLÍTICA NA CIDADE DE DUQUE DE CAXIAS

Não é uma tarefa simples reconstruir a formação do campo político em Duque de Caxias, porque não é possível dar conta da totalidade deste universo. No entanto, sabe-se que é viável observar repetições que nos permitem formar categorias analíticas baseadas no comportamento dos atores políticos no curso da história do município. Deste modo, observa-se a formação de grupos políticos com práticas e saberes que lhes permitem transitar no território e estabelecer domínios, além da observância de relações de poder que conseguem consolidar critérios específicos para inserção de novos atores, principalmente aqueles legitimados pelo voto. Alguns exemplos, seriam: padrões de comportamento, formas de conexão com o povo, postura diante de adversidades, necessidade ou não de mediação, relação com adversários, entre outros.

Quando José Cláudio Alves analisa a violência na Baixada Fluminense não como um fenômeno episódico, mas como um elemento estruturante e contínuo da manutenção do poder político na região, ele traça um fio condutor que liga o poder discricionário dos antigos barões de terras às práticas contemporâneas dos grupos de extermínio, sugerindo que a eliminação física do "outro" é uma tecnologia de controle social e político historicamente validada (Alves, 2003). Essa dinâmica de poder fundamenta-se na simbiose entre o Estado e forças paraestatais, que usam a violência para garantir hegemonias eleitorais, regular o mercado de terras e silenciar movimentos sociais dissidentes. Dessa forma, segundo o autor, a política na Baixada é indissociável de um regime de letalidade que molda as trajetórias dos sujeitos, transformando o trauma e o extermínio em ferramentas de gestão territorial e de consolidação de lideranças que operam na zona cinzenta entre a legalidade e o crime organizado.

Essas estruturas não emergem de forma súbita, mas são desdobramentos de um processo histórico denso, marcado por conflitos que compõem os arranjos discursivos e sociais de Duque de Caxias. Neste sentido, a identidade da cidade é indissociável de figuras como Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque, popularmente conhecido como Tenório Cavalcanti, que, entre as décadas de 1930 e 1960, personificou a transição de um cenário de bandoleiros sertanejos e disputas de terras para uma cultura política de proteção e confronto. Cavalcanti valeu-se da violência e do assistencialismo como códigos determinantes em uma região que passava por voraz reincorporação privada e urbana, consolidando-se como um mito político em

meio à precariedade e à ausência de infraestrutura que caracterizavam o município então em formação (Alves, 2003; Braz; Almeida, 2019).

No entanto, as raízes desse poder remontam ao período colonial, quando a Baixada consolidou-se como um espaço de múltiplos interesses estratégicos. Desde o século XVI, a concessão de sesmarias e a instalação de engenhos de açúcar estabeleceram o domínio dos senhores de engenho, enquanto a Igreja, por meio das freguesias, atuava como braço administrativo e social, centralizando a vida dos habitantes. A importância da região foi amplificada pela descoberta do ouro nas Minas Gerais, transformando caminhos como o do Pilar e de Garcia Rodrigues Pais em rotas essenciais de escoamento. O governo do Rio de Janeiro e a Coroa Portuguesa exerciam um controle rigoroso sobre esses trajetos, tornando o território de Merity um ponto de passagem obrigatório e de vigilância fiscal, onde a posse da terra e o controle do trânsito definiram, secularmente, as hierarquias de poder que ainda ecoam na política regional (Braz; Almeida, 2019).

Alguns autores buscaram explicar a história dos municípios da Baixada desde as invasões ocorridas no Brasil Colônia, como Finguerut (2015), Abreu (1988) e outros. Porém, para essa abordagem, o ponto e a referência serão a partir dos anos 1930, quando se inicia o processo de urbanização da região que irá eclodir em uma avalanche populacional nas duas décadas seguintes. Esses fatores contribuirão para a reconfiguração política e administrativa da região, pois foi em 1943 que Duque de Caxias alcança sua autonomia, emancipando-se de Nova Iguaçu.

Este recorte temporal se mostra adequado pois é neste momento de autonomia política e administrativa que emergem questões que ajudam a compor o cenário político aqui analisado. Qual era a primeira configuração política do município recém-criado? Quais eram as características do grupo hegemônico, como ele se consolidou, quais eram os principais atores políticos? E quais eram as principais propostas que buscavam suprir a demanda de uma cidade repleta de pessoas vindas de diversas cidades do Brasil? Respondendo a essas questões torna-se possível reconstruir uma linha histórica que nos ajudará na compreensão das estruturas que balizam o cenário político posterior, marcado pela ditadura militar e, posteriormente, do enquadramento da cidade como área de segurança nacional.

A emancipação de Duque de Caxias, consolidada em 31 de dezembro de 1943 por intermédio do Decreto-Lei nº 1.055, representou a culminância de um processo de transição em que o antigo 8º distrito de Nova Iguaçu atingiu maturidade socioeconômica e densidade demográfica suficientes para a autonomia. Historicamente, o movimento ganhou força com o

Memorial de 1940, assinado por lideranças locais que denunciavam a prefeitura iguaçuana como uma "madrasta que de todos recebendo, a alguns tudo dando, a outros menos que merecem e aos últimos, nada fornecendo" (Silva, 2003, p. 31). Esse grupo, aliado à Associação Comercial, reivindicava autonomia frente ao surto industrial e migratório que contrastava com a desassistência pública. Contudo, a criação do município foi cooptada pela lógica do Estado Novo; sob Amaral Peixoto, a emancipação serviu como estratégia de controle central, resultando na nomeação de prefeitos-interventores externos entre 1944 e 1947. Tal prática frustrou elites locais que se viam como herdeiras do poder e consolidou uma cultura política de acomodação e resistência, exemplificada por figuras como Tenório Cavalcanti, em um território marcado pela urbanização desordenada e pela vigilância sobre a massa trabalhadora (Braz; Almeida, 2019).

Este processo de fundação sob o signo do autoritarismo e da nomeação, distante das demandas da população, estabeleceu os alicerces de uma cultura política peculiar. Ela seria caracterizada, nas décadas seguintes, pela tensão permanente entre a imposição de modelos de poder externos — primeiro do Estado Novo, depois da Ditadura Militar — e a lenta e complexa formação de uma elite política local, que aprenderia a navegar, resistir e se reproduzir dentro desses constrangimentos (Alves, 2003). Para compreender como essa dinâmica moldou as estruturas de dominação e os critérios de inserção política que perduram, é fundamental analisar em detalhe a configuração específica desde o primeiro grupo hegemônico pós-emancipação, descrevendo suas características, suas estratégias de consolidação e as propostas com as quais buscou governar uma cidade em explosão demográfica, inaugurando assim um padrão de relações entre Estado, elites e população que apresenta as balizas do curso da história política caxiense.

A estrutura deste capítulo organiza-se em quatro momentos analíticos sequenciais. Inicialmente, procede-se a uma apresentação sócio-histórica e geopolítica do município, examinando as condições de sua fundação, sua configuração territorial e seus traços estruturais distintivos. Em seguida, analisa-se a inserção da localidade na lógica centralizadora do Estado Novo, enfocando as especificidades do contexto nacional e a implantação de um modelo de gestão municipal baseado na nomeação de prefeitos, o que configurou um regime de cidadania regulada e restrita. A terceira parte dedica-se ao período da ditadura civil-militar, investigando as tensões no campo político local, as formas de reação e adaptação à intervenção autoritária do Estado, e as heranças institucionais e políticas então consolidadas. Por fim, aborda-se a transição para a ordem democrática, com o restabelecimento das eleições diretas para o

executivo municipal. Esta discussão é fundamental para compreender as etapas subsequentes, nas quais, mesmo sob um regime eleitoral competitivo, observa-se um notável continuísmo das elites no poder e a cristalização de rivalidades que estruturam uma divisão política duradoura no espaço urbano.

1.1 Duque de Caxias da Guanabara: desenvolvimento, emancipação e seu destaque político na integração de municípios da Baixada Fluminense.

A Baixada Fluminense configura-se como um objeto de estudo central para a sociologia política, na medida em que permite analisar a constituição de sujeitos em contextos de extrema tensão e disputa pelo poder. O estudo das trajetórias políticas na região revela como indivíduos, especialmente a população migrante e trabalhadora, forjaram estratégias de sobrevivência e resistência diante da ausência do poder público e da precariedade estrutural. Esse território possibilita investigar o fazer-se de uma classe e a construção de sentidos da experiência no tempo, onde a memória atua como ferramenta de coesão e salvaguarda de fatos em cenários de traumas históricos e relações de controle perpetuadas desde o período colonial (Alves, 2003).

Imagem 1 – Mapa da divisa territorial de Duque de Caxias



Fonte: Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

A formação socioespacial da Baixada, e de Duque de Caxias em particular, reflete um complexo processo de subalternização e funcionalidade estratégica em relação ao núcleo

metropolitano do Rio de Janeiro. Historicamente, a região atuou como entreposto vital para a capital, desde a consolidação dos "Caminhos do Ouro" no século XVIII até o escoamento da produção cafeeira no XIX, sofrendo um severo esvaziamento demográfico e econômico após o advento das ferrovias que priorizaram novos eixos de circulação. Conforme analisa Enders (2015), a alteração constitucional de 1834, que criou o Município Neutro e o separou da província, foi o marco que deu início a trajetos separados entre o metropolitano "carioca" e o provincial "fluminense", alimentando caricaturas recíprocas e uma clivagem política que relegou à Baixada a condição de periferia desassistida.

Conceitualmente, Baixada Fluminense é um termo amplo que abrange múltiplas definições geográficas, econômicas e políticas, sendo frequentemente associada à área de terras baixas entre a Serra do Mar e a Baía de Guanabara, o chamado Recôncavo Guanabará. Historicamente, o conceito evoluiu de uma região de bacias fluviais e caminhos estratégicos de escoamento de ouro e café para uma periferia urbana densamente povoada no entorno da capital. Esse espaço é marcado por um regime de historicidade no qual o presente é condicionado por uma urbanização incompleta e pela transformação de antigas áreas rurais e sesmarias em loteamentos proletários, processo impulsionado pela especulação imobiliária e pelas obras de saneamento iniciadas no século XX (Braz; Almeida, 2019).

Para dar conta do objeto proposto, nesta tese, o termo Baixada Fluminense se refere ao recorte estabelecido pelos historiadores Braz e Almeida (2019), que assim como o sociólogo Alves (2003), tiveram como referência os dados da Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREM). Este relatório, produzido em 1979, aglutinou os seguintes municípios como Unidades Urbanas Integradas a Oeste (UUIO): Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados, Mesquita e Japeri. Tal conjunto que surge da fragmentação da histórica Vila de Iguaçu é bem menor que a divisão que abrange quatorze municípios³, num critério adotado por outros autores. Entretanto, o aqui proposto nos fornece um recorte mais preciso, tendo em vista que esses municípios terão Caxias como referência, seja pelo comércio, serviços ou mesmo por seu papel político.

De acordo com Alves (2003), no transcurso do século XX, Duque de Caxias consolidou-se como o "lugar do trabalhador nacional", impulsionado por um projeto desenvolvimentista que instalou no município gigantes estatais como a Fábrica Nacional de Motores (FNM) e a

³ Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Mesquita, Queimados, Japeri, Magé, Guapimirim, Paracambi, Seropédica, Mangaratiba e Itaguaí.

Refinaria Duque de Caxias (REDUC), redefinindo o perfil da cidade de dormitório para polo petroquímico. Em 1953 o município contava com 133 fábricas, ao passo que sete anos depois ele já abrigava 206 indústrias, empregando 7.738 pessoas. Uma breve análise da evolução orçamentária nos anos próximos à emancipação revela a importância político-estratégica do município. Sua receita, por exemplo, teve um crescimento significativo: de Cr\$ 4.850.000,00 em 1948, saltou para Cr\$ 14.496.496,00 em 1952, posicionando-se como a quarta maior do estado. Apenas quatro anos depois, esse valor já havia quadruplicado, alcançando Cr\$ 65 milhões (ALVES, 2003, p. 66).

No entanto, o avanço na industrialização não foi acompanhado por uma distribuição equânime de infraestrutura, resultando em um território fragmentado no qual a elite comercial e política se encastelou em bairros planejados, enquanto a massa trabalhadora enfrentava a "desordem e o progresso" de loteamentos precários e pântanos saneados às pressas.

Apesar da explosão urbanizadora até aqui apresentada, os indicadores sociais de Duque de Caxias eram dos mais precários. Em 1950, o município possuía uma taxa de analfabetismo de 44,5% entre a população acima de 5 anos de idade. Em 1948, sua taxa de mortalidade infantil era de 235 por mil nascidos vivos. Em 1952, Duque de Caxias possuía apenas 32 km de ruas pavimentadas e 31 km com iluminação pública, para uma área urbana de 45 km² e uma população de 171.305 habitantes. O esgoto sanitário era praticamente inexistente e o abastecimento de água precário (Alves, 2003, p. 67)

Neste sentido, o que se observa no cenário é um fenômeno de "cubismo social"⁴, termo utilizado por Enders (2015) para descrever a coexistência tensional entre a riqueza industrial e a aleatoriedade das favelas, no qual a violência estatal e os grupos de extermínio surgiram como mecanismos de controle sobre as "classes perigosas". Em resposta a essa realidade excludente, a região se tornou palco de dinâmicas de resistência singulares, manifestadas tanto na organização de associações de lavradores em Pedra Lisa e Xerém quanto na atuação de lideranças femininas que, como as "Justiceiras de Capivari", subverteram a ausência do Estado para garantir direitos básicos através de ações coletivas informais (Alves, 2003; Andrade, 2018; Monteiro, 2007).

Os processos de urbanização e industrialização em Duque de Caxias, embora orientados pelo paradigma do progresso, ocorreram de forma concomitante a intensas disputas no espaço rural. A reação das elites agrárias foi deflagrada pelo crescimento exponencial da população de

⁴ O termo "cubismo social", formulado por Armelle Enders (2015, p. 11), refere-se à coexistência tensional e à sobreposição de contrastes socioespaciais marcantes na paisagem urbana do Rio de Janeiro (como a opulência e a miséria, a verticalidade dos morros e a planície do asfalto), que criam uma colagem fragmentada e multifacetada de realidades sociais coexistindo em um mesmo espaço geográfico.

posseiros, que saltou de 253 indivíduos em 1950 para 1.596 em 1960. Esse cenário de tensão estrutural foi marcado por práticas sistemáticas de grilagem, que se valiam de coerção física direta até a manipulação institucional, manifesta na falsificação de documentos, ordens de despejo arbitrárias e na instrumentalização do aparato policial como braço repressivo a serviço do latifúndio (Alves, 2003).

Diante do acirramento das tensões agrárias e da consolidação de táticas de insurgência camponesa, os trabalhadores rurais buscaram formas de organização coletiva para confrontar a hegemonia das elites locais, culminando na fundação da Associação de Lavradores Fluminenses (ALF), em 1952, na região de Capivari, distrito de Xerém. Tal mobilização não se restringia a uma dinâmica estritamente local; ao contrário, inseria-se em uma rede de organização social dotada de maior capilaridade, materializada na fundação, em 1959, da Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro, sob a influência direta de quadros do Partido Comunista Brasileiro (PCB) oriundos da capital (Alves, 2003). Essa capilaridade política e a articulação estratégica entre diferentes categorias trabalhistas foram analisadas por Isabel Costa (2015) ao investigar as ações políticas conjuntas entre camponeses — organizados na Associação dos Lavradores de Cachoeiras de Macacu-RJ e vereadores ferroviários⁵, entre os anos de 1954 e 1964:

A Associação, que foi a primeira entidade representativa dos interesses dos trabalhadores do campo no município, fazia parte da FALERJ (Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro) que, por sua vez, era filiada a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores na Agricultura do Brasil), entidade fundada em 1954 e presidida pelo alfaiate Lindolfo Silva. A ULTAB editava o jornal Terra Livre; o jornal que, juntamente com a Voz Operária, levou à detenção de Freitas. A emergência dessas associações evidencia, mesmo que de forma modesta, a organização de um movimento de oposição de esquerda em um território historicamente dominado pela lógica dos "barões", apresentando os novos contornos da política da Baixada Fluminense através da insurgência camponesa e da articulação partidária (Costa, 2015, p.25).

O “Levante de Capivari”, ocorrido em 1963, constituiu-se como um marco decisivo na morfologia política de Duque de Caxias, sobretudo ao sedimentar a representação social da Baixada Fluminense como um território de ingovernabilidade que demandava intervenções externas para a preservação da ordem pública. Esse episódio foi instrumentalizado pelas forças conservadoras para recrudescer o discurso do "perigo comunista", fornecendo o substrato

⁵Os vereadores ferroviários, que trabalhavam nas oficinas, em sua maior parte, eram filiados ao PTB e militantes clandestinos do Partido Comunista Brasileiro. Os de posição política mais conservadora eram filiados à UDN, oriundos do SENAI e também das Oficinas de Mecânica. (Costa, 2015, p. 11)

retórico necessário para legitimar narrativas de controle social e repressão estatal. No epicentro do conflito, após o avanço de ordens de despejo que já haviam atingido outras áreas da região, a localidade de Capivari emergiu como polo de insurgência sob a liderança do Padre Aníbal Mendes. A estratégia de resistência pautou-se por uma ação direta heterodoxa: a retenção de reféns, incluindo agentes da Polícia Militar – um sargento e dois soldados –, um parlamentar local, profissionais de imprensa e trabalhadoras de um estabelecimento vizinho, evidenciando uma dinâmica de insubordinação que desafiava a hegemonia das elites agrárias (Alves, 2003, p. 72).

Embora a ofensiva tenha resultado na prisão de Padre Aníbal e de diversos lavradores, o arrefecimento momentâneo das tensões foi sucedido, no primeiro bimestre de 1964, por um novo e vigoroso ciclo de mobilizações. Este período, que antecedeu o golpe civil-militar, foi marcado por uma série de manifestações populares e ocupações territoriais estratégicas em Duque de Caxias, com destaque para as ocupações na Cidade das Meninas e em Parada Angélica. O cenário de "campo em armas" refletia a insatisfação profunda com a estrutura fundiária e a precariedade dos direitos sociais, integrando a Baixada Fluminense ao contexto das lutas pelas reformas de base no Brasil (Costa, 2015, p. 27; Alves, 2003).

Se por um lado evidencia-se a organização de trabalhadores na luta por direitos capaz de contribuir com a expansão de instituições e pautas em um período delicado da democracia brasileira, por outro, impele-se a pensar nas forças políticas conservadoras que se encontravam no polo oposto deste antagonismo. Deste modo, destacamos as famílias tradicionais que no primeiro momento controlavam as grandes porções de terra e, devido à urbanização, irão exercer forte influência em bairros centrais da cidade.

Havia quatro famílias principais constituídas pelos donos de engenho locais: Capitão Luís Antônio dos Santos (Lulu Santos) – Fazenda do Pau de Ferro (onde hoje é o Tanque do Anil e Parque Beira-Mar); Coronel Macieira – Fazenda do Engenho Velho (onde hoje é o Jardim 25 de Agosto); Antônio Tomé Quintana Menezes – Fazenda da Vassoura (hoje Vila Leopoldina – Gramacho); e, Antônio Teles Bittencourt – Fazenda Vassourinha (hoje Parque Lafaiete). Posteriormente, a Fazenda do Pau Ferro passou à propriedade do Tenente-Coronel Joaquim Cândido Cordeiro, engenheiro do Exército. Os dois chefes políticos importantes eram os coronéis João Teles Bittencourt e Elyseu de Alvarenga Freire (Machado, 1958 apud Braz; Almeida, 2019, p. 55).

Conforme Braz e Almeida (2019), os loteamentos que iniciaram a conformação do tecido urbano localizavam-se no entorno das estações da linha férrea, em especial a de Merity — transformada em Caxias em 1931. No perímetro central da cidade, constituiu-se, a partir desses núcleos, uma elite composta por comerciantes locais e empresários provedores de

serviços essenciais para a nova configuração espacial. A distância e as dificuldades de deslocamento geraram, progressivamente, uma demanda por mobilidade, o que ensejou o surgimento dos primeiros transportes irregulares, conhecidos como "lotações", que serviram como embrião do futuro sistema de transporte coletivo.

Essa característica espacial estimulava, ao longo das décadas seguintes, o aparecimento de uma atividade de transporte irregular, chamados lotações e, mais tarde, das atuais empresas de transporte coletivo da região. A primeira "linha" de lotações da cidade pertencia ao Sr. José Cardoso Bessa e servia ao Parque Lafaiete. As atuais empresas de transporte coletivo, União e Reginas, surgiram, respectivamente, na linha Centro-Itatiaia (União) e como Viação Periquitos (Reginas), com apenas um veículo onde Odilon Pereira Teixeira, atual proprietário, trabalhava como cobrador, num velho furgão dirigido pelo pai (Braz; Almeida, 2019, p.61).

No âmbito da política local, a análise da emergência do setor de transportes assume uma importância central, tanto por seu valor histórico na compreensão da gênese da elite urbana caxiense quanto pelo entendimento das engrenagens que estruturam a disputa eleitoral. Essa relevância é evidenciada pelo papel histórico das empresas de transporte como proeminentes financiadoras de campanhas políticas até o ano de 2015⁶ (Mancuso et al., 2016).

No que tange à formação do campo político em sua dimensão histórica, destaca-se o surgimento de uma elite comercial que institucionalizou sua influência por meio da fundação da União Popular Caxiense (UPC), em 1933, e da Associação Comercial, em 1937. Tais agremiações visavam garantir os interesses corporativos da categoria e viabilizar as ambições políticas de seus representantes, atuando como peças centrais no processo de emancipação do município.

Esse movimento emancipacionista convergia com as expectativas programáticas do Estado Novo, na medida em que a reorganização territorial facilitava o controle administrativo e abria espaço para a consolidação da imagem de Ernani do Amaral Peixoto junto às classes populares. Amaral Peixoto, na qualidade de interventor e representante do governo federal entre 1937 e 1945, utilizou essa conjuntura para fortalecer o que foi chamado de "amaralismo"⁷ e

⁶ Em 23 de setembro de 2015, foi promulgada a lei que proíbe empresas de transporte coletivo (como as de ônibus) de fazerem doações para campanhas políticas no Brasil, como parte da Lei Complementar nº 155/2016, que alterou a Lei Complementar nº 64/1990 (Lei das Inelegibilidades).

⁷ Termo relativo ao governo de Ernani do Amaral Peixoto, do Partido Social Democrático. Caracterizava-se pelo domínio de uma máquina política oligárquica e paternalista, especialmente em seu reduto eleitoral no estado do Rio de Janeiro (então estado da Guanabara e Rio de Janeiro). Baseava-se no controle de cargos públicos (clientelismo), na distribuição de favores e na construção de uma rede de lealdades que lhe garantia sustentação política.

integrar o novo município ao projeto de identidade nacional centrado na figura do trabalhador (Braz; Almeida, 2019).

Em síntese, a autonomia administrativa de Duque de Caxias não foi apenas um triunfo das elites comerciais locais, mas um desdobramento estratégico do reordenamento territorial getulista, que projetou o município como uma "célula da nação" voltada à produção industrial. Essa fundação sob a égide do "amaralismo" instaurou um regime de cidadania regulada⁸ (Santos, 1987), no qual a modernização econômica coexistia com o "cubismo social" de uma urbanização precária e excludente. O cenário de desassistência pública e a frustração das lideranças locais frente à nomeação sistemática de prefeitos-interventores consolidaram uma cultura política pautada pela tensão permanente entre a imposição central e as dinâmicas de resistência territorial.

Para aprofundar a análise, a próxima seção dedicar-se-á à dimensão institucional do poder local. Investigaremos a morfologia do campo político — incluindo a composição da Câmara de Vereadores e as trajetórias dos prefeitos — para identificar como as alianças e rivalidades se estruturaram no hiato entre o fim do Estado Novo e o advento da ditadura civil-militar. Esse percurso é fundamental para compreender o enquadramento do município como "Área de Segurança Nacional" após 1964, período em que a supressão da autonomia municipal e a intensificação dos mecanismos de vigilância redefiniram a experiência cotidiana da massa trabalhadora na Baixada Fluminense.

1.2 Capa preta e Lurdinha: A breve democracia pós Estado Novo e a política dos anos de chumbo.

A transição da Caxias getulista para a institucionalização de um campo político autônomo, a partir de 1947, revelou a complexidade das engrenagens que passaram a mover o poder na Baixada e particularmente, em Duque de Caxias. Para além da emancipação administrativa, a morfologia do poder local consolidou-se através da formação de grupos políticos cujas práticas e saberes permitiram o domínio do território sob a legitimidade do voto, ainda que em um cenário de democracia de "rédeas curtas". O perfil das lideranças executivas e a composição da Câmara Municipal neste período não foram apenas reflexos de arranjos

⁸O conceito define o modelo de concessão de direitos sociais vigente no Brasil a partir do Estado Novo (1937-1945), no qual o acesso a proteções trabalhistas e previdenciárias era seletivo, vinculado a categorias profissionais formais e controlado pelo Estado, em detrimento de uma cidadania universal e autônoma. Conforme Santos (1987), tratava-se de uma "cidadania concedida, regulada e controlada pelo Estado, que a distribui segundo critérios políticos e corporativos". Esse padrão criou uma inclusão social fragmentada e uma relação de dependência entre cidadão e poder público.

burocráticos, mas principalmente o resultado de um personalismo estruturante, no qual figuras como Tenório Cavalcanti e as elites comerciais articularam o assistencialismo e a coerção como ferramentas de gestão social em meio à precariedade urbana.

Tal dinâmica institucional, forjada entre o fim da era dos interventores e o advento da ditadura civil-militar, é fundamental para compreender como a cidade se preparou para o posterior enquadramento como Área de Segurança Nacional em 1968. A partir desse marco, a supressão da autonomia política e a intensificação da vigilância sobre a massa trabalhadora redefiniram as hierarquias de mando, transformando Duque de Caxias em um laboratório de controle social onde a ordem foi imposta em detrimento da soberania do voto (Almeida, 2023).

Em contrapartida, a explosão demográfica de trabalhadores atraídos pela industrialização fomentou o surgimento de forças de resistência encarnadas no sindicalismo operário e na insurgência camponesa. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) emergiu como uma força eleitoral robusta, sendo a legenda mais votada no município em 1946, com lideranças que atuavam clandestinamente em células industriais e rurais. No campo, a organização de trabalhadores em torno da Associação de Lavradores Fluminenses (ALF) e, posteriormente, da FALERJ, sob a liderança de figuras como Anézio Dias de Freitas e José Pureza, contestava diretamente o mandonismo dos "barões" e a exploração latifundiária. Essa polarização foi acentuada pela figura de Tenório Cavalcanti, que, embora vinculado à União Democrática Nacional (UDN) e ao Partido Social Trabalhista (PST), mobilizava o "voto do tamanco"⁹ através de um carisma populista e de um exército particular de homens armados, desafiando a hegemonia de Amaral Peixoto e posicionando-se como um mediador perigoso nas tensões territoriais.

O auge dessa instabilidade manifestou-se no "saque de 1962", um levante popular que serviu de pretexto para a elite comercial organizar a Brigada de Defesa da Família Caxiense, grupo paramilitar formado por jovens abastados que criminalizava a pobreza em nome da ordem. A eleição do petebista Ubirajara Muniz em 1962, o único prefeito a priorizar a reforma agrária e o apoio aos posseiros de São José da Boa Morte, representou o ponto de ruptura final com as forças tradicionais. Após o golpe de 1964, a repressão institucionalizada desmantelou as organizações sindicais da FNM e da REDUC, cassando líderes como Jarbas Amorim e pavimentando o caminho para os interventores da Aliança Renovadora Nacional (ARENA)¹⁰,

⁹ A expressão "voto do tamanco" diz respeito ao controle do voto exercido pelo candidato, também conhecido como voto de cabresto, em que os eleitores identificados têm seu voto monitorado, garantindo segurança e previsibilidade no resultado da eleição.

¹⁰ Partido político situacionista criado em 1966 para dar sustentação parlamentar e legitimidade civil ao regime militar brasileiro. Sua fundação ocorreu após a promulgação do Ato Institucional nº 2 (AI-2), que extinguiu o

como o General Carlos Marciano de Medeiros. Assim, o enquadramento do município como Área de Segurança Nacional em 1968 não foi apenas uma medida estratégica federal, mas a consolidação de um projeto local que visava extirpar a influência das esquerdas e restaurar uma "nostalgia da ordem" fundamentada na supressão das liberdades civis da classe trabalhadora.

Esse movimento acontece porque, embora a autonomia administrativa de Duque de Caxias tenha sido consolidada no final de 1943, o município foi inicialmente governado por uma sucessão de prefeitos-interventores nomeados externamente pelo interventor federal Amaral Peixoto entre 1944 e 1947. O período, marcado pelo domínio de figuras como Homero Lara e Heitor Luiz do Amaral Gurgel, representou a aplicação da lógica centralizadora do Estado Novo e do "amaralismo", o que frustrou as elites comerciais locais que aspiravam ao controle direto da máquina municipal (Braz; Almeida, 2019).

Buscando superar esse cenário de insatisfação, surge a ascensão de Gastão Glicério de Gouvêa Reis à prefeitura em 1947 representou um marco na institucionalização da democracia local, inserindo Duque de Caxias no contexto da redemocratização nacional iniciada com o fim do Estado Novo em 1945 (Almeida, 2023). Após um período tutelado por dez prefeitos-interventores nomeados pelo governo estadual desde a emancipação ocorrida em 31 de dezembro de 1943, Reis consolidou-se como o primeiro chefe do Executivo escolhido pelo voto direto, exercendo o mandato entre 1947 e 1950 (Braz; Almeida, 2019).

O pleito refletiu um campo político heterogêneo no qual Gastão Reis, candidato do PSD, representava o sistema de poder de Amaral Peixoto (Braz; Almeida, 2019). Essa força situacionista enfrentou a concorrência de agremiações como o PTB, de viés trabalhista, e a expressiva votação do PCB, que fora a legenda mais votada na cidade em 1946 antes de sua interdição (Alves, 2003; Almeida, 2023).

Nesse cenário, consolidou-se também a figura de um dos principais nomes da política caxiense, Tenório Cavalcanti, que estruturou uma liderança de oposição fundamentada no personalismo e no assistencialismo, desafiando as engrenagens do poder tradicional no território fluminense. Como visto, tal disputa ocorria em um município de urbanização acelerada, porém marcada pela precariedade, apresentando índices de analfabetismo em torno de 44,5 % entre a população acima de 5 anos e elevadas taxas de mortalidade infantil (Alves, 2003; Almeida, 2023). Em um contexto no qual a política local era historicamente marcada pela atuação de proprietários de terras, comerciantes e outros agentes econômicos que emergiam no

pluripartidarismo e instituiu o sistema bipartidário no país, colocando a ARENA como o braço de apoio ao governo em oposição ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (Enders, 2015)

espaço urbano ou reivindicavam o exercício do poder político, legitimados pela herança do coronelismo, Tenório constrói uma trajetória que se aproxima daquela vivenciada por numerosos imigrantes nordestinos que passaram a compor a população do então novo município.

Natural de Palmeira dos Índios, em Alagoas, chega à Baixada Fluminense em 1926, oriundo de uma família de origem humilde. Sua inserção inicial no mundo do trabalho ocorre por meio de atividades informais e, apenas posteriormente, assume a função de administrador de uma fazenda em Nova Iguaçu. Sua experiência, além de lhe garantir melhores condições socioeconômicas em relação ao momento de sua chegada, possibilitou acesso a redes de sociabilidade vinculadas às elites políticas locais, abrindo caminhos para a consolidação de seu nome no cenário político regional.

Contudo, esse processo de ascensão esteve acompanhado por práticas e trajetórias que destoavam dos valores morais defendidos por uma sociedade de perfil conservador. Conforme registrado em suas próprias memórias, Tenório Cavalcanti vivenciou recorrentes episódios de encarceramento, ainda que por curtos períodos, e reconheceu seu envolvimento direto em dezenas de confrontos armados ao longo das décadas de 1920 a 1950. As marcas físicas dessas experiências — materializadas em numerosas cicatrizes resultantes de ferimentos por arma de fogo — evidenciam a centralidade da violência como elemento constitutivo de sua atuação pública e política. (Enders, 2015)

Sua atuação como prefeito (1963-1967) foi o auge de uma trajetória marcada por um mandonismo carismático¹¹ e pela construção de um mito fundado no binômio assistencialismo-violência (Alves, 2003; Enders, 2015). Eleito pelo voto direto, personificou a resistência ao “amaralismo” e consolidou sua área de atuação prioritária no Primeiro Distrito, onde sua residência - conhecida como a “Fortaleza” devido à sua fortificação e estrutura blindada -, funcionava como centro de mediação territorial e política (Enders, 2015; Braz; Almeida, 2019). Sua base eleitoral era composta majoritariamente por migrantes nordestinos, que nele viam uma figura providencial diante da infraestrutura urbana precária e da falta de serviços públicos básicos na Baixada Fluminense (Enders, 2015; Souza, 2002).

O governo de Tenório destacou-se por práticas de assistencialismo direto, como a criação da Fundação São José, que abrigou cerca de dez mil pessoas em casas de tijolo construídas para vítimas das inundações de 1958, e o financiamento da Escola Maria Tenório,

¹¹ Expressa uma forma de dominação política que funde o poder personalista e coercitivo do coronelismo (mandonismo) com a legitimação baseada na devoção a uma figura percebida como extraordinária e providencial (carisma, no sentido weberiano).

voltada para o atendimento de quase cinco mil crianças necessitadas. Seus principais apoiadores incluíam, além da massa trabalhadora desassistida, setores da contravenção local; ele exercia controle estrito sobre o jogo do bicho, chegando a afirmar que “um bicheiro bastava em Caxias”, e garantia proteção a figuras como João Bicheiro em troca de lealdade política e apoio financeiro (Enders, 2015).

Entre os marcos de sua administração, destaca-se a institucionalização dos símbolos municipais – brasão e bandeira – por meio da Deliberação nº 1217, de dezembro de 1966 (Duque de Caxias, 1966). Politicamente, Tenório utilizou a gestão para confrontar as forças situacionistas estaduais e, nos anos 1960, apoiou as reformas de base do governo de João Goulart. Essa postura ampliou sua visibilidade nacional, mas também o tornou alvo prioritário após o golpe de 1964 (Enders, 2015). Embora tenha concluído o mandato em 1967, sua influência adaptou-se durante a ditadura, com aliados e familiares, como seu genro Hydekel de Freitas, ocupando cargos no Executivo sob a égide do novo regime (Almeida, 2023; Enders, 2015).

Apesar de ter sido um dos primeiros alvos da repressão – com direitos políticos cassados pelo AI-1 em 1964 –, a estrutura do “tenorismo” acomodou-se ao autoritarismo para manter o poder local. Hydekel de Freitas integrou as bases de apoio do regime (ARENA/PDS) e assumiu a prefeitura (1982-1984) como interventor nomeado (Almeida, 2023; Enders, 2015). Já na redemocratização e no pós-ditadura, a trajetória de Tenório consolidou-se como mito político e lugar de memória, alimentando uma “nostalgia da ordem” em que sua figura é ressignificada como a de um benemérito providencial, capaz de oferecer segurança e assistência em um cenário de urbanização desordenada e criminalidade (Souza, 2002; Almeida, 2023).

A relação entre Tenório Cavalcante e Duque de Caxias evidencia as continuidades do coronelismo e do mandonismo tradicional na Baixada Fluminense, onde a violência não operava de forma episódica, mas como um elemento estruturante e contínuo da manutenção do poder local (Alves, 2020). Tenório personificou a transição dos antigos barões de terra para um populismo carismático alicerçado no binômio assistencialismo e coerção. Esse regime de letalidade servia para garantir hegemonias eleitorais e regular o mercado de terras, transformando a violência em uma tecnologia de controle social legitimada pelo silenciamento de dissidentes e pela proteção oferecida aos seus aliados (Alves, 2020). Assim, a história política caxiense desse período consolida-se como um campo marcado pela simbiose entre o Estado e forças paraestatais, onde a ordem era mantida por práticas que remontam ao poder discricionário das antigas oligarquias agrárias (Alves, 2020).

A trajetória de Tenório Cavalcanti pode ser compreendida como uma disputa por hegemonia no campo político local, em que diferentes agentes buscavam impor interpretações da realidade social e articular demandas populares. Em um contexto de fragilidade institucional, a liderança de Tenório se consolidou pela capacidade de inscrever sentidos mobilizadores, estabelecendo identificação direta com setores excluídos da política formal (Laclau; Mouffe, 2015). Sua presença constante no cotidiano das comunidades e a mediação de demandas sociais contribuíram para a construção de um projeto político alternativo às elites tradicionais, refletindo o conceito gramsciano de hegemonia como construção de consenso em torno de valores, práticas e expectativas socialmente reconhecidas (Alves, 2010). A combinação de ação direta, visibilidade pública e articulação de redes locais transformou sua atuação em uma liderança legitimada tanto pelo reconhecimento popular quanto pela autoridade simbólica no campo político regional.

Durante a ditadura civil-militar, essa dinâmica consolidou-se através da instrumentalização do aparato policial como braço repressivo a serviço do latifúndio e dos loteadores. A prática sistemática da "grilagem" de terras utilizava a força oficial para executar ordens de despejo arbitrárias contra posseiros e trabalhadores rurais, transformando a segurança pública em uma ferramenta de proteção da propriedade privada e de lucro imobiliário. Assim, a "ordem" caxiense foi forjada em um regime de letalidade que criminalizava a pobreza e utilizava milícias e guardas noturnos para vigiar a classe trabalhadora, preparando o terreno para a supressão definitiva da autonomia municipal em 1968, sob o estatuto de Área de Segurança Nacional.

Nota-se a partir dessa reconstrução que Duque de Caxias tem sua história marcada por interrupções em sua democracia pós emancipação, seja pela política do Estado Novo ou pela Ditadura Civil-Militar, entretanto, entre uma e outra lacuna dos governos totalitários o uso da força se consolidou no arranjo político local, cristalizando em práticas que permitiam o domínio do território, a manutenção das votações e o controle das forças de oposição.

1.3 Pós-Ditadura e Retorno das Eleições Diretas (1985–2024): o surgimento dos novos líderes

A transição que encerrou o estatuto de Área de Segurança Nacional em Duque de Caxias, instituído originalmente pela Lei nº 5.449/68, integrou-se ao processo nacional de esgotamento da ditadura militar ocorrido entre a promulgação da Lei da Anistia de 1979 e a retomada plena da autonomia municipal em 1985. Esse momento histórico foi caracterizado

por uma profunda reorganização partidária após a extinção do bipartidarismo em novembro de 1979, o que exigiu das elites locais uma adaptação camaleônica às novas legendas para a manutenção de suas estruturas de mando (Almeida, 2023; Cantalejo, 2008). Como estratégia para assegurar um enclave conservador na Baixada Fluminense diante da ascensão das oposições, o governo federal nomeou Hydekel Menezes de Freitas Lima como prefeito *pro-tempore*¹² em 1982, visando fortalecer a base do Partido Democrático Social (PDS), herdeiro direto da ARENA (Almeida, 2023; Enders, 2015).

A trajetória política de Hydekel de Freitas insere-se no contexto de continuidade e adaptação das elites tradicionais em Duque de Caxias durante a segunda metade do século XX. Natural de Porciúncula (RJ) e filho de um proprietário de empresa de transportes, Hydekel mudou-se para o município ainda criança, vindo a consolidar uma influente carreira no Poder Legislativo antes de assumir o Executivo. Exerceu sucessivos mandatos como deputado estadual (1963-1967 pelo PR; 1971-1975 pela ARENA) e federal (1975-1979 pela ARENA; 1979-1982 pelo PDS), demonstrando uma notável capacidade de transitar pelas transformações institucionais impostas pelo regime militar.

Sua circulação por diferentes legendas reflete a reorganização partidária do final da década de 1970 e a necessidade de preservação de bases eleitorais através de redes de trocas políticas. Em 1982, no ápice de uma ofensiva do PDS para enfraquecer o grupo político de Chagas Freitas e conter o avanço do "brizolismo" na Baixada Fluminense, Hydekel foi nomeado pelo presidente João Figueiredo como prefeito *pro-tempore*. No cargo, ele buscou unificar as classes políticas locais e conciliar partidos, utilizando a máquina pública para realizar obras e nomeações estratégicas que garantissem a sustentação do regime na periferia metropolitana.

Sua trajetória é marcada pelo vínculo familiar com Tenório Cavalcanti, de quem se tornou genro em 1964. Embora Tenório estivesse com os direitos políticos cassados pelo AI-1, a ascensão de Hydekel representou a acomodação das estruturas do "tenorismo" às novas engrenagens do Estado autoritário. Tal relação evidencia a persistência dos laços de parentesco e do personalismo como eixos estruturantes do poder em Caxias, permitindo que linhagens tradicionais mantivessem o controle territorial mesmo diante da supressão da autonomia municipal sob o estatuto de Área de Segurança Nacional.

Pesquisas qualitativas a partir de história oral e estudos sobre as relações de poder no município, como em Machado (2011), apontam que comunidades como a Favela Vila Operária,

¹² Termo utilizado em direito administrativo para descrever a atuação temporária de servidores públicos em cargos de confiança.

por exemplo, foram espaços de atuação política robusta, em parte pela atuação de partidos situacionistas e agentes ligados ao projeto político hegemônico local, o que indica que setores populares urbanos da cidade estavam dentro do circuito eleitoral em que Hydekkel atuava.

O pleito de 1982 revelou a fragilidade do poder situacionista no Legislativo caxiense, no qual o Partido Democrático Trabalhista (PDT), impulsionado pelo "brizolismo", conquistou 36,04% dos votos e garantiu 10 das 21 cadeiras na Câmara Municipal (Almeida, 2023; Costa, 2015). Naquela mesma eleição, o Partido Democrático Social (PDS) obteve 24,27% da preferência eleitoral (6 cadeiras), seguido pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) com 11,19% e pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) com 7,98% (Almeida, 2023). Essa nova configuração forçou o Executivo nomeado a operar por meio de complexas redes de clientelismo e jogos de acomodação para garantir a governabilidade até o retorno do sufrágio universal direto (Almeida, 2023). A redemocratização local consolidou-se finalmente em novembro de 1985, quando a primeira eleição direta para a prefeitura após vinte anos de hiato resultou na vitória de Juberlan Oliveira (PDT), simbolizando o realinhamento da cidade com a nova ordem democrática (Almeida, 2023; Braz; Almeida, 2019).

Já o mandato de José Carlos Lacerda à frente da Prefeitura de Duque de Caxias, exercido entre 12 de setembro de 1990 e 31 de dezembro de 1992, pode ser compreendido como uma gestão de acomodação institucional e transição, situada ainda no processo de redemocratização municipal (Almeida, 2023). Alçado ao cargo em decorrência da renúncia de Hydekkel de Freitas, que deixou o Executivo para assumir uma cadeira no Senado Federal, Lacerda herdou uma administração condicionada pela ausência de uma vitória eleitoral própria para o cargo majoritário. Esta condição subordinou sua governabilidade à preservação do equilíbrio entre grupos políticos tradicionais e à manutenção de alianças estabelecidas em períodos anteriores (Almeida, 2023; Cantalejo, 2008).

Seu perfil público, fortemente ancorado na experiência legislativa e na circulação por diferentes legendas — tendo atuado como vereador, presidente da Câmara Municipal e deputado estadual —, favoreceu uma estratégia de articulação voltada à negociação institucional e ao diálogo com as diversas esferas do poder (Cantalejo, 2008; Almeida, 2023). Sob a ótica da cultura política, Lacerda operou como um mediador institucional, utilizando seu capital relacional para estabilizar o poder local por meio de práticas de personalismo e conciliação. Tais estratégias foram fundamentais para a sobrevivência das elites políticas fluminenses em contextos de incerteza institucional (Almeida, 2023; Pato Sá Motta, 2018).

Entretanto, o município de Duque de Caxias experimentaria uma nova fase com o segundo mandato de Moacyr Rodrigues do Carmo (1993–1996), período que se inscreveu na história política local como um momento de maior institucionalização do poder municipal, marcado pela consolidação das eleições diretas e pela progressiva reconfiguração das elites políticas. Diferentemente das gestões de caráter transitório que caracterizaram o final da década de 1980 e o início dos anos 1990, sua ascensão ao Executivo municipal resultou de uma vitória eleitoral própria, fator que lhe conferiu maior legitimidade política e ampliou sua capacidade de coordenação governamental.

Natural de Bom Jesus de Itabapoana (RJ), sua trajetória foi marcada por uma formação multifacetada, que incluiu a graduação em Medicina e uma expressiva carreira militar, destacando-se como veterano da Força Expedicionária Brasileira (FEB), na qual atuou como primeiro-sargento enfermeiro na Itália durante a Segunda Guerra Mundial. Esses elementos contribuíram para a constituição de fontes sociais de legitimidade, ancoradas tanto no prestígio profissional associado ao exercício da medicina quanto na autoridade moral derivada do serviço militar, favorecendo sua inserção na vida pública e sua posterior projeção política em Duque de Caxias.

A ascensão de Moacyr no cenário político caxiense foi viabilizada, inicialmente, por sua estreita aliança com a família Silveira, figuras centrais do trabalhismo fluminense. Por influência de Roberto e Badger da Silveira, ingressou no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e, após o falecimento de Roberto, foi convidado por Badger a assumir a liderança do diretório municipal do partido em Duque de Caxias. Esses vínculos lhe permitiram ocupar cargos estratégicos na administração pública, como a Secretaria de Transportes do estado (1962–1963), experiência que antecedeu sua eleição para o primeiro mandato como prefeito, em 1966 (Amaro, 2023).

No exercício do poder, sobretudo durante o mandato de 1993–1996, seu perfil político, forjado na experiência acumulada no Legislativo municipal e na ocupação de posições relevantes na administração local, favoreceu a construção de uma governabilidade baseada na negociação contínua com a Câmara Municipal e na articulação com redes políticas enraizadas no território. Sua base de sustentação estruturou-se a partir de lideranças locais, de mecanismos tradicionais de mediação política e de alianças partidárias que garantiram estabilidade institucional em um município marcado por acelerado crescimento urbano e profundas desigualdades socioespaciais.

A eleição de Moacyr para prefeito de 1993–1996, desta vez pelo Partido da Frente Liberal (PFL), contou com o apoio decisivo de seu antecessor, José Carlos Lacerda. Tal movimento evidencia sua capacidade de transitar entre diferentes grupos políticos e conjunturas históricas, mantendo relevância no cenário local (Amaro, 2023). Nesse sentido, seu governo pode ser interpretado como um momento de aprofundamento da lógica de reprodução do poder local, no qual a consolidação institucional do Executivo municipal coexistiu com a permanência de padrões tradicionais de exercício da autoridade política, característicos da dinâmica política da Baixada Fluminense.

O mandato de Moacyr do Carmo desenvolveu-se sob o governo estadual de Leonel Brizola, liderança central do PDT. Embora se observasse um avanço na centralidade das pautas sociais, as esferas municipal e estadual não estiveram imunes às tensões sociais e aos conflitos distributivos, expressos nas manifestações de movimentos organizados, como o protesto unificado de professores das redes estadual e municipal de Duque de Caxias, ocorrido em 1993, que resultou em greve e em atos que culminaram na interdição da Rodovia Washington Luiz.

Ao mesmo tempo, a existência de uma oposição programática formal entre os partidos do governador e do prefeito não impediu a construção de arranjos políticos pragmáticos, orientados pela lógica da governabilidade e da maximização de recursos eleitorais. Nesse sentido, a aproximação entre lideranças do PDT e o governo municipal revela uma dinâmica de acomodação estratégica, típica do funcionamento do poder local na Baixada Fluminense. Em reunião do Diretório, o presidente regional do PDT, Vivaldo Barbosa, apresentou seu nome como candidato com viabilidade eleitoral, apostando na articulação estabelecida – expressando laço de amizade - com o prefeito Moacyr do Carmo como fator decisivo para a garantia do apoio político. Esse movimento foi sustentado pela expressiva capilaridade eleitoral do PDT na Baixada Fluminense, onde o partido alcançava cerca de 30% das intenções de voto nas pesquisas regionais, inclusive em municípios recém-emancipados, como Japeri (Schubnel, 1995).

Esses episódios revelam traços de uma nova configuração política no contexto democrático, marcada pela emergência de arranjos institucionais orientados por políticas públicas, obras de infraestrutura, pela ampliação das negociações em torno da concessão de direitos e pela abertura de espaços para o surgimento de novas forças políticas e organizações sociais.

Embora a eleição de Hydekél de Freitas tenha representado um momento importante na história política de Duque de Caxias, sua saída prematura do Executivo para ocupar a vaga de

Afonso Arinos no Senado Federal não resultou no acúmulo do capital político necessário para viabilizar um futuro retorno ao comando do município. Enquanto o seu vice José Carlos Lacerda (1990-1992) se encarregava de terminar o mandato, o futuro prefeito estava surgindo da Câmara de Vereadores, José Camilo Zito dos Santos Filho, popularmente conhecido como Zito, com um histórico de atuação e vitórias políticas que o colocaria na prefeitura na eleição de 1996, em um pleito emblemático, derrotando de uma só vez os dois últimos prefeitos, levando em consideração que a candidatura de Hydekel estava sendo apoiada por Moacyr do Carmo.

A trajetória política de José Camilo Zito evidencia mais uma vez a centralidade do personalismo e do capital de reconhecimento como vetores de ascensão eleitoral em Duque de Caxias. Oriundo do bairro Doutor Laureano, situado em área territorialmente estratégica do município, sua inserção política constrói-se a partir de um espaço urbano central, populoso e articulado a bairros limítrofes igualmente relevantes do ponto de vista eleitoral, como Jardim Gramacho, Vila São Luís, Corte Oito, Vila Leopoldina e Vila Centenário. Trata-se de uma região marcada por elevada densidade demográfica e intensa circulação de pessoas, em função da proximidade com polos comerciais, instituições públicas e oferta de serviços, o que favorece a capilaridade eleitoral e a formação de bases políticas territorializadas.

Zito estruturou sua base de apoio por meio da intermediação de demandas cotidianas de uma população historicamente desassistida pelo poder público, consolidando-se como mediador político entre carências locais e acesso a recursos institucionais. Dinâmica que, associada a práticas políticas tradicionais da Baixada Fluminense, permitiu-lhe transitar por diferentes legendas — Partido Trabalhista Republicano (PTR), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Progressistas (PP), Partido Social Democrático (PSD), Partido Verde (PV), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Cidadania (CIDADANIA) — adaptando-se às flutuações do campo político para preservar sua posição de centralidade territorial e estabelecer alianças em diversos segmentos.

Zito iniciou sua carreira política em 1988, ao aceitar o convite do então Deputado Federal e candidato à Prefeito, Messias Soares, a uma vaga na Câmara de Vereadores pelo Partido Trabalhista Republicano (PTR). Como membro da família Soares, estabelecida na cidade através do domínio que assegurou no ramo do jogo do bicho e do carnaval através da Escola de Samba Acadêmicos do Grande Rio, Messias expandiu a influência da família para a política eleitoral. Messias não conseguiu conquistar a Prefeitura naquele ano, mas conquistou a gratidão do futuro prefeito Zito, que naquele ano conseguiu eleger-se vereador com 1.770 votos (Santos, 2014, p. 49).

Um momento decisivo de sua capacidade de articulação ocorreu com o ingresso no PSDB, em 1993, por meio do apoio à candidatura de Marcelo Alencar ao governo estadual nas eleições de 1994. O pleito foi marcado por vitórias expressivas do partido, incluindo a eleição de Fernando Henrique Cardoso à presidência da República no primeiro turno e de Marcelo Alencar no Rio de Janeiro, além da eleição de um senador, sete deputados federais e nove deputados estaduais, entre eles José Camilo Zito. Esse contexto insere-se em um movimento mais amplo de migração partidária, no qual, entre 1995 e 1997, o PSDB elegeu um governador, três senadores, 34 deputados federais, 79 deputados estaduais e 124 prefeitos, além de 109 vereadores já em 1993 (Roma, 2002).

Segundo Roma (2002), relatos da época apontam que Zito teria inicialmente concordado em não disputar a presidência do diretório municipal, mas rompeu o acordo e assumiu o controle da legenda, provocando o afastamento de lideranças históricas, como Ruyter Poubel. Sua força eleitoral foi confirmada com a conquista de três mandatos como prefeito (1997–2000, 2001–2004 e 2009–2012). Embora o PSDB estivesse associado, em âmbito nacional, a uma agenda identificada com o neoliberalismo, em Duque de Caxias sua administração caracterizou-se pela garantia de serviços públicos e pela presença ativa da máquina municipal em áreas populares que se consolidaram como sua base eleitoral.

Esse processo evidencia a constituição de uma liderança de caráter hegemônico em escala local, na qual a autoridade política se estruturava tanto pela ocupação de posições institucionais quanto pela produção de identificações, lealdades e mediações personalizadas, articulando dimensões administrativas e simbólicas do poder. Tal capital político contribuiu para a manutenção de sua influência mesmo diante de graves acusações, como a de ter sido apontado como mandante do assassinato de Ary Vieira Martins, subsecretário municipal, crime ocorrido na véspera da convenção partidária de 1993.

Mesmo em episódios de grande repercussão, como sua prisão no Aeroporto do Galeão em 1994, Zito obteve sucessivos habeas corpus, alguns concedidos de forma controversa por via telefônica, evitando permanência prolongada no cárcere. A manutenção de sua posição política acompanhou essa proteção jurídica, sustentada por vínculos diretos com suas bases e por intervenções visíveis em seus redutos eleitorais (Alves, 2004; Onorato Filho, 2019). Alves (2004) observa que tal dinâmica operava na articulação entre coerção e consenso, na qual a violência aparecia, de forma recorrente, como recurso de manutenção do poder.

Assim era que, por exemplo, o bairro Dr. Laureano era a região de Zito e de Camilo e o segundo dividia o principado com Paulinho Dedo Nervoso, que,

por sua vez, estendia seu domínio até a Vila São Luís, onde reinava também Pereira e Adalberto. No Gramacho, estava instalada a sede de Pedro Capeta o qual, por seu turno, era ligado à localidade próxima, Vila Rosário, onde reinava Boca, Zitinho, Tião da Mineira e tantos outros... Os tais homens fortes que tudo podiam tiravam parte de seu poder da documentação que a maioria portava: carteiras de oficiais ad hoc, de Comissão de Menores, de guardas municipais ou policiais civis e militares... (Moreira, 1999, p. 61 apud Alves, 2004, p. 156)

No plano da gestão municipal, sua administração foi marcada por intervenções de alta visibilidade urbana, como asfaltamento de vias principais, construção de praças, instalação de sinais luminosos, reformas em escolas e hospitais e distribuição de uniformes e materiais escolares com identificação visual vinculada ao governo, como apontado por Alves (2004):

Sua primeira administração será marcada pela realização de inúmeras obras de fachada, como o asfaltamento de ruas mais visíveis, construção de praças, colocação de sinais luminosos, reformas em prédios de escolas e hospitais e distribuição de uniforme e material escolar com sua logomarca. Todas essas obras e materiais foram pintados com as cores azul e amarela, marca registrada da sua administração e uma referência às cores do PSDB. Essa reincorporação colorida do espaço urbano, montada num eficiente marketing e cara publicidade lhe renderam, somados ao clientelismo e ao tradicional uso da violência, a reeleição com 82% dos votos da cidade. Além disso, serviu de argumento político que ajudou a eleger seu irmão prefeito de Belford Roxo e sua esposa prefeita de Magé, duas vizinhas cidades da Baixada (Alves, 2004, p.157).

Apesar de responder a diversos processos movidos pelo Ministério Público, a recorrente ausência de testemunhas e o uso da imunidade parlamentar contribuíram para que não sofresse condenações definitivas, circunstância que lhe permitiu eleger-se deputado estadual e prefeito com votações expressivas. Segundo Onorato Filho (2019), sua força política alcançava tal magnitude que o governador Marcelo Alencar teria realizado intervenções informais junto à promotora Tânia Maria Salles Moreira, sugerindo o arrefecimento das investigações sob a justificativa de que o político estaria “mais calmo” após sua ascensão ao poder, o que evidencia a interpenetração entre esferas institucionais e arranjos políticos locais.

A atuação de Zito nos bairros periféricos, com destaque para o Doutor Laureano — seu reduto político original —, estruturou-se a partir da conversão de sua presença comercial, que incluía um bar posteriormente transformado em casa de shows de funk, em espaço de mediação e liderança local (Moreira, 1999; Alves, 2004). Durante sua gestão na prefeitura, consolidou uma estratégia denominada por Alves (2004) de “reincorporação colorida” do espaço urbano, na qual equipamentos públicos, escolas, hospitais e sinais luminosos eram sistematicamente pintados em azul e amarelo, cores que operavam como marca distintiva de sua gestão.

Paralelamente a intervenções de alta visibilidade — como o asfaltamento de vias principais e a construção de praças —, a máquina pública era mobilizada para a distribuição direta de uniformes e materiais escolares estampados com sua logomarca, conferindo caráter personalizado às ações governamentais de caráter social. Essa combinação entre intervenções materiais, marcação simbólica do espaço urbano e visibilidade administrativa reforçou sua imagem pública de liderança capaz de prover ordem e proteção, gerando dividendos eleitorais que garantiram sua reeleição com 82% dos votos e viabilizaram a expansão de sua influência para municípios vizinhos por meio da eleição de familiares (Alves, 2004; Onorato Filho, 2019).

O legado político de José Camilo Zito estruturou um padrão de continuidade institucional assentado na projeção eleitoral de seu núcleo familiar, configurando um processo de reprodução política regional na Baixada Fluminense. Um dos eixos centrais desse movimento foi a trajetória de Andrea Almeida Zito dos Santos, popularmente conhecida como Andrea Zito, sua filha, cuja eleição para a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e, posteriormente, para a Câmara dos Deputados, representou a transposição, para as esferas estadual e federal, de uma base eleitoral construída originalmente em Duque de Caxias sob a liderança do pai. Tal dinâmica não corresponde a uma carreira dissociada, mas à extensão, em escalas institucionais ampliadas, de redes territoriais de apoio e de um capital político acumulado localmente. Como visto, essa estratégia de reprodução permitiu ainda a expansão do grupo para municípios vizinhos, como evidenciado pela eleição de seu irmão, Waldir Zito (Joca), para a prefeitura de Belford Roxo, e de sua esposa, Narriman Zito, para a prefeitura de Magé, consolidando uma presença político-familiar articulada em diferentes níveis de governo (Alves, 2004; Onorato Filho, 2019).

É nesse contexto, marcado por uma estrutura de poder já organizada em torno dessa centralidade político-familiar, da territorialização das bases eleitorais e da personalização da liderança, que começa a ganhar projeção a figura de Washington Reis. Sua emergência ocorre em um campo político previamente moldado por esse padrão de visibilidade administrativa, inscrição simbólica da ação governamental no espaço urbano e forte ancoragem territorial, características que conformam a morfologia do poder local (Amaro, 2023). Diferentemente da continuidade familiar direta representada por Andrea Zito, a ascensão de Reis expressa o surgimento de um novo polo de liderança que passa a disputar espaço dentro de uma configuração já estruturada, apropriando-se de repertórios de ação política consolidados na região, como as grandes intervenções urbanas de forte impacto visual e a centralidade da figura do gestor como mediador entre Estado e população. A análise de sua trajetória, portanto, exige

compreender como ele se insere nesse ambiente político previamente organizado, que recursos mobiliza e de que maneira constrói redes próprias de apoio e legitimidade, aspecto que será aprofundado na seção seguinte.

1.4 Herança política e o cenário para emergência de Washington Reis

Como visto, a formação política de Duque de Caxias se estrutura historicamente numa união entre precariedade urbana e uso instrumental da violência. Devido à rápida urbanização e à industrialização pouco democrática, o cenário territorial se configurou como “cubismo social”, no qual a nova riqueza gerada pelas indústrias contrastava com a desassistência da periferia no que tange saneamento, água e transporte, por exemplo. Este território, portanto, torna-se palco de uma violência permanente que opera como tecnologia de controle social, pavimentando o surgimento de lideranças que nele legitimam suas hegemonias políticas. Diante da histórica omissão do poder público, a população desassistida recorre a redes de apadrinhamento pessoal, o que fortalece e legitima esses atores em seu papel de mediadores políticos.

Tenório Cavalcanti é considerado como a primeira materialização desta figura, uma vez que personifica a transição do antigo poder dos coronéis proprietários de terras da região para o que se conhece como populismo carismático. O “homem da capa preta” utiliza sua metralhadora apelidada de “Lurdinha” para implementar um formato de poder que congrega assistencialismo e coerção. Com essa máquina de controle através do “voto do tamanco”, Tenório se consagra como um grande mediador entre o poder público e a população empobrecida, uma vez que distribui favores em troca de lealdade eleitoral. A prática política iniciada por Tenório Cavalcanti conseguiu subsistir mesmo diante das rupturas institucionais que permearam o Brasil ao longo do século XX, destacando-se como uma demonstração da grande capacidade de adaptação das elites políticas locais.

Tais linhagens políticas se consolidaram como tradição, seja na centralização do “amaralismo” durante o Estado Novo, seja no autoritarismo da ditadura militar, quando Duque de Caxias se tornou Área de Segurança Nacional. A capacidade de reciclagem e acomodação em cenários diversos exemplifica-se na trajetória de Hydekél de Freitas, genro de Tenório Cavalcanti que transitou por diferentes legendas e cargos, preservando a influência política e o controle territorial.

No período democrático recente, essa personalização da máquina pública, combinada à violência e à ancoragem territorial, alicerça novas lideranças, como Zito, que surge como figura

central ao construir uma hegemonia em escala local e expandir sua influência para a região. A gestão de Zito se notabilizou pela “reincorporação colorida” do espaço urbano, forma própria de utilizar o aparato estatal, realizando intervenções de muita visibilidade e pintando equipamentos públicos, escolas, hospitais e praças — além de uniformes e materiais escolares — com as cores que se tornaram sua marca: o azul e o amarelo. Esse personalismo mesclava-se com assistência informal, como o trânsito por escolas de samba e blocos de carnaval. Um arranjo que mais uma vez articulou coerção e consenso de forma tão eficiente que lhe garantiu 82% dos votos na reeleição.

O modelo hegemônico observado se converte, assim, em um legado através do qual o poder familiar se expande pelas instâncias do legislativo local e pelas esferas estadual e federal. Percebe-se uma engrenagem alicerçada na centralidade político-familiar, na visibilidade administrativa, na mediação entre sociedade e Estado e no domínio do território — um cenário moldado para a emergência de novas lideranças caxienses, no qual Washington Reis começa a ganhar projeção. O que se destaca como ruptura entre a trajetória de Reis e a dinastia político-familiar de Zito é a emergência de um novo polo de liderança na região. No entanto, ele opera no território apropriando-se do repertório de ação já consolidado historicamente em Duque de Caxias, no qual assimila a imponência de grandes intervenções urbanas de impacto visual e o fortalecimento de uma figura central do gestor como político-mediador entre o Estado e a necessidade popular

Para romper com o grupo dominante de Zito e conseguir se estabelecer como nova força, Washington Reis articulou as demandas populares que então estavam fragmentadas em um novo projeto de poder, um processo que vamos buscar compreender através da teoria da hegemonia de Ernesto Laclau. O que se percebe no território de Duque de Caxias, portanto, é uma disputa por hegemonia no campo político onde a liderança se consolida pela capacidade de inscrever novos sentidos mobilizadores e estabelecer novas identificações com os setores da sociedade, ou seja, formando uma figura capaz de aglutinar a sensação de ordem local. Na busca por compreender essa nova emergência de trajetória, vamos investigar quais recursos foram mobilizados e de quais maneiras se construíram redes de apoio e legitimidade a partir de um terreno histórico previamente organizado.

Neste sentido, a compreensão do fenômeno que Washington Reis representa passa por reconhecer pontos que estão além da herança do populismo, do assistencialismo e da máquina administrativa de visibilidade que o antecederam. Precisamos investigar a articulação de suas redes de apoio que vieram a construir sua legitimidade a partir deste mesmo terreno histórico e

institucional já pré-organizado e consolidado. Ou seja, como tal figura se apropria dos mecanismos de mediação locais e os converte em sua própria força eleitoral num ambiente concomitante a uma figura presente e antagônica estabelecida anteriormente, operando não no vácuo, mas sobre as bases sociais já sedimentadas pelas disputas de poder anteriores na Baixada Fluminense.

Diante disso, o próximo passo desta tese será deslocar o foco da reconstrução genealógica do poder local, que foi realizada neste capítulo, para uma análise empírica e sistemática ancorada no território, no voto e nas bases sociais da liderança de Washington Reis. Assim, o capítulo 2 será dedicado à exploração dos dados eleitorais (TSE/Politique) para mapear a capilaridade de seu apoio e compreender a estrutura territorial que sustenta a sua força política.

Através da observação desses dados, buscar-se-á atestar de que maneira ele deslocou o eixo do poder vigente, expandiu suas alianças para além dos redutos tradicionais e consolidou sua própria base hegemônica em Duque de Caxias. Essa fundamentação material e relacional servirá de ponte perfeita para que, mais à frente, a tese possa aprofundar a análise de sua campanha permanente, de sua performance discursiva e do funcionamento prático de seus *brokers* no território caxiense.

CAPÍTULO II

TERRITÓRIO, VOTO E BASES SOCIAIS

Até aqui observamos que Duque de Caxias se estabeleceu como um território onde a liderança local não constitui um fenômeno meramente individual ou contingente, mas se inscreve em uma configuração sociopolítica mais ampla, na qual território, desigualdade urbana e redes de sociabilidade estruturam as condições de possibilidade da ação política. Analisar a trajetória política de Washington Reis, portanto, se torna uma forma não só de completar a história, mas de perceber como sua trajetória se manifesta como via de acesso à compreensão dos mecanismos mais atuais de mediação política e dos processos de formação de lideranças na Baixada Fluminense frente a novos processos institucionais e eleitorais que reconfiguram o cenário político no século XXI. Nesse sentido, a análise desloca explicações centradas em trocas materiais individualizadas para uma abordagem relacional, na qual a política é compreendida como processo de produção de identificações, articulação de demandas sociais heterogêneas e construção de formas de autoridade territorializadas, conforme apontam contribuições da sociologia relacional e da teoria da hegemonia (Weber, 1999; Bourdieu, 2001; Gramsci, 2000; Laclau e Mouffe, 2015).

Para cumprir com esta proposição, o enquadramento teórico adotado dialoga com a noção de hegemonia formulada por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015), segundo a qual o político se constitui por meio de práticas de articulação que buscam unificar demandas dispersas em cadeias de equivalência, produzindo pontos de referência capazes de condensar significados e lealdades. A liderança, nessa perspectiva, não preexiste às relações sociais, mas emerge como resultado de operações simbólicas e institucionais que conectam carências, expectativas e identidades coletivas a uma representação política particular. Complementarmente, as categorias gramscianas de consenso e coerção permitem compreender a estabilidade das configurações de poder local como efeito de uma combinação entre direção política, capacidade de mediação e controle dos meios institucionais de ação.

A Baixada Fluminense constitui um espaço privilegiado para observar esses processos, dada sua histórica condição de periferia metropolitana marcada por desigualdades socioespaciais, déficits de infraestrutura e intensa circulação populacional. Nesse contexto, a política local em Duque de Caxias assume forte caráter territorial, e as relações entre representantes e representados se estruturam por meio de redes que articulam o acesso a

serviços públicos, reconhecimento simbólico e presença - ou ausência - institucional do Estado. O território não aparece apenas como cenário da disputa, mas como elemento constitutivo da própria dinâmica hegemônica, na medida em que é nele que se organizam as bases eleitorais, se consolidam vínculos de lealdade e se materializam os signos da ação governamental.

A trajetória de Washington Reis é examinada, portanto, como expressão de um processo de articulação hegemônica territorial, no qual a liderança se constrói por meio da capacidade de condensar demandas locais, mobilizar redes de apoio e produzir identificações políticas estáveis. Ao analisar empiricamente suas bases eleitorais, a distribuição espacial do voto e os deslocamentos de apoio ao longo do tempo, o capítulo busca evidenciar como se estruturam, em escala municipal, formas de autoridade que articulam dimensões simbólicas, institucionais e territoriais do poder. Trata-se, assim, de compreender a formação de uma liderança não como desvio em relação à política institucional, mas como modalidade específica de produção do político em contextos metropolitanos periféricos.

Assim, na primeira parte do capítulo vamos analisar de forma geral a história política de Reis, pontuando suas principais articulações e movimentos que conseguiram o alçar e manter como figura de relevância no cenário político municipal e estadual. Posteriormente nos dedicamos a examinar a territorialidade da construção do seu poder político. Para isso, nos atentamos a minuciar a evolução dos votos recebidos por ele em cada distrito de Duque de Caxias, com atenção especial ao recorte das eleições em que ele chegou a prefeito, ou seja, as eleições de 2004, 2016 e 2020. Nossa intenção é observar como ele consegue conquistar apoio dos eleitores, avançar por territórios - partindo de um apoio mais localizado a seu bairro de origem, Xerém -, e atingir uma hegemonia política.

No terceiro tópico passamos a analisar os movimentos políticos que Washington Reis realizou que explica os números examinados anteriormente. Mapeamos algumas características cruciais para sua resistência a derrotas e escândalos, mas também para as vitórias nas urnas. Para isso, ele precisou contar com mais do que o carisma político individual e mediador. Tais características passam também pela capilaridade promovida pela introdução familiar no campo político e o apoio partidário do MBD. Em seguida nos dedicamos a analisar sua união com o campo evangélico e como sua movimentação neste sentido teve um traço próprio ao não aderir discursos extremos e conseguir conciliar os campos moral e familiar, sem se desconectar com segmentos eleitorais mais plurais. Finalmente vamos unir todas estas análises e concatenar a empiria dos números, dos discursos e das ações de Reis com uma teoria que possa embasar

nosso argumento analítico sobre a consolidação da hegemonia de Washington Reis em Duque de Caxias.

2.1 Washington Reis: trajetória política como via de acesso à articulação hegemônica

A análise da trajetória política de Washington Reis que propomos nesta tese constitui o recorte empírico central para a compreensão dos processos de articulação hegemônica no plano local. O foco não recai sobre a reconstrução exaustiva de uma biografia política, mas sobre os momentos, posições institucionais e vínculos territoriais que permitem observar como se estruturam mediações políticas capazes de converter relações sociais em apoio eleitoral e liderança. A partir dessa perspectiva, Washington Reis emerge como um ator político cuja trajetória se desenvolve de forma estreitamente vinculada às dinâmicas territoriais e institucionais da Baixada Fluminense. Sua inserção no campo político local não pode ser compreendida apenas em termos de sucessão de cargos ou resultados eleitorais, mas como um processo marcado pela progressiva ampliação de bases sociais, pela ocupação estratégica de posições institucionais e pela construção de vínculos duráveis com segmentos específicos do território, como por exemplo, sua articulação com a base evangélica. Ao longo desse percurso, observa-se a consolidação de uma liderança que transcende a mera função de mediadora entre as demandas locais e as instâncias superiores do poder político-administrativo, estabelecendo-se como uma força política autônoma.

Essa trajetória revela deslocamentos relevantes tanto no plano territorial quanto no plano das alianças políticas. Eleito vereador pela primeira vez em 1992 aos 25 anos de idade, Washington Reis chega à esfera política depois de uma vida considerada simples, ou seja, sem pertencer a uma camada social de privilégios. Em uma entrevista, Washington declara que não inicia sua trajetória respaldado por um capital familiar, político ou mesmo econômico, tanto que um dos fatores marcantes em seu discurso é a sua origem proletária, repleta de obstáculos e a sua trajetória de superação. Ele relatou que nasceu em Xerém, dentro da Fábrica Nacional de Motores e começou a trabalhar cedo no comércio, auxiliando sua mãe na criação de nove irmãos após a morte de seu pai. Aos 14 anos, ele já realizava compras no CEASA de Irajá para seu próprio negócio.

Eu tive o dissabor também o privilégio né. Meu pai morreu num acidente há 44 anos atrás, eu tinha 14 anos de idade. Ajudei minha mãe a criar aquela turma toda, no comércio trabalhando de noite. Parece que eu sou novinho, mas há 51 anos atrás eu estava inaugurando a Ceasa de Irajá, puxando burrinho sem rabo lá. Fazendo minhas próprias compras para levar pro meu comércio. Então a gente sabe levantar cedo, dar duro e sabe ganhar dinheiro né. Porque comerciante não ganha dinheiro. Nunca quebrei, então graças a Deus eu tenho

que agradecer a Deus e trabalho faz parte da nossa vida (Barbosa, como é que resolve?. 2025).

Sua vida pública iniciou-se formalmente em 1993, quando foi eleito vereador em Duque de Caxias pelo Partido Socialista Brasileiro, PSB. Ocupou o cargo por muito pouco tempo, pois já no ano seguinte, 1994, venceu a eleição para deputado estadual pelo Partido Social Cristão, PSC. Já dentro do cenário político, ele forma uma aliança com Zito - então presidente da Câmara Municipal de Duque de Caxias - em 1996, formando uma chapa na qual concorreu a vice-prefeito ao lado de um político já consagrado na cidade. A vitória desta aliança foi simbólica por superar a antiga oligarquia caxiense, que no pleito estava representada por Hydekkel de Freitas, genro de Tenório Cavalcanti.

Mesmo com Zito, neste momento, possuindo muita popularidade local, Reis realiza um recuo ao decidir focar numa construção de alianças na Assembleia Legislativa. Este rompimento se concretiza em 1998, quando Washington Reis concorre novamente a deputado estadual e se filia ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB, sigla que serviria de alicerce para sua carreira a partir de então. Ele permaneceu no legislativo estadual por duas legislaturas, até 2004, quando finalmente Zito não conseguiu emplacar um sucessor, abrindo espaço para a primeira eleição de Reis como prefeito.

Segundo Gonçalves, Paolino e Gouveia (2024), grande parte da sustentação inicial de Washington Reis se deu por ele não governar sozinho, uma vez que utilizou sua trajetória institucional para alocar os irmãos - Júnior, Rosenverg e Gutemberg - em cargos estaduais e federais. Ele centralizou o poder retórico e carismático em si mesmo, transformando a família em uma engrenagem contínua de influência nas três esferas de governo, o que lhe ajudou a garantir a hegemonia.

Através deste movimento decisivo, Washington Reis rompe com o grupo liderado por Zito no final dos anos 1990 e opta por uma estratégia de inserção institucional mais ampla, combinando a permanência no Legislativo estadual e federal com a construção gradual de bases eleitorais próprias em áreas específicas do município. Esse reposicionamento não se dá de forma isolada, mas em um contexto de disputa direta pela hegemonia local, marcado pela coexistência — e posterior substituição — de dois modelos distintos de liderança política em Duque de Caxias, conforme demonstrado por Gonçalves, Paolino e Gouveia (2024). Enquanto o grupo de Zito se estruturava a partir de forte centralização personalista e maior concentração territorial no Primeiro Distrito, a trajetória de Washington Reis passa a evidenciar uma expansão eleitoral progressiva em distritos historicamente menos centrais, como Campos

Elíseos e Xerém, indicando uma reconfiguração do eixo territorial do poder político no município (Gonçalves; Paolino; Gouveia, 2024).

Alguns elementos para entender a derrota do antigo 'Rei da Baixada' podem ser: o peso de uma má gestão municipal (...) a construção de uma carreira política em um partido, PSDB que (...) não possuía força no cenário estadual (...) e, por fim, a incapacidade de transferência de seu prestígio a sua herdeira política (Gonçalves; Paolino; Gouveia, 2024. p. 17).

Na eleição de 2008, Zito consegue voltar ao Executivo derrotando Reis, seu antigo aliado, que também perde em 2012, mas desta vez para Alexandre Cardoso, do Partido Socialista Brasileiro, PSB. Washington Reis volta à prefeitura através da campanha de 2016 e se reelege em 2020. Essa trajetória, que veremos com mais detalhes no próximo tópico, lhe permite criar ao longo do tempo uma capilaridade capaz de implantar sua família na estrutura política local. Tanto que seu sobrinho, Netinho Reis vence Zito no pleito de 2024.

Outro ponto importante na sua trajetória, foi sua manutenção como liderança e apoio eleitoral mesmo após escândalos. Em dezembro de 2016, o Supremo Tribunal Federal o condenou por loteamento irregular e dano ambiental. Em 2024 foi alvo da Polícia Federal numa operação sobre fraudes em cartões de vacina e, em 2025, condenado pela 1ª Instância do tribunal de Justiça do Rio de Janeiro por fraude imobiliária (G1 Rio, 2025; Duran, 2024). No entanto, tais eventos não conseguiram abalar o apoio eleitoral de Reis e sua família em Duque de Caxias.

Percebe-se, portanto, que as tensões e disputas que atravessam esse percurso não se limitam à competição eleitoral episódica, mas dizem respeito à própria forma de organização da autoridade política local. A consolidação de Washington Reis ocorre paralelamente ao enfraquecimento do modelo de liderança sustentado por Zito, especialmente após os conflitos institucionais e administrativos que marcaram o final de seu terceiro mandato como prefeito, abrindo espaço para a reorganização das bases hegemônicas no município (Gonçalves; Paolino; Gouveia, 2024).

Nesse intervalo, a trajetória de Washington Reis se diferencia por sua capacidade de combinar circulação institucional — vereador, deputado estadual, deputado federal e prefeito — com a construção de uma rede política familiar e partidária capaz de garantir continuidade e capilaridade territorial, aspecto já identificado pela literatura sobre carreiras políticas subnacionais (Perissinotto e Bolognesi, 2010). Essa articulação permite não apenas resistir a derrotas eleitorais pontuais, como a de 2008, mas retornar ao Executivo municipal em condições significativamente mais favoráveis, apoiado por uma base eleitoral redistribuída espacialmente e por uma estrutura política mais estável.

É nesse sentido que a trajetória analisada se coloca como um caso a ser investigado em sua possível excepcionalidade, não por supostamente romper com a lógica da política local, mas por oferecer condições empíricas privilegiadas para observar os mecanismos por meio dos quais relações sociais, disputas territoriais e estratégias institucionais podem se converter em voto, legitimidade e liderança hegemônica. A análise que se desenvolve busca, portanto, examinar em que medida essa trajetória torna visíveis tais processos e sob quais condições essa conversão se estabiliza no tempo. Promovendo a seu modo e no seu tempo, Washington Reis se consolida como mais uma figura política, bem como os principais nomes que passaram anteriormente pelo executivo e marcaram o cenário político em Duque de Caxias, como Tenório Cavalcanti e Zito, vistos no capítulo 1.

2.2 Hegemonia territorial e reconfiguração do poder local em Duque de Caxias

Sabe-se que a construção de uma liderança política envolve inúmeros critérios, entre eles especificidades pessoais e possibilidades institucionais que podem mudar ou permanecer ao longo do tempo até atingir o que chamamos nesta pesquisa de hegemonia. Um destes critérios é o mapeamento do desempenho eleitoral de tal liderança, de forma que os números obtidos na urna traduzam, em parte, a recepção da sociedade à performance da liderança. No caso de Washington Reis, existem muitos resultados eleitorais que compõem sua trajetória.

Como visto, a trajetória de Reis no Executivo de Duque de Caxias iniciou-se como vice-prefeito na chapa liderada por Zito (PSDB). Para disputar esse pleito em 1996, Washington licenciou-se do cargo de deputado estadual que havia alcançado pela sigla do PSC. Em 1998, por meio de sua filiação ao PMDB, Reis rompeu com Zito e retornou à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Ele não participou das eleições municipais seguintes, em 2000, nas quais Zito alcançou o ápice de sua popularidade nas urnas. Segundo o TSE, ele obteve 315.679 votos, ou seja, 81,06% dos votos válidos. A distância para o segundo colocado, Geraldo Moreira (PDT), foi muito expressiva, uma vez que este obteve 27.950 votos, representando 7,18%.

Reis participou das eleições de 2004, mas desta vez como candidato a prefeito e sem Zito no pleito, pois a lei não permitia um terceiro mandato consecutivo. No primeiro turno, a disputa delineou os dois principais candidatos: Reis, do PMDB, que obteve 191.398 votos, representando 45,20% de apoio do eleitorado, e Laury, do PDT, que obteve 176.179 votos, ou seja, 41,61% (Folha Online, 2004). No segundo turno, Washington Reis conquistou a vitória ao receber 51,91% dos votos, computando 220.798 votos, contra 204.570 votos destinados a Laury, que ficou com 48,09% (Gonçalves; Paolino; Gouveia, 2024). O que se nota é que a

carreira que Reis construiu até essa eleição não lhe garantiu uma vitória fácil. Nos dois turnos, sua margem de diferença para o principal concorrente não ultrapassou os 4% dos votos válidos, índice muito diferente daquele alcançado por Zito na eleição anterior.

Em 2008, o pleito conta com a candidatura de Zito novamente, que consegue voltar ao executivo já no primeiro turno, superando Washington Reis, que tentava a reeleição. Pelo PSDB, o líder político municipal mais antigo atinge 245.218 votos e, com 53,34%, vence Reis, que obteve 204.988 votos, 44,59%. Nas eleições de 2012 o então prefeito Zito encara as consequências de uma crise na sua gestão, principalmente com problemas na coleta de lixo e, no primeiro turno, recebe cerca de 16% dos votos. Washington Reis avança para o segundo turno como segundo colocado, com 151.690 votos, 33,29%, índice próximo de Alexandre Cardoso, do PSB, que liderou com 154.903 votos, ficando com 33,99%. Desta forma, percebemos como, neste período, o cenário político caxiense se encontra em aberto, uma vez que a antiga liderança de Zito se enfraquece. No entanto, Reis não consegue alcançar a prefeitura, perdendo o segundo turno para seu oponente, que ficou com 51,51% dos votos válidos, contra os 48,49% do representante do PMDB, que obteve 217.004 votos.

Em 2016, Washington retornou com uma campanha que alcançou a liderança no primeiro e no segundo turno. Na primeira etapa, ele conseguiu 149.782 votos, 35,76%, contra 87.643 votos de Dica, do PTN, que somou 20,93%. Zito, então no PP, quase consegue avançar para o segundo turno e concorrer com seu aliado de 20 anos antes, ao obter 84.164 votos, 20,09%. Na segunda fase da disputa, Reis é eleito conquistando 217.800 votos, 54,18%, contra 184.230 votos, 45,82%, de seu concorrente. Já as eleições de 2020 constataam a hegemonia de Reis, que vence já no primeiro turno com 212.354 votos, ou seja 52,55% do eleitorado. Os adversários de pleito conquistaram 17,65%, no caso de Marcelo Dino, do PSL, e 10,03% dos votos válidos para Dica do PL. A herdeira política de Zito, Andreia Zito do PP, alcançou 9,96% (TSE, 2000-2020).

Tabela 1- Histórico de votos de Washington Reis em eleições municipais de Duque de Caxias

Ano	Cargo	Partido	Resultado	Votos 1º Turno	% votos 1º Turno	Votos 2º Turno	% Votos 2º Turno
1996	Vice-prefeito	PSC	Eleito	-	-	-	-
2004	Prefeito	PMDB	Eleito	191.398	45,20%	220.798	51,91%
2008	Prefeito	PMDB	Derrotado	204.988	44,59%	-	-

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em [\[https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Mapa_IBGE.jpg\]](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Mapa_IBGE.jpg), 2020]

O 1º Distrito concentra a elite econômica, o comércio e a melhor infraestrutura da cidade. Dados do Censo do IBGE apontam que 90,12% dos domicílios possuem acesso à rede geral de abastecimento de água (Quintslr, 2018), e a coleta de lixo atinge 97,6% da área (Prefeitura de Duque de Caxias, 2015). O bairro Jardim 25 de Agosto consolidou-se como um enclave de alta renda, com o metro quadrado mais valorizado do município, exibindo apartamentos de luxo avaliados em mais de R\$ 1,6 milhão, contrastando radicalmente com a periferia (Rodrigues, 2021).

O 2º Distrito abriga o maior paradoxo, que diagnosticamos como "cubismo social" no capítulo 1. Nele está instalada a Refinaria de Duque de Caxias (REDUC), que garante o 2º maior PIB do Estado do Rio de Janeiro e gera dezenas de milhões em royalties (Rodrigues, 2021). Contudo, a população vive em extrema precariedade. Apenas 55,80% dos domicílios têm acesso à rede de água, reduzindo para 22,77% no bairro de Campos Elíseos (Quintslr, 2018). Segundo dados do governo estadual, não há rede coletora de esgoto implantada na região (Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2020). A situação leva moradores a furtar água da adutora industrial da Petrobras para sobreviver, numa "guerrilha silenciosa" por recursos (Quintslr, 2018). Além disso, a região sofre com a violência das milícias e do tráfico, além de enchentes frequentes.

Já o 3º Distrito é a região mais desassistida de Duque de Caxias em relação aos serviços mais básicos. Apenas 16,41% dos domicílios possuem acesso à rede pública de água, obrigando quase 50% da população a depender de poços artesianos muitas vezes contaminados, e a coleta de lixo atinge menos de 30% das residências (Quintslr, 2018; Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, 2015). O IDH é baixo e a vulnerabilidade ambiental e social é considerada alta. Enquanto o 4º distrito possui um contingente menor e a maior área territorial, Xerém possui infraestrutura intermediária com 55,32% com acesso à água de rede (Quintslr, 2018). A região também possui grande importância histórica por ter sediado a Fábrica Nacional de Motores (FNM) nos anos 1940 (Rodrigues, 2021), gerando uma forte identidade operária na região, que se mescla com características rurais e de encostas, como a Serra do Tinguá.

A partir do contexto socioeconômico dos distritos podemos mapear com mais clareza a evolução de pontos importantes ao longo do período analisado. Por exemplo, em 2004, o voto era segmentado em periferias como Xerém e São Bento, mostrando um início com apoio localizado, enquanto em 2016, há uma ampliação volumosa de votos neste território, com

crescimento de 187% em Campos Elíseos e 185% em Saracuruna como evidência de ampliação de bases de apoio e em 2020 ocorre a densificação, na qual Reis se consolida como a força majoritária da política local, conforme mostra os dados na tabela abaixo.

Tabela 2 – Votação de Washington Reis por Bairro, com crescimento e participação percentual no total municipal (2004–2016–2020)

Distrito	Zona	Bairro	2004	2016	2020	Cresc. Abs.	Cresc. %	% 2004	% 2016	% 2020
1º	103	Centro	8.347	6.807	7.421	-926	-11%	5,91	4,07	4,01
1º	200	Vila São Luís	4.980	3.946	4.238	-742	-15%	3,52	2,36	2,29
1º	200	Jardim 25 de Agosto	6.412	3.821	4.109	-2.303	-36%	4,53	2,28	2,22
1º	200	Parque Paulicéia	3.944	3.117	3.442	-502	-13%	2,79	1,86	1,86
1º	200	Santa Teresa	2.322	2.131	2.283	-39	-2%	1,64	1,27	1,23
1º	200	Vila Itamarati	2.109	2.006	2.158	+49	+2%	1,49	1,20	1,16
2º	79	Amapá	1.938	1.742	1.963	+25	+1%	1,37	1,04	1,06
2º	79	Cidade dos Meninos	3.900	2.884	3.221	-679	-17%	2,76	1,72	1,74
2º	79	Pantanal	7.154	5.076	5.684	-1.470	-20%	5,06	3,03	3,07
2º	79	Pilar	5.690	3.754	4.302	-1.388	-24%	4,02	2,24	2,32
2º	79	São Bento	7.153	5.365	6.014	-1.139	-16%	5,06	3,20	3,25
2º	126	Campos Elíseos	2.995	7.528	8.611	+5.616	+187%	2,12	4,49	4,65
2º	126	Figueira	3.716	5.764	6.447	+2.731	+73%	2,63	3,44	3,48
2º	126	Jardim Primavera	6.651	13.754	15.904	+9.253	+139%	4,71	8,21	8,59
2º	126	Saracuruna	5.921	14.021	16.882	+10.961	+185%	4,19	8,38	9,12
3º	127	Imbariê	5.628	4.977	5.842	+214	+4%	3,98	2,97	3,15
3º	127	Nova Campinas	5.004	3.629	4.201	-803	-16%	3,54	2,17	2,27
3º	127	Parada Angélica	2.884	2.712	2.994	+110	+4%	2,04	1,62	1,62
3º	127	Jardim Anhangá	3.000	4.401	4.963	+1.963	+65%	2,12	2,63	2,68

Distrito	Zona	Bairro	2004	2016	2020	Cresc. Abs.	Cresc. %	% 2004	% 2016	% 2020
3º	127	Parque Paulista	2.617	2.588	2.803	+186	+7%	1,85	1,55	1,51
4º	128	Xerém	7.602	10.204	11.873	+4.271	+56%	5,38	6,10	6,41
4º	128	Santa Cruz da Serra	4.978	3.889	4.506	-472	-9%	3,52	2,32	2,43
4º	128	Mantiquira	3.941	3.652	4.112	+171	+4%	2,79	2,18	2,22
4º	128	Parque Eldorado	3.120	3.648	3.894	+774	+25%	2,21	2,18	2,10
4º	128	Santo Antônio	2.716	2.801	3.018	+302	+11%	1,92	1,67	1,63

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa.

Desta forma, temos que o 4º Distrito pode ser considerado o grande reduto que confere a Reis a força da sua narrativa de origem. Neste distrito, em especial no bairro de Xerém, é onde se concentra a representação de sua base primária e o arrimo da hegemonia que se consolida ao longo do tempo. Em 2004, Reis obteve 7.602 votos em Xerém. Em 2016 ele sobe para 10.204 e chega a 11.873 votos em 2020, mostrando +56% em crescimento absoluto. Além do volume de votos, nota-se a densidade eleitoral, uma vez que, em 2020, Washington Reis conquistou 75,03% dos votos válidos dentro de Xerém. Em bairros vizinhos como Mantiquira, a densidade também se consolida.

Esse domínio quase absoluto não se sustenta apenas por obras, mas por uma profunda relação de identidade. O discurso de Reis é fortemente ancorado na sua origem proletária: ele faz questão de lembrar que nasceu em Xerém, trabalhou na Fábrica Nacional de Motores e assumiu o sustento da família puxando "burrinho sem rabo" no Ceasa de Irajá após a morte do pai.

Na campanha de 2020, Reis publica um material no qual explora essa relação de intimidade com o território e com "sua gente". No 15º Programa Eleitoral (2020) o vídeo é elaborado com moradores de Xerém orientado o espectador a encontrar a casa do candidato. Todos indicando de maneira informal e íntima, explicando onde virar, onde entrar. O locutor, por fim, declara que "aqui em Xerém na Rua Hernan Pinheiro número 15 é nessa casa que o Washington Reis vive com sua família". Ao dizer que "para conhecer os problemas da cidade um prefeito precisa morar nela", ele converte a sua residência no 4º Distrito (Xerém) em um atestado de autenticidade política

Xerém funciona como o seu reduto intangenciável uma vez que consegue cultivar a imagem do "filho da terra que venceu". Com isso, ele converte a identidade territorial em lealdade política manifestada no número de votos. A blindagem no 4º Distrito forneceu a segurança eleitoral necessária para que ele pudesse ousar e expandir sua máquina para outras áreas do município ao longo do tempo.

Desta forma, se consideramos Xerém como a origem, o 2º Distrito é amostra da expansão da força política de Washington Reis na consolidação da hegemonia, pois é na região que se desloca o eixo de poder que antes pertencia ao antigo grupo político de Zito. Entre 2004 e 2020, os votos destinados a Reis no distrito cresceram como um todo +119%, num acréscimo de mais de 41 mil votos. Bairros como Saracuruna cresceram +185%, indo de 5.921 em 2004, 14.021 em 2016 e 16.882 votos em 2020. Campos Elíseos mostram um aumento de 187% e Jardim Primavera, de 139%. Em 2020, ele alcançou densidades de 56,69% em Saracuruna e 51,36% em Primavera.

Tal salto no 2º Distrito reflete a transição de um "líder de bairro" - no caso, Xerém - para uma referência política em escala municipal. Historicamente marcado por severos déficits de infraestrutura, o 2º Distrito era um espaço de carências agudas. Reis atua politicamente utilizando a lógica da hegemonia de Laclau e Mouffe (2015) na qual as demandas sociais fragmentadas passam a ser unidas nas "cadeias de equivalência", dividindo o espaço político. Ao absorver as demandas dessas periferias, seja por asfalto, saneamento ou visibilidade, ele transformou-se no grande "provedor", repetindo a seu modo o papel de mediador entre população e Estado que analisamos anteriormente.

Neste mesmo sentido, tais atitudes refletem o que Magdaleno (2008) conceitua como "benefícios concentrados". A distribuição desses recursos na região permitiu que ele unificasse demandas antes dispersas, transformando territórios outrora competitivos em áreas de dominância político-eleitoral; isto é, ele assumiu a figura do Estado onde o poder público faltava. O autor ressalta que tal prática estabelece uma relação de interdependência entre a representação política proporcional e o território no estado do Rio de Janeiro, gerando os chamados "territórios dominados".

Já a análise do 1º Distrito (Centro) nos mostra um contraponto importante que fundamenta a mudança estrutural na política de Duque de Caxias ao longo do período mapeado. Se, por um lado, a periferia explodiu em votos, por outro tem-se nas áreas centrais um encolhimento. O 1º Distrito apresentou queda de -9% no acumulado, ou seja entre 2004 e 2020. Em bairros de classe média e redutos históricos, a perda foi expressiva: Jardim 25 de Agosto

Reis obteve 6.412 votos em 2004, encolhendo para 3.821, em 2016 e alcançando 4.109, em 2020, numa queda geral de 36%. Trajetória parecida, porém em menor escala, em Vila São Luís, na qual a queda foi de 15%, e no Centro, com decréscimo de 11%.

O que se percebe ao analisar a região é que o antigo modelo político da cidade, liderado por Zito, era fortemente centralizado e personalista, focado no Primeiro Distrito. Washington Reis subverteu essa lógica. Os dados demonstram que a sua hegemonia não depende das elites tradicionais, nem da classe média do Centro. Dessa forma, o recuo no Centro não é uma derrota, mas uma nova estratégia que se mostra eficiente ao se analisar o quadro geral. Mesmo perdendo votos absolutos na Sede, ele manteve uma densidade competitiva, pois obteve cerca de 46,61% de votos no Centro e 42,95% no Jardim 25 de Agosto em 2020. Isso se mostrou suficiente para impedir o surgimento de uma oposição viável no centro urbano, enquanto a sua base eleitoral identitária se manteve massiva nas periferias — o Segundo e o Quarto Distritos —, garantindo vitórias no cômputo geral do município.

O 3º Distrito apresenta uma dinâmica de estabilidade, com um leve crescimento de 6% no agregado geral. Bairros como Jardim Anhangá tiveram um pico positivo de 65% de aumento em 2020, passando de 3.000 votos em 2004 para 4.401 em 2016, e atingindo 4.963 em 2020. No geral, contudo, a região manteve sua importância proporcional. Dessa forma, observa-se que essa área atesta a capilaridade da “campanha permanente”. Em regiões onde a expansão explosiva não ocorre, Reis utiliza sua estrutura familiar e sua rede de brokers (como mediadores e coordenadores de bairro) para manter a fidelidade eleitoral em níveis seguros, como os 64,41% de densidade em Imburiê registrados em 2020. A liderança é sustentada por uma rede organizacional contínua que atende demandas cotidianas, conforme será detalhado no próximo tópico.

2.3 Redes políticas locais, mediação institucional e produção de consenso

A análise das três eleições consideradas nesta pesquisa — 2004, 2016 e 2020 — demonstra que a trajetória política de Washington Reis não pode ser compreendida como simples variação quantitativa de votos ao longo do tempo, mas como um processo de consolidação territorial progressiva de sua liderança. Os dados de votação por bairro evidenciam que o desempenho eleitoral se estruturou a partir de um núcleo geográfico inicial, vinculado ao 4º Distrito, especialmente Xerém, local de origem política da liderança, e se expandiu de forma contínua para outras áreas do município, produzindo um padrão que combina fidelização, capilarização e posterior densificação do apoio.

Em 2004, observa-se forte concentração de votos em territórios periféricos e distritais, como Xerém, Saracuruna, Jardim Primavera e São Bento, indicando a existência de redutos claramente definidos, com menor inserção relativa nas áreas centrais. Esse momento corresponde à formação de um núcleo hegemônico primário, no qual a liderança se ancora em redes locais, vínculos comunitários e mediações territorializadas, ainda com alcance segmentado.

Já em 2016, mantém-se a centralidade desses redutos históricos, mas ocorre ampliação expressiva da votação em bairros que antes apresentavam menor peso, como Campos Elíseos, Figueira e Gramacho, configurando um processo de expansão territorial da base. O padrão revela não apenas crescimento numérico, mas difusão da presença política, sugerindo a atuação de uma estrutura organizacional contínua, capaz de incorporar novas áreas à rede de articulação política, característica associada ao funcionamento da campanha permanente.

Em 2020, além do volume de votos, torna-se visível a densidade eleitoral dentro dos bairros, com localidades como Xerém apresentando percentuais amplamente majoritários, ao passo que outros territórios alcançam níveis igualmente elevados de predominância. Nesse estágio, a liderança não apenas obtém votação expressiva, mas demonstra capacidade de se tornar referência majoritária em determinados espaços, ao mesmo tempo em que permanece competitiva em regiões mais centrais e disputadas. A trajetória observada, portanto, pode ser sintetizada como passagem de redutos localizados para rede territorial ampliada e, posteriormente, para consolidação hegemônica diferenciada conforme o território.

Como vimos, a trajetória de Reis conecta diferentes frentes, que consolidam o que Gonçalves, Paolino e Gouvea (2025) conceituam de tripé analítico: carreira, partido e família. Na análise produzida pelos autores sobre a estruturação da família Reis como uma elite política em Duque de Caxias, fica evidente que tal hegemonia não surge de forma simples ou linear.

Essa interação entre carreira, partido e família constitui o tripé analítico para compreender a reprodução das elites locais. Nenhuma dessas dimensões, isoladamente, explica a permanência ou o declínio de lideranças. É a articulação entre elas que determina a resiliência de grupos políticos. Lideranças que circulam por diferentes cargos, ancoradas em partidos estruturados e sustentadas por redes familiares, tendem a se consolidar e projetar-se para além do município (Gonçalves; Paolino; Gouvea, 2025. p. 6-7).

O “clã” familiar destaca-se não apenas por substituir a antiga liderança representada por Zito, mas por demonstrar grande resiliência na reprodução do poder. Seus integrantes não se apoiaram apenas no carisma individual de Washington Reis; ao contrário, produziram uma

articulação entre carreiras institucionais diversificadas, uma estrutura partidária sólida sob o MDB e o uso estratégico do capital familiar, expresso na distribuição de cargos entre os irmãos e outros parentes. Nesse sentido, além de Netinho Reis, sobrinho de Washington que assumiu o cargo de prefeito de Duque de Caxias em 1º de janeiro de 2025, o grupo é composto por Jane Reis, irmã de Washington, pré-candidata a vice-governadora do Rio de Janeiro; Gutemberg Reis, irmão, que atua como deputado federal; Rosenverg Reis, também irmão, que ocupa o cargo de deputado estadual; Divair Alves de Oliveira, conhecido como Júnior Reis, irmão, vereador e ex-secretário no município; e Daniele Marques Corrêa Reis, esposa de Washington, que assumiu a Secretaria de Cultura e Turismo de Duque de Caxias.

Segundo os autores, a relação entre Washington Reis e os irmãos se estabelece devido às capacidades de oratória e poder que ele possui, diferentemente dos demais, que se tornaram dependentes do seu carisma na relação com o público. Tal dependência faz dos irmãos, que ocupam braços nos diferentes níveis de poder, fiéis a ele. Além disso, enquanto os pleitos ao executivo municipal não foram favoráveis, Washington passava seus cargos nos legislativos aos irmãos, como na substituição feita por Júnior Reis em 2001 na Câmara dos Vereadores de Duque de Caxias, Rosenverg Reis na ALERJ em 2011 e Gutemberg Reis como Deputado Federal em 2019, evidenciando a forte dependência de seus familiares na figura centralizadora do irmão no campo político.

Em entrevista, Washington declara como a entrada de seus familiares na política foi uma articulação.

Aí eu saí para deputado aí empurrei ele (Júnior Reis) pra política ele tá no oitavo mandato (...) Gutenberg era terceiro mandato deputado federal o Netinho eu arranquei da empresa lá um empresário excepcional com 31 anos e foi eleito prefeito de Duque de Caxias no primeiro turno então isso é fruto de uma relação de confiança (Barbosa, como é que resolve?. 2025).

Tais “braços” que os familiares exerciam nessas diferentes esferas do poder permitiam que Washington Reis ganhasse capilaridade. Seja trazendo verbas para o município, atendendo diretamente as demandas setorializadas dos bairros ou atuando como *brokers* no município. A rede que a família Reis implementa não a faz presente apenas nos anos eleitorais. Pelo contrário, possibilita manter uma campanha permanente, na qual o “clã” se mantém constantemente visível ao eleitorado.

Outro fator importante para essa consolidação foi o apoio partidário que Washington recebeu ao longo do tempo. Enquanto seu principal opositor, Zito, apostou em um projeto

político mais personalista e se filiou ao PSDB — partido que fazia oposição ao governo federal e sofria um esvaziamento no estado do Rio de Janeiro —, Reis adotou a estratégia do enraizamento. Ele migrou para o MDB logo após romper com Zito em 1998 e manteve-se na legenda por décadas, até a realização desta pesquisa. Essa manobra evitou um isolamento que poderia resultar do esvaziamento de alguns partidos no cenário nacional ao longo das últimas décadas, como ocorreu com o PSDB. O resultado de sua escolha foi um importante suporte partidário que o sustentou em pleitos legislativos quando foi derrotado no Executivo caxiense, viabilizando suas eleições para deputado estadual e federal. Além disso, mesmo impedido judicialmente de formar chapa com Cláudio Castro para o governo estadual, ele contou com essa rede de apoio, que logo lhe garantiu a Secretaria de Transportes do Rio de Janeiro

Isso se tornou possível porque nas décadas de 2000 e 2010 o MDB fluminense foi o partido com maior número de deputados eleitos, o que aumentou a força política da sigla no estado. O próprio Reis declara a importância do partido em sua vida política,

Eu respeito muito os partidos que (...) eu tenho vida partidária. Tô há quase 30 anos no MDB, quem não tem vida. Político também que não, que fica pulando de partido, ele não tem fidelidade em lugar nenhum. Nem em casa com a mulher nem no partido e nem com o eleitor (Barbosa, como é que resolve?. 2025).

Nesta fala, Reis conecta sua fidelidade partidária com sua vida íntima e familiar, numa tentativa de usar sua relação com o MDB para expandir sua imagem de estabilidade e lealdade para foro pessoal e eleitoral.

Além disso, as alianças derivadas da sua filiação lhe renderam apoios importantes, como do ex-governador do estado, Sérgio Cabral, que o nomeou como Subsecretário de Obras Metropolitanas no Rio de Janeiro entre 2009 e 2010, depois de perder a eleição municipal para Zito em 2008. Esse cargo o possibilitou ofertar aos eleitores “benefícios concentrados”, uma vez que através dele Reis ocupou uma posição central na construção do Arco Metropolitano - que atravessa Caxias - e lhe auxiliou na consolidação da figura de “político provedor”.

Gonçalves, Paolino e Gouvêa (2025) ainda destacam que o MDB fluminense valoriza o poder do capital familiar, muito articulado por Reis.

Washington Reis utilizou os recursos de que dispunha enquanto prefeito de um importante município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, economicamente e eleitoralmente, para garantir a posição estratégica de parentes de sua confiança e submetidos à sua missão. A necessidade de alocar seus irmãos em cargos seguros surgiu em decorrência do impedimento da nomeação de parentes em cargos do executivo municipal, sob acusação de

nepotismo. Além do custo mais baixo em manter a lealdade e obediência, um segundo elemento que contribui para o fortalecimento das ações em família é o fato de ter construído sua trajetória no MDB, um partido onde o poder do capital familiar se mostra mais efetivo que nos demais (Gonçalves; Paolino; Gouvea, 2025. p. 17).

Podemos perceber, assim, como o tripé das estruturas de consolidação de Reis como figura hegemônica se entrelaçam.

Outra marca que Washington Reis construiu na sua trajetória foi a realização e entrega de obras justamente nos territórios que lhe renderam mais avanço em termos de votação. Segundo o site da prefeitura de Duque de Caxias, foram entregues obras de pavimentação, reurbanização e infraestrutura nos quatro distritos do município entre 2019 e 2020. Os maiores destaques para infraestrutura e mobilidade urbana foram o recapeamento da Avenida Automóvel Clube: Asfalto no trecho de Santa Cruz da Serra - da Rodovia Washington Luís até a entrada de Nova Campinas - e avenidas do bairro Sarapuí, como na Rua Tocantins. Na área de saneamento e de desfavelização, os bairros Sarapuí e São Bento, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – financiado pelo governo federal - foi executada a retirada de áreas de risco e demolição de casas às margens do Rio Sarapuí, com visitas da presidência da Caixa Econômica Federal para acompanhar o projeto de urbanização. Além da recuperação do Rio Jacatirão com o objetivo de prevenir enchentes.

Imagem 3- Washington Reis realizando uma séria de inaugurações no último dia permitido pela legislação eleitoral antes de iniciar a campanha de 2020



Fonte: Reginaldo Pimenta / Agencia O Dia Matéria publicada em 14/08/2020.

No ano anterior à última eleição analisada, que lhe consolida como a atual hegemonia política de Duque de Caxias, em um único dia Reis realizou uma série de inaugurações no 3º distrito, mais especificamente no Bairro Taquara. Foram entregues 10 km de vias asfaltadas, nova iluminação de LED, a reforma da Praça São Paulo e da Escola Municipal Barão da Taquara, além da inauguração de uma nova UBS.

O que este movimento faz é transformar a figura de Reis em um “provedor de cidadania”. Este conceito foi formulado por Santos (2019) ao analisar a dinâmica político-eleitoral na baixada fluminense. O autor usa a geografia eleitoral para compreender a consolidação das famílias políticas e como suas ações moldam o comportamento do eleitorado. Segundo ele, a negligência e ausência históricas do Estado na região permitem o surgimento de lideranças locais que se apropriam do território. Os líderes convertem diferentes tipos de capital em capital político, transmitindo a imagem de um “provedor de cidadania”. No caso específico de Santos (2019), a análise foi realizada em Nova Iguaçu, onde o capital imobiliário e comercial foi convertido em consolidação política através desta tática. Com Reis em Duque de Caxias, a precariedade histórica - que converge com toda a região - é instrumentalizada através de ações que fazem do uso da máquina pública um mecanismo para encenar uma promoção de cidadania e estabelecer com o eleitor um vínculo pessoal. Assim, Reis personaliza as ações ao mediar tais promoções de cidadania e passa a ser visto como o provedor.

Desta forma, a trajetória de Washington Reis mescla rupturas e continuidades no padrão das antigas lideranças políticas de Duque de Caxias. Se por um lado ele repete a característica de líder mediador entre Estado e população em condição precarizada, por outro ele não se baseia apenas no carisma individual e conta com o apoio estabilizador do partido que o sustenta nos momentos de derrotas municipais. Além disso, a capilaridade conquistada através de membros da família ocupando diversos cargos de confiança e nos legislativos auxilia a expandir e manter sua aderência nas regiões que lhe garantiram a consolidação da hegemonia. Todos estes aspectos formam o tripé analítico identificado por Gonçalves, Paolino e Gouvea (2025), que sozinho não define sozinho a trajetória de Reis.

2.4 Religião, política e articulação hegemônica: o papel das redes evangélicas

Existe ainda outro processo que compõe o cenário político atual que atravessa a trajetória de Washington Reis, as redes evangélicas. Porém, esse processo não é um caso isolado. Nas últimas décadas a sociedade brasileira passou por uma transição religiosa acelerada. Coutinho *et al.* (2026) apontam que o número de templos no Brasil dobrou entre

2010 e 2024, ultrapassando a 140 mil unidades, o que fez dos evangélicos uma força demográfica com forte utilização eleitoral. Os autores pontuam que a população evangélica no Brasil passou de 22% em 2010 para uma projeção de 36% em 2026.

Dentro deste movimento, existe um destaque para o estado do Rio de Janeiro, que entre 2010 e 2022 teve sua população evangélica passando de 29% para 42%. O estudo projeta que o crescimento deve atingir 46% em 2026. O território de Duque de Caxias e a trajetória de Reis são atravessados por esta configuração. Neste sentido, Coutinho *et al.* (2026) mostram que o campo evangélico é dividido em três configurações de igrejas, missionárias, pentecostais e neopentecostais. É nestas duas últimas que se difundiu com mais acentuação a visão de que o sucesso material e a superação da pobreza são bênçãos e resultados do esforço e da fé.

Essa visão é conhecida como Teologia da Prosperidade, associando a fé em Deus em sucesso material, saúde e superação de adversidades. Neste sentido, dentro desta linha de pensamento promovida nos templos, a pobreza pode ser encarada como algo a ser vencido através da fé e não por políticas públicas. Tal entendimento contribui para a aderência do discurso empreendedor e de superação de dificuldades de Reis que, como vimos, sempre reforçou sua origem humilde e sua história de conquistas. Além disso, o fato de Washington Reis ser declaradamente membro da Igreja evangélica Assembleia de Deus convergiu para mais essa face na consolidação de sua hegemonia.

Segundo IBGE (2022), Duque de Caxias supera a média de evangélicos no estado, tendo atingido já na pesquisa de 2022 36,8% da população, ultrapassando o índice de católicos, que somaram 35,0%. Desta forma, concluímos que ao menos aproximadamente 72% dos caxienses são cristãos. Não é possível saber, através da pesquisa do IBGE, o recorte de cristãos ou evangélicos por distrito, mas ainda assim percebemos que o crescimento que ocorreu no Brasil foi acompanhado ou superado em Duque de Caxias. No entanto, não se pode anexar categoricamente a conexão de Reis com o eleitorado evangélico exclusivamente à Teologia da Prosperidade. Neste trabalho, defendemos, contudo, que, neste cenário, Reis utiliza de repertórios religiosos que envolvem prosperidade, trabalho, família e bênçãos para criar uma relação de afinidade eletiva discursiva com o eleitor.

Como analisado anteriormente, o papel de mediador é parte constituinte dos perfis de liderança política caxiense, característica que Reis também adotou. Ao mediar as necessidades da população com o provimento do Estado, assumindo assim o posto de “provedor de cidadania” (Santos, 2019), ele se torna a figura central do político-mediador, que segundo Kuschnir (2005) é tão comum nas grandes metrópoles. Desta forma, os locais que concentram

as maiores lacunas pelo Estado, como o segundo e o terceiro distritos, a igreja evangélica também atua como rede de apoio social e material, assumindo também o papel de mediadora onde o Estado falha.

O resultado, como aponta Coutinho *et al.* (2026), é que apenas 16% dos evangélicos entendem que o governo é o principal responsável pelos necessitados. Por outro lado, 56% afirmam que suas igrejas ajudam ativamente seus membros a encontrar emprego, por exemplo, “evidenciando um forte senso de comunidade” (Coutinho *et al.*, 2026. p. 20). Ainda nessa linha, 62% dos fiéis que foram convertidos declararam que a mudança de religião foi também motivada pelo suporte encontrado nos templos. O que notamos é que, assim como a figura tradicional do líder político construída em Duque de Caxias ao longo da história - como vimos no capítulo 1 - a igreja também se orchestra para oferecer os benefícios à população de forma paralela ao Estado. Ao unir sua figura política com a figura da igreja evangélica, Reis alia sua rede familiar com a rede religiosa.

Outro ganho político de Reis nesta união se encontra no caráter moral do comportamento eleitoral dos evangélicos. Diferente de outros setores sociais, os evangélicos declaram que seu voto é altamente confessional e direcionado, sendo, portanto, um grupo de grande valor eleitoral, que não deve ser ignorado ou subjugado. Isso porque 23% dos evangélicos costumam levar em consideração a opinião de líderes religiosos na hora de decidir seu voto e 55% acreditam que valores religiosos devem direcionar a política no país (Coutinho *et al.*, 2026). No campo institucional, este movimento levou à atual Frente Parlamentar Evangélica (FPE), que forma uma rede coesa e poderosa no parlamento, sendo liderada pela Igreja Assembleia de Deus, que possui 26% da bancada.

O resultado eleitoral está para além da bancada parlamentar, Coutinho *et al.*, (2026) ainda ressalta que houve um deslocamento orgânico e estrutural destes eleitores para partidos e discursos de direita e centro-direita nos últimos anos. Neste cenário, Reis não disputou espaço com essa rede, aliou-se a ela. No entanto, ele conseguiu construir uma conexão própria com o campo evangélico. Gonçalves, Paolino e Gouveia (2025), ao sistematizar o avanço do “clã” Reis em Duque de Caxias, analisam como Washington mesclou os valores mais restritivos da Assembleia de Deus com um certo distanciamento do discurso mais moralista, típico da bancada evangélica neoconservadora. Ele não adota o extremismo moralista, como a guerra aos direitos das minorias, por exemplo. Sua estratégia foi construir “familista”, argumentando que a superação da pobreza se dá pela estabilidade familiar e pelo empreendedorismo. Essa moderação o permite surfar na onda conservadora sem afastar eleitores de outros espectros.

Na entrevista ao Canal Barbosa (2015), Reis declara, ao ser perguntado sobre o segredo de seu sucesso político, que "o homem tem que ser cristão", argumentando que um político cristão age com "temor a Deus", não mente e trabalha com a verdade para com a sociedade. Ele frequentemente se apresenta como um homem "religioso temente a Deus" que enxerga seu trabalho político como uma "grande missão". A materialização da união de sua imagem com a religião e o território de Duque de Caxias foi a promoção de "benefícios concentrados" à comunidade cristã. Ele relata, com orgulho, a criação de um "monte de oração" e uma cruz em Xerém, além da construção de um "Monte Sinai" com a palavra "Jesus" escrita em letras de 15 metros de altura (maiores que as de Hollywood), transformando a fé em atração turística e infraestrutura.

Imagem 4 – Washington Reis no "Monte Sinai"



Fonte: Perfil oficial de Washington Reis no Instagram
Acesso em 27 mai. 2026

A postura de Reis, no entanto, mostra estar além do fanatismo religioso, buscando ser pragmático e atuando mais como mediador político. Na mesma entrevista, ao ser provocado a escolher entre a Assembleia de Deus e tradições católicas - como a festa de Santo Antônio ou a Romaria do Pilar -, ele se recusa a escolher apenas uma. Sua resposta foi abraçar todas: "as três: Assembleia de Deus, Pilar e Santo Antônio. Festa de Santo Antônio é um show, Padre Renato. Lá é a festa mais bonita que tem na Baixada Fluminense". Nesta fala ele demonstra sua capacidade de transitar por diferentes bases eleitorais religiosas para manter o consenso.

Assim, o que se identifica é que a comunidade evangélica - especialmente a Assembleia de Deus - não é apenas um nicho de eleitores para Reis, mas sim uma rede de legitimação moral num cenário político inclinado para tal perspectiva. Ao evitar o extremismo

para focar na imagem do "provedor da família", ele converte postura moral e obras físicas em capital político junto aos fiéis.

2.5 Estabilidade política e a consolidação do discurso

Como visto, a trajetória de Washington Reis seguiu um “terreno” já construído pelos antigos líderes políticos, como Tenório e Zito, mas também adicionou novas características que o consolidaram frente às mudanças sociais e políticas que atravessaram seu percurso nas últimas décadas. A força política que ele conquistou através da arquitetura familiar, partidária, religiosa e figura pessoal é um símbolo atual, no território de Duque de Caxias, é o que Laclau e Mouffe (2015) conceituam como *articulação hegemônica*. Segundo os autores, a atuação política e as identidades sociais são contingentes e relacionais, e que estruturas - como a consolidada por Reis - são práticas típicas da política moderna.

Nesta obra, lançada em 1985, Laclau e Mouffe (2015) partem do princípio de que a esquerda precisava estabelecer uma estratégia contemporânea para redefinir seu antigo projeto socialista criado por Marx. Sua intenção era auxiliar a produzir um arcabouço teórico novo que fosse capaz de compreender e articular a heterogeneidade dos movimentos sociais que emergiam, como o feminismo, o antirracismo e o ecologismo. Segundo eles, a luta de classes pura e simples não era capaz de abranger a sociedade complexa. Seu argumento, portanto, era de que a transformação social, neste contexto, exigia novas hegemonias que fossem capazes de articular as novas demandas. Esclarecemos que nosso sujeito de pesquisa não se manifesta como um líder hegemônico que busca a expansão de igualdades através de lutas, ele, pelo contrário, estabelece uma hegemonia conservadora da manutenção do poder. Assim, sabendo que Reis se mostra como um líder que executa o exato oposto do defendido pelos autores, nos atemos a usar sua obra restritamente através do conceito de hegemonia, como uma lente que nos permite analisar a trajetória.

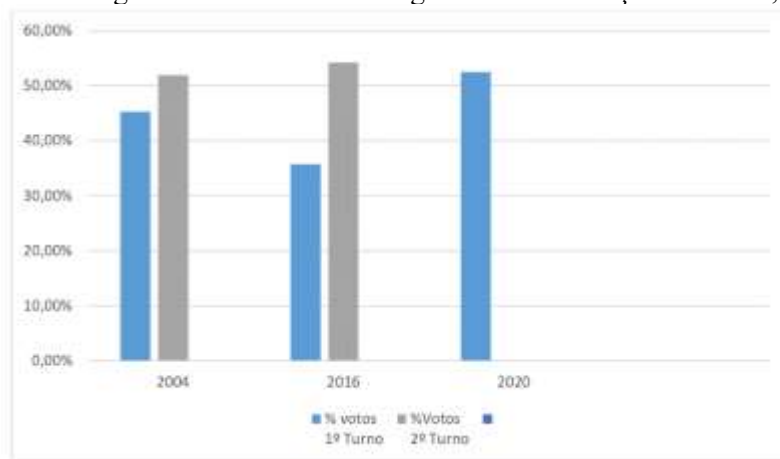
Este conceito assume diferentes noções ao longo do tempo. Alves (2010) traça sua genealogia e sua evolução dentro e fora da tradição marxista e aponta numa primeira linha Lênin utilizou o conceito com foco estreitamente político e coercitivo, enquanto Gramsci, em seguida, deslocou seu entendimento para a sociedade civil, com um direcionamento mais intelectual e moral assim como no “papel dos intelectuais orgânicos” que produziram o consenso. Para a autora, a transição do pós-marxismo realizada por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe - que utilizamos em nosso argumento - desconstrói o determinismo de classe de

Gramsci e redefine a hegemonia como uma prática articulatória e discursiva em um campo social aberto contingente e atravessado por antagonismos.

Neste sentido, ao argumentar a consolidação da hegemonia de Reis estamos o afirmando como articulador discursivo que conseguiu transformar o território de Duque de Caxias em seu reduto eleitoral, ampliando seu poder para seu clã familiar enquanto enfrentava derrotas e vitórias. Tal articulação promoveu o que Laclau e Mouffe (2015) identificam como *lógica de equivalência*, ao unir diferentes demandas e insatisfações. Neste sentido, Reis não se torna líder repentinamente, mas consegue produzir tais cadeias de equivalência ao longo do tempo.

Como vimos, ele não atingiu grande expressividade de votos na eleição de 2004. Sua vitória foi garantida tanto pela ausência do principal adversário político quanto pela base eleitoral vinculada a sua origem, bairro de Xerém.

Gráfico 1 – Porcentagem de votos em Washington Reis nas eleições de 2004, 2016 e 2020

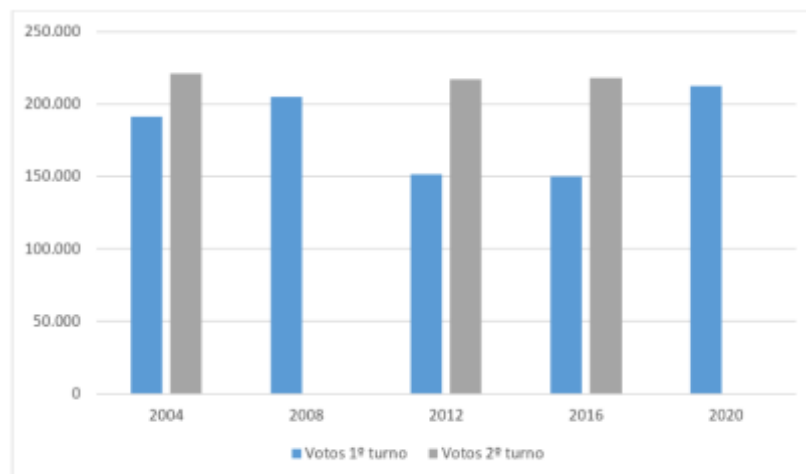


Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Desta forma, a consolidação que argumentamos está ancorada empiricamente no salto do apoio que Reis conquistou na última eleição, na qual o resultado ficou evidenciado já no primeiro turno. Nas eleições anteriores que aqui analisamos, nota-se que ele não apenas precisou estender a campanha eleitoral para o segundo turno, como no primeiro, não obteve grande distância percentual de seu principal oponente.

Em termos numéricos, este apoio eleitoral se traduz em uma manutenção da massa de votos, como se percebe no gráfico seguinte:

Gráfico 2 – Quantidade de votos em Washington Reis nas eleições entre 2004 e 2020



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa

Quantitativamente, percebe-se uma linearidade na soma dos votos que de fato elegem Washington, ou seja, os votos do segundo turno de 2004, com 220.798 votos, e 2016, com 217.800 votos, bem como os de primeiro turno em 2020, quando obteve 212.354 votos válidos. Notamos também que, mesmo nas eleições nas quais ele não saiu vitorioso, o número de votos recebidos – 217.004 no segundo turno de 2012 – não destoa muito do apoio nos pleitos conquistados. Apenas em 2008, quando recebeu 204.988 votos, observa-se um volume realmente inferior.

Com isso, percebemos que a hegemonia foi alicerçada através da manutenção de números de votos conquistados com a ampliação da sua base eleitoral, que parte de Xerém e alcança outros distritos. Ao crescer 185% em Saracuruna e manter 75% em Xerém, ele executa ao longo do tempo recortado um esforço sistemático tanto de manutenção quanto de ampliação. Tal consistência, como vimos, se transforma numa elite política construída sem base de capital político ou financeiro. Assim como os líderes locais anteriores, Reis emerge de uma realidade simples. No seu caso, usa o caminho já sedimentado pelos anteriores que configuram um território político no qual o poder se estabelece tanto pelo uso da violência quanto pelo caráter mediador.

Atualmente, o recurso da opressão não se fez observar, mas novos traços foram empregados para que Reis consolidasse sua hegemonia; no entanto, ele concatenou vários alicerces na sua trajetória. Ele não se posicionou apenas como candidato, mas se fez presente numa campanha permanente promovendo mais do que inaugurações de obras, ele vincula sua imagem ao provedor de cidadania, numa forma pessoal de reproduzir a figura mediadora entre o Estado e a sociedade desassistida caracterizada pelo cubismo social.

Neste sentido, seu vínculo com a rede evangélica também articula o caráter familiar e uma base de apoio eleitoral importante, que emerge nas últimas décadas no campo político nacional, mas em especial no Rio de Janeiro e em Duque de Caxias, especificamente. Na ausência histórica das políticas públicas mais básicas, os templos evangélicos também assumem o papel de assistência e apoio comunitário, que, unindo ideologia de prosperidade pessoal e superação de adversidades com pautas morais, passam a ser decisivos eleitoralmente. No entanto, Reis também neste aspecto consegue produzir forte consenso, tanto ao acolher diferentes frentes cristãs – como a católica – quanto ao não reproduzir o discurso extremista da Frente Parlamentar Evangélica.

A distribuição de familiares em cargos eletivos também alicerçou sua hegemonia, uma vez que garantiu capilaridade nas casas legislativas. Porém também atuou como “braços” que se faziam presentes em comunidades, bairros e festas, ouvindo demandas, ampliando e capilarizando a influência de Reis. Neste sentido o papel de líder familiar se aglutina com o líder político e homem religioso, convergindo para a formação da imagem pública construída: um homem que superou adversidades pessoais e venceu na vida através do empreendedorismo. Por fim, o suporte que o MDB o ofereceu permitiu que ele resistisse politicamente às derrotas eleitorais municipais e aos escândalos.

Em outras palavras, a trajetória de Washington Reis revela que sua hegemonia, consolidada na vitória em primeiro turno de 2020, não é fruto de um carisma isolado, mas de uma sofisticada engenharia que fundiu pragmatismo partidário, identidade religiosa e uma retórica de eficiência material e familiar. Ao preencher os vazios de infraestrutura com obras de alto impacto, Reis estabilizou seu domínio sobre os distritos mais vulneráveis de Duque de Caxias. Contudo, para compreender como esse consenso se mantém ativo no cotidiano, é preciso descer das grandes estruturas para a microfísica do poder. No próximo capítulo, analisaremos os mecanismos de mediação política e o papel dos *brokers* locais, utilizando o referencial de Karina Kuschnir para entender como a rede de favores e a presença constante no território convertem a carência social em uma lealdade eleitoral duradoura.

CAPÍTULO III

MEDIAÇÃO, DISCURSO E INSTITUCIONALIZAÇÃO: A ENGENHARIA DO PODER DE WASHINGTON REIS EM DUQUE DE CAXIAS

Se as lideranças políticas tradicionais de Duque de Caxias construíram suas trajetórias através do uso da violência, da mediação e do carisma, como aponta Alves (2003), Washington Reis precisou traçar um percurso herdando parte da tradição territorial – no caso o uso do carisma - e instituindo novos processos de ampliação e permanência de poder. O que notamos no seu caso é um uso intensivo da máquina pública através de duas vias simultâneas: a via material, baseada no clientelismo e na entrega de obras físicas, e a via simbólica baseada na performance discursiva de provedor e gestor cristão. Gonçalves, Paolino e Gouveia (2025) destacam que Reis adotou uma estratégia de longo prazo baseada na profissionalização da política, o que fez com que o clã Reis se consolidasse como polo de poder. Ao articular o apoio do MDB, seu capital familiar e a religião, o nome “Reis” converte-se no que Laclau conceitua de significante vazio capaz de absorver as diversas e heterogêneas demandas de Duque de Caxias, neutralizando a oposição local.

Os dados analisados no capítulo 2 mostram dois importantes movimentos eleitorais quantitativos: a expansão de votos entre 2004 e 2016 e a consolidação de votos entre 2016 e 2020. Ou seja, Washington Reis consegue num primeiro momento ampliar sua base eleitoral de Xerém para outros distritos e, posteriormente, manter um grande número de apoiadores nos dois últimos pleitos analisados. Ora, uma análise quantitativa nos apresenta apenas uma face da consolidação da hegemonia, se torna preciso também perceber os métodos que possibilitaram a expressividade dos números. Para isso, neste capítulo vamos adaptar nossa lente metodológica para capturar, ao menos em parte, a performance pública de Reis que converteu seu carisma inicial em amplo apoio eleitoral tanto para si quanto para seu núcleo familiar. Neste sentido, passamos a mapear os caminhos traçados e percorridos por ele numa campanha permanente que ele sustenta e articula para se manter como figura de importância política.

Para isso, passamos a realizar uma análise qualitativa de performance e estratégia de comunicação em plataformas digitais a fim de observar a forma como Reis decide se comunicar com a população caxiense. Tal análise acontecerá através de pesquisa realizada nas suas redes sociais. Almada e Pereira (2022) apontam que análise do discurso através de plataformas digitais se tornou, em especial a partir de 2016, o caminho metodológico central para entender

como as relações sociais, de poder e a mobilização política são mediadas e controladas atualmente. Segundo os autores, esta fonte metodológica sofreu uma guinada desde 2010 dentro das Ciências Sociais.

Ao realizar uma pesquisa bibliométrica acerca da produção científica sobre redes, mídias sociais e discurso entre 2010 e 2021, Almada e Pereira (2022) demonstram que inicialmente as pesquisas abordavam as redes sociais como reprodutoras de relações analógicas de solidariedade, no entanto, com a “plataformização de web” as Ciências Sociais passaram a perceber como as mídias digitais – em especial Facebook, Instagram e Twitter (atual X) – são na verdade fontes atuais de análise de discurso. Segundo os autores, tal guinada metodológica se tornou necessária para compreender os fenômenos políticos que aconteceram no Brasil a partir das eleições de 2016 e 2018, quando se iniciou a forte polarização política, o avanço do conservadorismo moral/religioso, a formação de identidades coletivas digitais e a disseminação de desinformação.

Neste sentido, plataforma se define como o processo caracterizado pelo crescente protagonismo das plataformas de mídia e da imersão dos indivíduos em ambientes digitais. Por isso, não se trata apenas de uma mudança tecnológica isolada, a plataforma se mostra como um fenômeno que impacta drasticamente nas dinâmicas sociais. Na esfera política, as consequências deste processo influenciam profundamente as maneiras de se performar para e com o eleitorado. Para Almada e Pereira (2022) um dos desdobramentos é a midiatização e o controle social, ou seja, não se trata apenas de usar as mídias, mas de se estabelecer uma nova forma de prática política, de discurso e de sociabilidade – tudo sob as regras das mídias digitais. Desta forma, segundo os autores, o discurso político deixa de ser pautado pelo debate institucional clássico e passa a ser regido pela lógica das redes, ou seja, vídeos curtos, imagens apelativas e engajamento métrico.

Outra consequência crucial da plataforma reside no controle das relações sociais e na modulação de comportamentos. Isso significa que as plataformas, ao mediar o discurso, passam também a modulá-lo e a controlá-lo de forma ativa. Sob essa perspectiva, elas promovem a consolidação de “estruturas cognitivas a partir das quais os sujeitos se reconhecem emocionalmente como semelhantes e se posicionam na disputa política” (Almada; Pereira, 2022, p. 3). Esse fenômeno dá sustentação ao conceito de identidade coletiva, compreendida aqui como uma construção psicossocial moldada por meio de discursos, afetos e crenças produzidos e reproduzidos sistematicamente no ecossistema digital.

Assim, ao escolher a metodologia de análise qualitativa de performance e análise documental, fazemos o que Almada e Pereira (2022) chamam de análise de enunciação e circulação de discurso. Isso porque o discurso atualmente não se trata apenas do que o político fala no palanque, ele engloba vídeos, fotos, jingles, memes, ou seja, enunciados orais, escritos e visuais com capacidade de penetrar no dia a dia do eleitor, estabelecendo uma relação microfísica, que pode modular o eleitor conduzindo sua forma de sentir, pensar e votar. Ao levantar estudos recentes sobre análise de discurso nas redes sociais, os autores pontuam exemplos como o uso estratégico da emoção e da religião para gerar credibilidade, a modulação do discurso para diferentes públicos (como no caso de Trump) e o conflito discursivo, no qual existe uma performatividade de gênero, de identidade ou de ódio gerando discursos de resistência ou de violência.

Em suma, a plataformização modificou as formas de relação social e o discurso político, reconfigurando a performance dos atores e candidatos na arena política contemporânea. Em Duque de Caxias, esse processo não foi diferente; por isso, a análise digital que propomos realiza uma interlocução direta com as atuais formas de pesquisa qualitativa. No entanto, faz-se necessário delimitar o escopo da nossa investigação. Propomos-nos a analisar a comunicação digital de Washington Reis por meio de seus perfis no Facebook e no Instagram, de modo a abranger sua interação com eleitores de diferentes faixas etárias e analisar postagens com vieses distintos. De forma geral, o Facebook abriga um público mais maduro, enquanto o Instagram atrai uma audiência mais jovem. Embora ambas as plataformas permitam publicações fixas e efêmeras, o Instagram notabilizou-se pelos stories — com duração de 24 horas —, ao passo que o Facebook é utilizado para postagens mais perenes. Além disso, ambas as redes funcionam como as 'praças públicas' digitais da atualidade e possuem expressiva penetração territorial, acolhendo a manifestação central desta pesquisa: a materialidade do poder. Excluimos o X (antigo Twitter) do nosso corpus por ser uma rede essencialmente textual e marcada por bolhas políticas polarizadas. Desse modo, selecionamos as postagens e as interações ocorridas no Instagram e no Facebook para compor a análise digital da performance pública de Washington Reis.

Tal escolha não se dá apenas por pragmatismo, mas alinha-se às recentes transformações do ecossistema político-comunicacional. Conforme pontuam Terra, Angeluci e Farias (2026), na contemporaneidade, a “visibilidade é pressuposto de existência pública”, de modo que as plataformas digitais deixaram de ser meros canais de divulgação para se tornarem a arena central onde a legitimidade e a autoridade política são disputadas e convertidas em capital

eleitoral. Diante de uma lógica de influência digital que estimula o personalismo e a figura do político como “salvador da pátria”, a análise sistemática das postagens e performances da família Reis em redes sociais — cruzada com os dados do Portal da Transparência — revela-se o método mais acurado para mapear as engrenagens da sua máquina política, superando a necessidade da fala privada através da observação de sua encenação pública.

Ao usar métodos de *social listening* e revisão bibliográfica, Terra, Angeluci e Farias (2026) demonstram que o engajamento metrificado atua como validador de legitimidade, ou seja, curtidas, compartilhamentos e polêmicas produzem legitimação da nova esfera política derivada da plataformização. Assim, a pesquisa das autoras – que possui como foco central a arena política na campanha de 2024 – conclui que a política foi transformada em uma esfera midiática na qual o discurso tradicional cedeu espaço para a performance visual, para a estética “amadora” e para a figura de um “salvador da pátria” estimulada pelas redes. No âmbito das eleições municipais, pode-se afirmar que o modelo analisado pelas autoras se reproduz em menor ou maior medida, devido às proporções e particularidades do caso aqui pesquisado, como veremos a diante. No entanto, o que não se difere é o novo modelo de hipervisibilidade que as autoras diagnosticam. Segunda tal análise, com o deslocamento da arena pública para as plataformas digitais, a visibilidade através das redes se tornou pressuposto de existência pública.

O que antes era limitado a campanhas de visibilidade em meios tradicionais, agora se expande para um cenário de hiperconectividade, onde a visibilidade digital se torna um recurso estratégico crucial. Em particular, o ambiente político contemporâneo está profundamente imerso nessa lógica, em que algoritmos, dados e emoções se entrelaçam para moldar a opinião pública. Políticos e estrategistas compreendem que a presença nas redes sociais não é apenas uma questão de exposição, mas de gerenciamento complexo das interações, das reações emocionais e da narrativa - com potencial de conversão em votos (Terra; Angeluci; Farias, 2026. p. 3).

Desta forma, para compreender a construção e consolidação da hegemonia de Reis em Duque de Caxias, é preciso acompanhar as ferramentas utilizadas. Como visto anteriormente, suas alianças o sustentaram nos mais diversos cenários ao longo do tempo, seja a relação familiar, a partidária ou a religiosa. Agora passamos a mapear a ferramenta através da qual ele se relaciona com os eleitores, ecoando e aprofundando os pilares do clã Reis, do MDB e do cristianismo.

Para isso, a antropologia política que propomos está na contramão da visão acrítica de “cultura política” e foca nos rituais de campanha permanente exercidos pela figura central de “político-mediador”, como defendida por Kuschnir (2005). A autora diferencia a “antropologia política da antropologia da política”, na qual “política” deixa de ser um adjetivo e se torna o objeto de estudo. Com esta mesma base epistemológica, é possível estudar as relações de poder em contextos considerados informais, através dos quais o clientelismo opera. Segundo a autora, a tradição antropológica valoriza a relação entre a política e sua dimensão ritual. No Brasil, tal abordagem também segue valorizada, uma vez que tais rituais funcionam como cerimônias que reforçam e atualizam os papéis sociais.

No caso das campanhas políticas, conquistar votos não é a motivação principal desses rituais, uma vez que a maioria dos participantes já está predisposta a votar no candidato celebrado. Sua motivação central é certificar a identidade do candidato como político digno do exercício de um mandato, justamente num momento em que esta identidade está ameaçada pela aproximação das eleições e pelo caráter secreto das mesmas. No caso de candidatos à reeleição, trata-se de compensar a perda progressiva dessa identidade, posta em risco pelo novo pleito (Kuschnir, 2005. p. 15).

Assim, o que os rituais que vamos mapear através da análise das plataformas digitais dos Reis é a forma com as quais as obras executadas se tornam o motor da sua relação com o eleitorado e o consolida na figura hegemônica de Caxias. Nosso objetivo é compreender como, no cenário político no século XXI, Washington Reis usa novas ferramentas e articula novas bases para perpetuar a tradicional figura de político mediador que se tornou comum na história política do município. Para isso, no primeiro tópico deste capítulo vamos examinar como o MDB e o capital familiar de Reis contribuíram para sua constituição de poder. Depois vamos analisar as obras públicas como sua moeda de troca na qual o clientelismo lhe confere a materialidade do poder. No terceiro tópico passamos a interpretar a intersecção entre religião e voto e, finalmente, poderemos diagnosticar a lógica hegemônica do nome Reis como significante vazio.

Tal análise etnográfica tem como objetivo observar o comportamento político de Reis fabricado para o público das redes que são seu eleitorado, dentro da Baixada Fluminense, espaço no qual a arena política possui aspectos próprios a ser considerados. Menezes (2021) observa o esforço de Jussara Freire para diagnosticar a baixada como um território construído discursiva e socialmente como um “problema público” no qual os moradores precisam se

articular coletivamente para vocalizar suas demandas. Neste sentido, a Baixada Fluminense se forma historicamente como uma região estigmatizada pela pobreza extrema, deficiência em infraestrutura de cidade-dormitório e com uma modalidade criminal focada na violência política de grupos de extermínio. Neste cenário, segundo a autora, atores e coletivos políticos se articulam para buscar soluções para áreas mais precárias, como transporte, saúde, saneamento e cultura.

O que se observa através desta análise de Freire não é uma visão passiva do morador da baixada, mas como os problemas geram engajamento coletivo. Os problemas que historicamente foram manobrados pelas lideranças políticas tradicionais e transformados em solução que se converte em voto. Nesta mesma linha, Kuschnir (2005) aponta para a positividade sociológica do voto, ou seja, um olhar para o comportamento do eleitor sem julgamento moral, sem concluir se votam “certo” ou “errado”. O que se busca, assim, é uma compreensão das práticas clientelistas e de troca a partir de valores locais, como honra, lealdade e relações pessoais, que nos ajudam a entender a consolidação de Reis em Duque de Caxias, percebendo como seus eleitores vivenciam o político.

O que Washington pratica, neste sentido, é a função do *broker*, a figura que transita física e simbolicamente pela cidade e cria ponte e comunicação entre esferas e mundos diferentes, no caso específico, entre o Estado e a população. Tal ponte acaba se estabelecendo como os rituais políticos que se tornam uma campanha permanente através da qual o ator político atesta seu compromisso, encena uma igualdade entre eleitor e candidato e forja obrigações futuras.

Nesse caso, é fundamental que o político seja capaz de transitar pela cidade, física e simbolicamente. É preciso que ele encontre pontos de contato e comunicação entre diferentes mundos, produzindo novos resultados a partir desse processo. Essa é a tarefa básica do mediador. Sua atuação é mais ampla do que a de um intermediário, que apenas transporta informações de um lado para o outro. A interferência do mediador é criativa, gerando novos valores e condutas (Kuschnir, 2005. p. 23).

A autora ainda salienta a importância da comunicação estabelecida pelo mediador. Segundo ela, as motivações políticas estão intimamente relacionadas à sua sociabilidade, crença religiosa e visão de mundo e precisam ser compartilhadas nas configurações do espaço urbano, refletindo as cosmologias e acabando por moldar as formas de exercício da política. “Um

elemento fundamental nesse espaço é a circulação de informações através dos meios de comunicação de massa” (Kuschnir, 2005. p. 23). Como estamos na era da plataformação, passamos a avaliar tal comunicação que Reis estabelece com o eleitor caxiense através das redes.

3.1 A máquina Partidária e as trocas assimétricas

Como discutido no capítulo anterior, duas das principais bases que sustentaram o caminho político de Washington Reis foram a solidez partidária e a capilaridade familiar. Ambas permitiram que encontrasse apoio no legislativo e se mantivesse no cenário público mesmo após derrotas eleitorais para o executivo municipal. Na análise de Gonçalves, Paolino e Gouveia (2025) a trajetória institucional só alcançou uma carreira política diversificada devido ao pertencimento a uma estrutura partidária sólida e à mobilização do capital familiar, que permitiram a reprodução, a resiliência e o sucesso eleitoral. Segundo as autoras, este capital familiar se construiu através da utilização da rede de parentescos não apenas como símbolo de moral e solidez familiar, mas como uma *holding* ou um ator coletivo que distribui cargos entre os membros para garantir continuidade e expansão de poder do grupo, mesmo quando o líder, Washington Reis, sofria eventuais derrotas ou crises.

Esse fenômeno permite a continuidade de grupos políticos mesmo quando uma liderança específica enfrenta derrotas ou crises judiciais. Ao distribuir posições entre irmãos, filhos ou sobrinhos, famílias políticas criam uma rede de substituição que garante a resiliência do grupo. Trata-se de uma forma de institucionalização informal que assegura estabilidade em contextos de alta volatilidade eleitoral (Gonçalves; Paolino; Gouveia, 2025. p.6).

Nesta trajetória conjunta, os membros acumularam experiência, alianças e capital institucional ocupando uma diversidade de cargos políticos e transitando entre o Legislativo e o Executivo, além de cargos de liderança dentro do próprio partido. Essa diversificação resultou, ao longo do tempo, na profissionalização da elite política local; isto é, o grupo familiar estabeleceu-se de forma permanente no cenário político de Duque de Caxias, formando a elite política da região. Como consequência, o clã Reis conseguiu e consegue praticar o efeito *coattail* — uma dinâmica na qual as lideranças locais e prefeitos ajudam a impulsionar o sucesso de candidaturas para níveis mais altos, como deputados estaduais e federais, transformando a prefeitura em uma base estratégica para o partido no Congresso e em outras instituições.

Silva (2025) também abordou este efeito em sua análise sobre a dinâmica das relações políticas entre o poder executivo e o legislativo em Duque de Caxias no período entre as eleições de 2016 e 2020, durante a gestão de Washington Reis. Segundo a autora, o efeito *coattail* funciona como um puxador de votos através do qual é possível realizar a transferência de popularidade e apoio eleitoral de um candidato mais forte – no caso o prefeito – para outros candidatos ao legislativo que estão associados mesma coligação.

Na prática, Washington Reis já inicia sua carreira política quando se elege vereador pelo PSB em Duque de Caxias nas eleições de 1992. Em 1994 alcança o cargo de deputado estadual pelo PSC e fica até 1998, quando se elege como vice-prefeito ao lado de Zito na chapa pelo PSDB. Ele sai da prefeitura em 1999, desfaz seu vínculo com o então líder político do município e se filia ao PMDB se candidatando e vencendo como deputado estadual por dois mandatos seguidos, entre 1999 e 2002, e entre 2003 e 2004, quando sai do cargo depois de ser eleito prefeito de Duque de Caxias pela primeira vez. Como vimos anteriormente, sua relação com o partido lhe assegurou cargos mesmo quando foi derrotado no pleito executivo, como em 2008. Neste dado momento, ele é nomeado como Subsecretário de Obras Metropolitanas do estado do Rio de Janeiro, cargo que ocupa até 2010, quando é eleito deputado federal, reelegendo-se em 2014, neste pleito obteve 103.190 votos (STE). Em 2016 ele volta para a Prefeitura caxiense e se reelege em 2020.

Imagem 5 – Perfil oficial de Washington Reis no Instagram¹³



Fonte: wreis_oficial. Acesso: 02 jun. 2026

¹³ Como esta análise qualitativa de performance de comunicação digital se realizará também com análises de perfis de redes sociais, apresentamos os membros da família Reis incluindo imagens de seus perfis oficiais no Instagram.

Essa trajetória se torna possível devido à sua persistência e seu apelo carismático com os eleitores do 4º distrito, em especial de sua base eleitoral em Xerém, como avaliado anteriormente. No entanto, o alicerce partidário permitiu estender no tempo e no espaço este vínculo inicialmente local.

Se as carreiras individuais são importantes, não menos relevante é a estrutura partidária. Em um sistema federativo e multipartidário como o brasileiro, os partidos funcionam como mediadores indispensáveis entre elites locais e o sistema político nacional. A filiação partidária não é apenas um requisito formal, mas um recurso estratégico que oferece acesso a tempo de propaganda, fundo partidário e alianças territoriais (Gonçalves; Paolino; Gouveia, 2025. p.4).

Desta forma, a identidade com Xerém e seu vínculo partidário não apenas permitiram que Washington permanecesse na arena política como estendesse seu apoio a outros membros da família. Com isso, alguns parentes entram na vida pública, como Gutemberg Reis, Rosenverg Reis, Júnior Reis e Jonatas Reis. Atualmente, os familiares que ocupam cargo eletivo estão nas legislaturas conforme o gráfico a seguir. Todos, não coincidentemente, filiados ao MDB.

Gráfico 3 – Membros da Família Reis em Cargos Eletivos



Elaboração própria.

Gutemberg Reis, irmão de Washington, é eleito em 2018 como deputado federal com 54.573 votos. Em 2022 consegue a reeleição ampliando seu apoio para 133.612 votos, destes quase 77 mil são provenientes de Duque de Caxias (TSE).

Imagem 6 – Perfil de Gutemberg Reis no Instagram



Fonte: gutembergreisoficial. Acesso 02 jun. 2026

Também irmão, Rosenverg Reis trabalha nos bastidores da política desde os anos 1990 com Washington, acompanhando a carreira do irmão. Entre 2004 e 2008 Rosenverg foi Secretário Especial na Prefeitura de Duque de Caxias, sendo que em 2005 assumiu a presidência do diretório do MDB no município. Foi eleito deputado estadual suplente em 2010, sendo reeleito em 2014 com 43.045 votos. Aumentou o apoio em 2018, recebendo 63.450 votos, manteve-se no cargo através da eleição de 2022, quando recebe 131.308 votos, e foi o 4º deputado estadual mais votado no estado do Rio de Janeiro (TSE).

Imagem 7 – Perfil de Rosenverg reis no Instagram



Fonte: rosenvergreis. Acesso: 02 jun. 2026

Junior Reis, que na verdade se chama Divair Alves de Oliveira Júnior, adota o sobrenome Reis para ter o vínculo do parentesco associado. Sua carreira pública inicia com a eleição para vereador de Duque de Caxias em 1997, cargo que ocupa por mais de duas décadas. Entre 2005 e 2008 assumiu a presidência da Câmara dos vereadores. Na eleição de 2024 recebeu 11.180 votos (TSE).

Imagem 8 – Perfil oficial de Júnior Reis no Instagram



Fonte: juniorreisoficial. Acesso em 02 jun. 2026

Sobrinho de Washington, o membro da família que por último entrou na vida pública foi Netinho Reis. Jonatas Monteiro Porto Neto também incorpora o sobrenome Reis para assumir sua aliança como membro do clã. Durante muito tempo foi empresário dirigindo a empresa da família no ramo imobiliário e de recursos ambientais. Foi o escolhido pelo tio para se candidatar a prefeito de Duque de Caxias representando o partido e o clã familiar no pleito de 2024, quando Washington Reis estava considerado inelegível. Segundo Azevedo (2024), na candidatura para o pleito do Executivo em 2024, Netinho declarou ter R\$ 37,4 milhões em aplicações de renda fixa, R\$ 635 mil em espécie e aproximadamente R\$ 7 milhões em um fundo de investimento. Repetindo o feito do tio na eleição de 2020, Netinho vence no primeiro turno de 2024. Obteve, por sua vez, 54,08% dos votos (TSE).

Imagem 9 – Perfil oficial de Netinho Reis no Instagram



Fonte: netinhoreismdb. Acesso: 02 jun. 2026

Mesmo não ocupando cargo elegível, cabe citar Jane Reis, outra irmã de Washington. Ela ocupou a presidência do MDB Mulher em Duque de Caxias e, seguindo os passos do sobrinho, aceitou substituir o papel de Washington em eleições. No caso dela, seu nome foi indicado como candidata a vice-governadora na coligação entre MDB e PSD ao lado de Eduardo Paes para o executivo estadual a ser disputado em 2026.

Imagem 10 – Perfil oficial de Jane Reis no Instagram

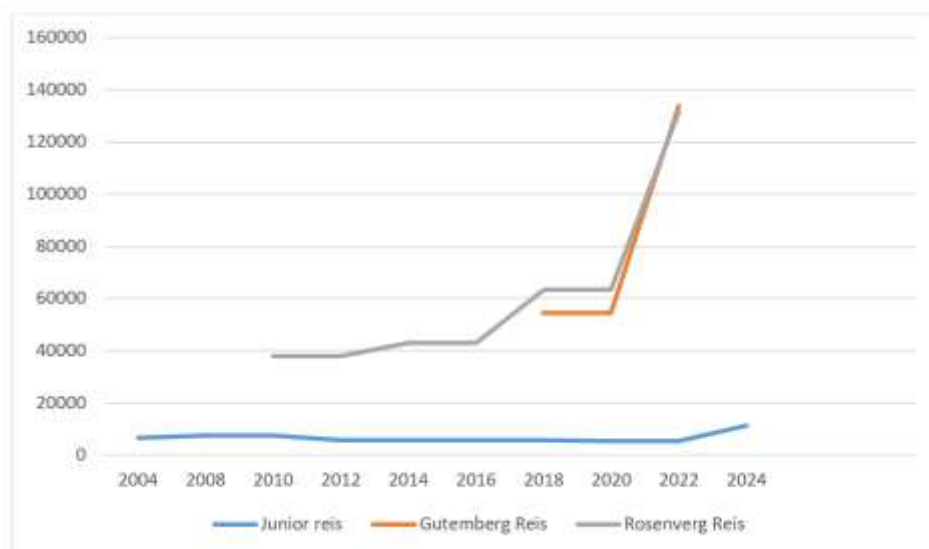


Fonte: janereis_oficial. Acesso 02 jun. 2026

Assim como a consolidação dos votos em Washington Reis observada no capítulo anterior, percebemos na trajetória dos membros aqui citados a solidificação do apoio do eleitorado. Em uma análise cronológica, vemos primeiramente a inserção de Júnior Reis como vereador desde 1997. Júnior não apenas alcança seu posto no legislativo municipal como faz carreira no cargo, mantendo ali um braço fixo do clã por mais de duas décadas, ou seja, por 7 mandatos consecutivos. Essa permanência lhe permitiu tanto apoiar o irmão quando este esteve no executivo quanto servir de oposição nos mandatos de adversários.

Já Rosenverg Reis alcança um cargo eletivo apenas em 2010, mas acompanha os bastidores da política através de Washington desde os anos 1990. Sua presença na Assembleia Legislativa surge como outro tentáculo do clã e ao mesmo tempo exemplifica a consolidação do nome Reis no estado, uma vez que ele não apenas foi reeleito, mas ampliou seu número de votos entre as eleições. Tal consolidação também se observa com Gutemberg, irmão que personifica o braço da família na Câmara dos Deputados Federais.

Gráfico 4 – Número de votos para cada membro da Família Reis em cargos do Legislativo desde 2004



Elaboração própria com dados do TSE

De azul no gráfico acima, os números correspondem à votação de Júnior Reis para a Câmara Municipal de Duque de Caxias desde 2004 – ano em que Washington se elege prefeito e que representa o marco inicial de nosso recorte temporal da pesquisa quantitativa realizada no capítulo 2. Sua variação se mostra pequena no percurso inicial, quando dividia o nome apenas com Washington no cenário local. Entre 2004 e 2008, subiu 12,75%. Depois saltou 23,69% na eleição de 2012. Se manteve praticamente estável na eleição de 2016, com leve acréscimo de 2,05%. Desceu 8,89% em número de votos entre 2016 e 2020, mas saltou 109,4% em 2024.

Já os números de Rosenverg – de cinza no gráfico – apresentam crescimento de 13,1% entre 2010 e 2014. Da eleição de 2014 para a de 2018 o avanço foi de 47,4%. De 2018 para 2022 a alta foi de 106,9%. De forma geral o representante dos Reis na ALERJ apresentou um crescimento de 245,01% entre 2010 e 2022. Surgindo já com o nome Reis fortemente conhecido, de laranja no gráfico, Gutenberg mostra um crescimento exponencial e mais forte que seus familiares, uma vez que conseguiu alavancar seus números em 144,8% em apenas um mandato.

O percurso ilustrado pelo gráfico nos possibilita perceber não apenas o surgimento dos nomes dos Reis nas diferentes esferas do legislativo, como comprovam a consolidação do apoio popular ao clã a partir da segunda eleição de Washington para a prefeitura de Duque de Caxias, ou seja, desde 2016. Segundo Silva (2025) a governabilidade local é construída através de coligações eleitorais, migrações partidárias e distribuição de cargos que, em congruência,

formam uma “máquina pública”. Segundo o levantamento de dados apurados pela autora, Washington Reis exerceu uma espécie de força gravitacional para atrair vereadores para coalizão de seu governo, reduzindo a fragmentação partidária e conseguindo uma maioria de legisladores municipais para sua base de apoio – MDB e aliados. A esta dinâmica, Silva chama de trocas assimétricas entre membros do legislativo e do executivo, estratégia que contribui para o fortalecimento da sigla na região e para o fortalecimento de Washington Reis dentro do quadro do próprio MDB.

Neste sentido, ao se tornar inelegível devido a ações judiciais, Washington consegue tanto transpor seu apoio eleitoral para os familiares quanto se manter como figura relevante ao assumir a presidência do MDB no Rio de Janeiro. Nas redes sociais, esta nova função aparece como uma mescla entre Washington e a legenda. Geralmente nos dias 15 de cada mês ele publica uma mensagem dizendo que “hoje é 15, e eu também”¹⁴

Imagem 11 – Postagem de Washington Reis



Fonte: wreis_oficial. Acesso 11 jun. 2026

Desta forma, percebemos como a união de Reis com o clã e com o partido se entrelaçam na construção de sua trajetória política que alcança, nas últimas eleições, uma soma de resultados positivos em termos de votos. Segundo as palavras de Washington, tal processo seria uma articulação própria sua para construir sua vida pública em longo prazo:

¹⁴ 15 é o número oficial do partido MDB nas urnas e se tornou uma identidade visual e eleitoral.

Eu que inventei isso né, depois levei pro meu barco o Rosenverg, deputado estadual tá indo pro quinto mandato. O Júnior Reis. Eu fui vereador em 92 (...) aí empurrei ele pra política, ele tá no oitavo mandato (...). Gutenberg era terceiro mandato deputado federal. O Netinho eu arranquei da empresa lá, um empresário excepcional. Com 31 anos foi eleito prefeito de Duque de Caxias no primeiro turno. Então isso é fruto de uma relação de confiança que a gente construiu com a população (Barbosa entrevista, episódio 2, 2022).

A fala de Reis mostra mais que uma união ideológica entre ele e os membros da família, é na verdade uma decisão de recrutamento familiar e gerencial. Ao usar expressões como “empurrei ele pra política” e “arranquei da empresa”, Washington revela que articula o partido como uma extensão da própria família. Assim, a consolidação do MDB em Duque de Caxias confunde-se com a própria expansão da família Reis, operando sob uma lógica de "capital familiar" na qual o partido atua como uma *holding* estruturada para capturar diferentes esferas do Estado. Essa engenharia institucional acaba por realizar a profissionalização da elite local através do recrutamento político por convocação consanguínea e se torna um capital a ser abertamente reivindicado pelo seu principal líder político, Washington Reis. Os irmãos e sobrinhos são estrategicamente distribuídos – “empurrados” ou “arrancados” – para ocupar posições no legislativo municipal, estadual, federal e no executivo, transformando o laço familiar na manutenção da máquina partidária na região.

Washington evidencia este poder conquistado através da rede familiar e partidária ao demonstrar seu alcance dentro do estado do Rio de Janeiro. Segundo ele, “mais de 30 deputados federais que colocam recurso em Duque de Caxias (...) são meus parceiros políticos” (Reis, 2022). A territorialidade da família Reis, portanto, não se restringe aos limites geográficos de Duque de Caxias, uma vez que o município funciona como a base operacional de um projeto político estadual. Essa expansão é evidenciada na fala do próprio Washington Reis ao analisar sua articulação política: “é o que eu falo, o meu terreno Duque de Caxias, eu sou do Estado do Rio de Janeiro. São 92 municípios” (Reis, 2022). O que se evidencia é que a prefeitura passa a ser utilizada como a âncora de uma rede de alianças que sustenta o “capital familiar”, permitindo que os dividendos eleitorais das obras caxienses sejam exportados por seus irmãos para outras regiões. Como Reis declara: “eu tenho minhas ligações, minhas bases eleitorais que hoje meus irmãos trabalham nela, que o Rosenverg teve voto nos 92 municípios e o Gutemberg federal nos 92 municípios” (Reis, 2022). Fica demonstrado, assim, que o controle do executivo

local retroalimenta as campanhas proporcionais, consolidando a dinastia familiar em todo o estado do Rio de Janeiro.

A extensão do núcleo familiar para a vida política fica evidenciada também nas redes sociais, local no qual os encontros se tornam temas para publicidade digital. Em uma postagem do dia 01 de junho de 2026, Washington retrata um almoço de família que também foi um almoço de negociações. Em suas palavras “diálogo, troca de experiências e construção de ideias”.

Imagem 12 – Postagem de Washington e de outros membros da família



Fonte: wreis_oficial. Acesso 02 jun. 2026

Na foto e no texto da postagem estão os membros do clã presentes no almoço, como Gutenberg Reis, Jane Reis e Netinho Reis, que também repostaram o encontro em suas redes sociais, mostrando sincronização e convergência de ideias e experiências. A postagem sintetiza a aliança entre família e partido por meio do qual a transferência de capital político não ocorre por acaso, como salienta Rodrigues (2022), mas se observa como uma estratégia deliberada e bem-sucedida de manutenção da hegemonia.

3.2 Mediação e Materialidade do Poder

O motor para a articulação que Washington Reis promoveu foi similar ao praticado pelos líderes políticos que o antecederam no cenário caxiense: a mediação entre população desassistida e o Estado. Como Alves (2003) demonstra, o caótico processo de urbanização loteadora da Baixada Fluminense fez surgir figuras populistas como Tenório Cavalcanti e consolidou um ambiente no qual a exclusão social e a violência se transformaram em poderosas

moedas e credenciais eleitorais para as elites políticas que se estabeleceram ao longo do tempo. E é nesta esteira que Washington se estabelece.

Para além da precisão histórica, consideramos importante delimitar a fronteira teórica que distingue o *clientelismo* da *mediação*, categorias que, embora complementares na práxis política de Duque de Caxias, respondem a lógicas analíticas distintas. O clientelismo, conforme a revisão de Arnaud e Marques (2021) e as formulações de Goulart (2025), caracteriza-se fundamentalmente por sua natureza transacional, instrumental e assimétrica. Trata-se de um sistema de trocas bilaterais de favores e benefícios concentrados por apoio político, cujo efeito principal é a privatização e a individualização do acesso a bens públicos que deveriam ser universais. Sob essa perspectiva, o clientelismo opera na chave da instrumentalidade imediata: a entrega material resolve uma carência localizada em troca de uma resposta eleitoral previsível.

A mediação, por sua vez, ancora-se em uma dimensão relacional, tradutória e discursiva. Segundo Kuschnir (2005), o político-mediador atua para além de um mero repassador de recursos fisiológicos, pois se impõe como um agente de ‘interferência criativa’. Sua função essencial é transitar física e simbolicamente pelas fronteiras da cidade, operando como uma ponte de comunicação que traduz as carências e cosmologias da periferia para a linguagem burocrática e inacessível do Estado. Se o clientelismo se esgota na troca material, a mediação estende-se para a produção de sentidos, a realização de rituais de legitimação e a modelagem de identidades coletivas de pertencimento.

No caso de Washington Reis, a chave para a compreensão de sua resiliência hegemônica reside precisamente na radicalização da mediação. Isso porque Reis não limitou seu poder ao funcionamento puramente transacional de uma máquina clientelista. Ele sofisticou essa engrenagem ao transformá-la no ponto de partida para uma mediação de caráter ontológico ao associar o asfalto do ‘prefeito trator’ (materialidade) ao amparo moral do ‘gestor cristão’ (simbolismo), ele traduziu a negligência histórica do Estado em um discurso unificado de ordem e proteção familiar. Assim, enquanto o clientelismo garantiu a subsistência física de sua máquina de votos, foi a radicalização de sua mediação que permitiu conectar as demandas flutuantes da periferia e fixar o nome ‘Reis’ como o significante vazio que assume, no imaginário coletivo caxiense, o lugar do próprio poder público.

Neste sentido, Kuschnir (2005) utiliza o conceito de político-mediador ou *broker*, como a figura política comum no meio urbano metropolitano que realiza a comunicação entre as culturas e demandas da periferia e o mapa de prestígio e concessão das elites do poder. Já

Magdaleno (2008) destaca que a territorialidade política seria um conjunto de estratégias espaciais executadas pelo gestor a fim de controlar áreas, pessoas e recursos. Segundo o autor, o objetivo é tornar as ações visíveis para ter legitimidade local. Assim, as obras públicas, verbas e regulações são direcionadas para o reduto eleitoral, para um grupo específico ou para empresas que se tornam essenciais no apoio eleitoral futuro (Magdaleno, 2008).

Assim, ao construir sua carreira no território de Duque de Caxias, Reis herdou de seus antecessores a possibilidade de transformar carência social em apoio eleitoral. Usou o *clientelismo* para se firmar como *político-mediador* e transformar *benefícios concentrados* em apoio eleitoral nas urnas. Neste sentido, a solidificação desta prática se materializa em especial na gestão 2017-2020, quando Washington operou como “prefeito trator” e “prefeito provedor”, aumentando fortemente o volume de licitações e execuções de obras, com foco especial em saúde e asfalto, segundo dados do Portal da Transparência (Brasil, 2026).

Tabela 3 - Principais obras públicas em Duque de Caxias na gestão Washington Reis - 2017 a 2020

Objeto da Obra (Descrição e Local)	Situação	Licitação / Origem	Período de Execução
Adequação, reformas e ampliação do Hospital Municipal do Olho (HMODC)	Encerrado	TOMADA DE PREÇOS 013/2019	02/01/2020 a 30/12/2020
Conclusão da obra da Maternidade de Santa Cruz da Serra	Encerrado	CONC. 012/2017	A partir de 04/04/2018
Reforma e implantação de leitos do 4º Pav. do Hospital Moacyr Rodrigues do Carmo	Encerrado	CONC. 004/2017	A partir de 08/12/2017
Reforma do Hospital Municipal Doutor Moacyr Rodrigues do Carmo	Em andamento	CONCORRÊNCIA 001/2020	22/05/2020 a 19/11/2021
Reforma e Adequação do Mergulhão de Duque de Caxias (Centro)	Encerrado	TOMADA DE PREÇOS 015/2019	02/01/2020 a 02/04/2020
Obras de canalização do Canal dos Caboclos	Em andamento	CONCOR. 003/2019	12/05/2020 a 24/03/2021
Drenagem e pavimentação de diversos logradouros públicos do 2º Distrito	Em andamento	013/000528/2019	13/10/2020 a 13/10/2021
Viaduto sobre a linha férrea em Gramacho	Encerrado	N/A	01/03/2018 a 24/05/2019
Construção de 5 escolas de Educação Infantil do Projeto Proinfância (FNDE)	Em andamento	CONC. 003/2018	05/10/2018 a 05/10/2019

Reforma e adequação da Policlínica (Centro de Imagem do Município)	Encerrado	DISPENSA DE LICITAÇÃO 016/2020	30/04/2020 a 11/03/2020 (ref. certame)
---	-----------	-----------------------------------	--

Fonte: Elaboração própria com dados extraídos do Portal da Transparência (Brasil, 2026)

Analisando a relação das obras no período, fica nítido que o foco primário foi transformar a saúde em capital político, uma vez que a área recebeu tanto obras de grande porte como construção e reformas de unidades básicas espalhadas estrategicamente para atender gargalos históricos. Dentre as de grande porte e atendimento especializado, destacam-se o Hospital do Olho, que se mantém como alvo de atenção política.

Imagem 13 – Postagem no Facebook de Washington Reis celebrando a parceria entre a Prefeitura e a empresa Arcelor Mittal em atividade no Hospital do Olho de Duque de Caxias



Fonte: Washington Reis. Acesso 10 jun.2026

A instituição recebeu reformas, adequações e ampliações iniciadas no ano eleitoral de 2020. Já a maternidade Santa Cruz da Serra, no 4º distrito, teve suas obras iniciadas com conclusão e instalação em 2018 e reforçadas em 2020. O Hospital Municipal Moacyr Rodrigues do Carmo recebeu diversas intervenções, entre elas reforma e implantação de leitos de enfermaria clínica iniciadas em 2017 e uma grande reforma geral autorizada em 2020. No Hospital Infantil Ismélia da Silva e no Hospital de Parada Angélica as reformas foram iniciadas

no final de 2019 e início de 2020. A Policlínica recebeu reforma e adequação para abrigar o Centro de Imagem do município, também iniciadas em 2020.

As Unidades Básicas de Saúde (UBS) receberam atenção especial. Em um único lote de licitação ocorrido em agosto e setembro de 2017 foi autorizada a construção de UBS nos bairros de Calandu, Bairro Branco e Parque das Missões. O projeto se expandiu no ano estratégico de 2020 com a implantação de unidades na Figueira, Olavo Bilac e Vila Canaã.

Já as obras de infraestrutura, como drenagem e asfalto, forneceram a Reis a estética de “prefeito-trator”. Na gestão 2017-2020 foi realizada uma licitação global para assentamento de pavimento intertravado – calçadas e praças – que abrangeram simultaneamente os 1º, 2º, 3º e 4º distritos com obras iniciadas em 2019. Essa obra lhe conferiu capilaridade territorial que fortaleceu a expansão de seu apoio no pleito de 2020. No entanto, percebe-se um foco para os distritos 2 e 3, nos quais a prefeitura intensificou serviços de drenagem e pavimentação em diversos logradouros. Destaque-se como obras de maior impacto visual a canalização do Canal dos Caboclos, iniciada em 2020, a reforma e adequação do “Mergulhão” na Avenida Presidente Vargas, no centro da cidade e a construção de um viaduto sobre a linha férrea em Gramacho.

A produção da imagem de gestor das obras foi intensa tanto nos perfis pessoais de Washington quando na página oficial da prefeitura. No final de 2018 foi publicado um vídeo realizando uma retrospectiva das obras realizadas naquele ano.

Imagem 13 – Postagem da Secretaria Municipal de Obras e Defesa Civil de Duque de Caxias com a retrospectiva de 2018





Fonte: Secretaria Municipal de Obras e defesa Civil de Duque de Caxias. Acesso em 10 jun. 2026

A publicação conta com um vídeo de 3 minutos e 16 segundos no qual se elenca as obras realizadas em 2018. Imagens aéreas e de chão mostram o andamento das obras, funcionários trabalhando e políticos fiscalizando. Com música suave de fundo, frases surgiam na tela criando conexão entre a obra e a população. Quando mostrava o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com os prédios em Vila Ideal, por exemplo, lia-se “mais dignidade para a população” – como mostrado no trecho extraído acima. Na parte do Viaduto de Gramacho a frase foi “obras modernas e inteligentes” e no Centro Especializado em Reabilitação, “o melhor para a população”. Além destas obras, o vídeo mostra ainda as execuções na Fundação Educacional de Duque de Caxias (FEUDUC), Ponte sobre o rio Xerém, o campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro em Duque de Caxias, a passarela de Gramacho, a Maternidade Municipal de Santa Cruz da Serra, limpeza de rios e canais – como Marilândia, Campos Elíseos, Saracuruna, Vila Nova e Urussaí -, mais de 190 unidades de educação reformadas e mais de 30 unidades de saúde. Além disso, o vídeo mostra áreas de lazer pela cidade, construção de UBS e pavimentação em diversos distritos. Ressalta-se que tanto no texto da postagem quanto no vídeo havia a *hashtag* “não paramos um minuto”, sinalizando que o ano foi de trabalho incessante do prefeito numa associação clara da gestão com as obras.

No que tange às obras destinadas à educação e ao lazer, a gestão capilarizou sua entrada em bairros através da construção de escolas e centros esportivos, sempre associando-as à ideia de que são espaços cruciais para a socialização e criação de laços, o que Kuschmir (2005) aponta como consolidação de pontes locais. O Projeto Proinfância teve forte investimento em 2018 na construção de escolas infantis em bairros como Anhangá, Chácaras Rio-Petrópolis e Parque Paulista e um outro lote com mais cinco escolas foi iniciado em outubro de 2018. O governo municipal concentrou também ações no Centro Esportivo de Xerém, no qual construiu campo de grama sintética, vestuário, alambrado e iluminação, em obras divididas entre 2019 e 2020. A Vila Olímpica de Duque de Caxias também foi reformada e o Ginásio Poliesportivo Universidade (CIEEDC) foi implementado em 2020.

Todas as obras puderam ser acompanhadas de perto pelos seguidores de Washington Reis através das redes sociais, principalmente no ano eleitoral de 2020, quando ele manteve uma espécie de diário publicando todas as atividades de seus dias. Como vimos, foi um ano no qual houve muitas inaugurações. Seleccionamos algumas postagens que ilustram a personificação da gestão e das obras divulgadas através da figura do prefeito.

Imagem 14 – Postagem sobre lançamento de obras na Vila ideal



Fonte: Washington Reis. 11 jun. 2026

Imagem 15 – Duas postagens em dias seguidos acompanhando obras em andamento



Fonte: Washington Reis. 11 jun. 2026

Imagem 16 – Postagem de Washington Reis divulgando o prosseguimento das obras em escolas mesmo durante a pandemia



Fonte: Washington Reis. 11 jun. 2026

Ao enfatizar as execuções das obras especialmente no ano eleitoral, como demonstrado pelas imagens, Reis usa a estratégia de se colocar como provedor de cidadania, muito comum na Baixada Fluminense (Santos, 2019), região na qual essa dinâmica político-eleitoral se faz muito presente. Segundo o autor, na região o voto está vinculado a uma resposta lógica, decorrente da situação socioespacial da atual do político. O uso da exposição das obras constitui uma ferramenta através da qual Reis constrói seu capital político, usando a plataforma digital

para promover um feito que tradicionalmente estabelece elo com a população historicamente negligenciada pelo Estado. Ele busca demonstrar que promove cidadania ao garantir dignidade, educação, saúde e asfalto – serviços básicos – através das obras executadas e amplamente divulgadas nas redes sociais.

As publicações, inaugurações e iniciações de obras em 2020 tentam simbolizar os anos da gestão e conferir a Washington Reis o caráter de executor de obras, ou o “prefeito trator”, como enunciado em sua campanha eleitoral deste mesmo ano. O trator simbolizaria a força e a velocidade na execução de obras. Em um município com carências históricas de infraestrutura, a imagem do "trator" que passa por cima da burocracia para entregar asfalto e hospitais. A figura do gestor incansável, eficiente e focado em realizações físicas foi meticulosamente arquitetada pelas campanhas de Washington Reis através das propagandas eleitorais e jingles.

Imagem 17 – Postagem de Washington Reis divulgando o jingle da campanha eleitoral de 2020



Fonte Washington Reis. Acesso em 11 jun. 2026

Na publicação, Washington deixa claro a intenção de associar seu mandato anterior às obras realizadas. No vídeo, mais uma vez, ele apresenta imagens dos feitos, reformas, construções, inaugurações e melhorias executadas na gestão. No jingle da campanha de 2020 a música “martela” exaustivamente as variações do verbo *fazer*, criando a sensação de um maquinário que não para. Desta forma, não presenciamos uma campanha pede votos baseada em ideologias partidárias, mas na ação pura. Ao cantar que “Washington fez, Washington faz” e “vai fazer muito mais” percebemos a ilustração da imagem do "trator" que empurra a cidade

para frente, e o jingle decreta que “Caxias nunca mais parou”. Ao fazer esta manobra, Reis transforma o "fazer" em símbolo de sua gestão, uma vez que ele substitui a política pelo mero gerenciamento de obras. Quando o narrador lista obras físicas imensas e exalta a velocidade: “quem está dizendo isso é o mesmo Prefeito que fez o mais moderno Hospital da Baixada em tempo recorde, abriu 20 creches e reformou mais de 70 escolas”. Nos jingles, essa materialidade é cantada como troféu: “Maternidade ele fez, Hospital do Olho chegou”.

O que se percebe com essa estratégia política mantida por Washington na gestão, conforme diagnosticado nos dados e na análise qualitativa digital, é que o “prefeito trator” não é apresentado como um tecnocrata frio e trancado no gabinete, mas como o mediador local que resolve os problemas porque vive a mesma realidade do eleitor. Os jingles o definem como um homem de “sabedoria e pé no chão”. O programa eleitoral enfatiza que “Washington é gente como a gente, Washington conhece os problemas de perto” e mostra que ele vive na Rua Hernan Pinheiro, número 15, justificando que é 'andando e ouvindo as pessoas que a gente aprende a ser prefeito', ou seja, aprende a fazer.

A eficiência da estratégia confirmou-se com o sucesso eleitoral obtido no pleito de 2020, como analisado no Capítulo 2. Com isso, Washington e sua família preservaram o lema de 'fazer' obras ao longo de suas gestões, perpetuando a figura do político-mediador (Kuschnir, 2005) e consolidando-se como produtores de benefícios concentrados em um território dominado (Magdaleno, 2008). As imagens a seguir documentam a permanência dessa estratégia.

Imagem 18 – Postagem de Inauguração de espaço de lazer em Xerém



Fonte: wreis_oficial. Acesso 10 jun. 2026

Na postagem da inauguração do espaço esportivo e de lazer em Xerém, que aconteceu no ano eleitoral de 2024, Washington Reis aparece ao lado de seu irmão, Wilson Reis que então era prefeito de Duque de Caxias. Nos comentários, lê-se majoritariamente mensagens de apoio e gratidão por parte dos usuários do Instagram. Assim como Wilson, que assumiu a prefeitura quando Washington renunciou em 2024, Netinho Reis – eleito no mesmo ano - segue mantendo o legado de se conectar com o eleitor através de obras.

Imagem 19 – Postagem de Netinho Reis mostrando andamento da obra da Casa do Autista



Fonte: netinhoreismdb. Acesso em 11 jun. 2026

Da mesma forma, os outros membros da família seguem com a mesma estratégia.

Imagem 20 – Postagem de Rosenverg Reis acompanhando uma reforma no centro Municipal de saúde de Duque de Caxias



Fonte: rosenvergreis. Acesso 02 jun. 2026

Imagem 21 – Gutemberg Reis inaugurando equipamento no Hospital do Olho de Duque de Caxias



Fonte: gutembergreisoficial. Acesso 02 jun. 2026

Assim, na mesma medida que Cavalcanti e Zito fizeram anteriormente, Washington mantém o clientelismo como prática para consolidar sua hegemonia política em Duque de Caxias. O que torna sua trajetória diferente é que ele associa tal prática a outras manobras que se retroalimentam, como a arquitetura familiar e o apoio partidário, enfrentando as modificações da esfera política das últimas décadas.

O clientelismo faz parte da própria 'máquina política partidária', que se estrutura através da configuração de uma rede de contatos, com o intuito de solucionar os problemas da população e se manter no poder. A lógica é conciliar os interesses privados e os de Estado, com uma integração dos primeiros na política estatal (Silva, 2025. p. 93).

Os números eleitorais recentes que avaliamos nesta tese mostram o sucesso deste conjunto de estratégias e articulações, um sucesso que se expandiu para os membros do clã familiar e se mostra consolidado nas últimas eleições. Neste sentido, as obras funcionaram como o motor desta engenharia, calibrando a interação de Reis com o eleitorado e construindo a imagem de gestor que faz, dentro de um território historicamente carente de feitorias estatais. “É dentro desse contexto que frequentemente atua a figura do político-mediador. É comum que a população procure o político – em especial o parlamentar local – para intermediar seu contato com as diversas esferas do poder público” (Kuschnir, 2005). A autora ainda acrescenta que

Ações variadas como limpeza de bueiros e ralos (...); operação 'tapa-buraco' (...); pavimentação em asfalto (...); pintura de meio-fio (...); são alguns dos exemplos das ações parlamentares que se caracterizam no atendimento de pedidos de caráter concentrado e exclusivista, quase pessoal, sendo provenientes de suas bases eleitorais e exigem dos parlamentares a rapidez e perspicácia para driblar a burocracia administrativa (Rodolfo, 2015. p. 132).

Iniciando sua vida como vereador, Washington levou essa prática para outros cargos legislativos, transformando tais ações num canal de manutenção de comunicação com sua base de Xerém e expandindo-a para a outros bairros e distritos quando alcançou o executivo pela segunda vez, promovendo fortemente benefícios concentrados. “No caso brasileiro, as instituições públicas criam incentivos que estimulam os políticos a maximizar seus ganhos pessoais e a se concentrar em cavar projetos de obras públicas para eleitorados localizados ou para seus próprios patrocinadores políticos” (Magdaleno, 2008. p. 103). Reis conseguiu aliançar estes atores e se consolidou politicamente, superando opositores tradicionais, derrotas eleitorais e escândalos de corrupção, aumentando o apoio nas urnas e se cristalizando como referência política não apenas em Duque de Caxias como na Baixada e no estado do Rio de Janeiro.

3.3 O “Gestor Cristão”

A análise qualitativa realizada nos permitiu ainda verificar com mais clareza outro movimento crucial de Reis em sua trajetória política, a utilização da figura do gestor cristão¹⁵. Este movimento permitiu que ele enfrentasse com sucesso a movimentação eleitoral brasileira para um aspecto mais conservador e evangélico. Segundo Coutinho *et al* (2025), o crescimento numérico de evangélicos no Brasil está reconfigurando a política nacional, uma vez que há uma relação direta e robusta entre a densidade de igrejas evangélicas e a queda de votos em candidatos da esquerda, como o Partido dos Trabalhadores (PT). Acompanhando um processo brasileiro, a baixada também teve um crescimento vertiginoso de igrejas evangélicas, que frequentemente substituem o Estado na assistência social. Nesta esteira, Washington apostou numa estratégia que conciliou a nova tendência eleitoral para votos na centro-direita sem arriscar perder votos como discurso extremista.

A postura dele se caracteriza pelo que Gonçalves, Paolino e Gouveia (2025) chamam de “familista” um discurso que associa estabilidade familiar e ao empreendedorismo como fontes da superação da pobreza. Desta forma, Reis se efetiva como figura cristã, lança mão do apoio crescente público conservador mas não se isola de outras plataformas eleitorais importantes. Para Rodolfo (2015) o “familismo” faz parte da prática política na Baixada Fluminense e abrange também a dinâmica política de redutos da Baixada Fluminense – ele utiliza Nilópolis como exemplo -, onde a suposta “renovação” política se dá apenas pela troca de nomes dentro da mesma família, o que consagra a perpetuação do poder nas mãos das mesmas oligarquias. Como vimos, a trajetória de Washington entrelaça as estratégias e forma um ciclo no qual uma rede de sustentação se apoia em outra. Neste caso, a ligação religiosa é compartilhada pela família Reis, que se beneficia com o sucesso da consolidação do líder.

Imagem 22 - Postagem religiosa de Rosenverg Reis

¹⁵ Conceito criado neste trabalho para analisar a união entre características ressaltadas pelo próprio Washington Reis, como empreendedor, confiável, fiel e temente a deus.



Fonte: rosenvergreis. Acesso 02 jun. 2026

A postagem não possui qualquer intenção política, apenas dá destaque para uma referência bíblica e no texto o deputado cita frases motivacionais, como “não importa o tamanho dos desafios que se levantam”. Segundo Coutinho *et al.* (2025) tal recurso se fundamenta na teoria da prosperidade e através dela o evangélico é levado a acreditar no esforço individual e na bênção material como resultado da fé inabalável. Politicamente, figuras como Washington – e consequentemente seus familiares – unem tal discurso a sua trajetória pessoal de superação, cristalizando a figura de gestor cristão para justificar o seu sucesso administrativo e político. Na entrevista ao jornalista Francisco Barbosa, ao ser questionado sobre qual seria a “receita” para dar tão certo na política, ele responde fundindo a moral religiosa com a prática de gestão e afirma que “Eu acho que é o seguinte: primeiro o homem tem que ser cristão (...) o cristão não tem que mentir nada né, falar a verdade é um negócio muito bacana e a gente consegue traduzir a verdade por temor a Deus” (Reis, 2022). Na mesma entrevista, a gestão pública é descrita não como uma carreira burocrática, mas como um desígnio divino. Segundo ele, a carreira política é um “destino né, papai do céu que ilumina nossa vida”, definindo seu cargo como um “sacerdócio” e uma “missão” (Reis, 2022).

Vale ressaltar que Washington não foi a única figura política que se beneficiou desta clivagem eleitoral no cenário brasileiro. Jair Bolsonaro – como também seus familiares – soube concatenar a figura de líder familiar, figura política e missionário da fé no âmbito nacional, sendo eleito presidente do Brasil em 2018 levantando fortemente estas mesmas bandeiras. Desta forma, a aliança política entre os clãs não se trata de mera coincidência. A relação entre os líderes de cada seio familiar se estende ao longo dos anos e superou divergências externas.

Imagem 23 – Postagem da Prefeitura de Duque de Caxias mostrando o encontro entre o prefeito Washington Reis e o presidente Jair Bolsonaro

PRESIDENTE JAIR BOLSONARO E PREFEITO WASHINGTON REIS APROVAM PROJETOS IMPORTANTES PARA DUQUE DE CAXIAS

GOVERNO 03/06/2019 21:33



Nesta segunda-feira (03/06), o presidente Jair Bolsonaro recebeu o prefeito de Duque de Caxias, Washington Reis, para uma reunião em Brasília. Em pauta, foram discutidas iniciativas fundamentais e pioneiras para o município. Destaque para a desfavelização de três das maiores e principais comunidades da cidade, as favelas do Lixão (Parque Vila Nova), Vila Ideal e Mangueirinha (Centenário), que darão lugar a um novo projeto de habitação, com moradias dignas e a garantia do acesso aos serviços

públicos essenciais, e a descontaminação da região da Cidade dos Meninos com a implantação de um importante programa de desenvolvimento no futuro.

Fonte: Portal da Prefeitura de Duque de Caxias (2019)

No ano anterior a este encontro a prefeitura de Duque de Caxias inaugurou um colégio que recebeu o nome do pai do então presidente, Percy Geraldo Bolsonaro, em Jardim Gramacho.

Imagem 24 – Postagem da Prefeitura sobre a inauguração do colégio da PMRJ



Fonte: Prefeitura de Duque de Caxias. Acesso 11 jun. 2026

Segundo Coutinho *et al* (2025), existe uma vinculação entre os cenários eleitorais municipais e nacionais, exemplificada pela relação entre a família Reis e Bolsonaro. As autoras afirmam que, diferente do que pode supor o senso comum, as eleições municipais não são desvinculadas das nacionais. Seu estudo mostra, neste sentido, que o giro à direita nos municípios – como o domínio do MDB e do PL e centro-direita em prefeituras e câmaras – antecipa o comportamento nacional. O que mostra que ambas as famílias se beneficiam do apoio mútuo.

O vínculo entre as famílias se manteve até quando o MDB se colocou na coligação que apoiava a candidatura de Lula na campanha presidencial de 2022, neste momento o clã Reis manifestou divergência e apoiou a reeleição do candidato aliançado ao núcleo evangélico nacional.

Imagem 25 – Postagem da família Reis manifestando dissidência com o MDB



Fonte: wreis_oficial. Acesso 11 jun. 2026

Torna-se nítido como o componente religioso se tornou um balizador para as alianças de Washington, que em algumas ocasiões se tornam muito particulares, se desconectando da corrente ideológica do partido e se firmando no próprio cimento ideológico dos Reis. Uma outra demonstração disso, foi a ruptura com a candidatura ao governo do Rio de Janeiro na eleição de 2026 à candidatura de Claudio Castro – bolsonarista e membro do PL - para realizar a coligação com Eduardo Paes – historicamente apoiado por Lula. Como citado anteriormente, Washington se tornou inelegível, nomeando sua irmã Jane Reis para formar a chapa com Paes no pleito de 2026. Jane surge como uma figura que também simboliza a imbricação do político com o religioso. Casada com o pastor Rafael Corato, Jane se declara primeiramente como cristã no seu perfil digital no Instagram – como visto na imagem X – e atua na liderança ministerial da igreja Assembleia de Deus de Duque de Caxias. Segundo Maia (2026), no discurso do evento que selou seu nome na candidatura, Jane abriu a fala afirmando que, “como evangélica, sempre colocará Deus em primeiro lugar”.

Imagem 26 – Série de imagens iniciais do perfil de Jane Reis no Instagram



Fonte: janereis_oficial. Acesso 02 jun. 2026

O próprio Washington também realiza diversas postagens religiosas unindo as premissas do eleitorado evangélico/cristão.

Imagem 27 – postagem de Washington Reis no culto da Igreja Assembleia de Deus de Madureira



Fonte: wreis_oficial. Acesso 11 jun. 2026

Tanto Jane quanto Washington são membros da Assembleia de Deus e, portanto, fazem parte dos evangélicos pentecostais, grupo caracterizado pela forte carga emocional, manifestações do Espírito Santo – que inclui falar em línguas – e santidade pessoal.

Imagem 28 – Postagem de Washington Reis com frase bíblica



Fonte: wreis_oficial. Acesso 11 jun. 2026

Seu vínculo com o cristianismo também foi explorado no *jingle* da campanha de 2020, no qual se canta: “a bênção de Deus e a força do povo me disse: é Washington, faz de novo”. O seu movimento voltado para o eleitorado cristão não pode ser considerado puramente ideológico; Gonçalves, Paolino e Gouveia (2024) comprovam que o discurso familista de Reis é essencialmente pragmático. Isso ocorre porque, dentro dessa premissa, a figura do homem 'temente a Deus' — que não mente, é um trabalhador incansável e um gestor honesto — torna-se blindada, para certa parte do eleitorado, contra denúncias de corrupção.

Em resumo, a análise nos mostra como o discurso de Washington exemplificado pela postagem acima consegue reunir a moral religiosa, a confiabilidade de líder familiar, o sucesso pessoal e a eficiência da gestão das obras, caracterizando o gestor cristão. Ele se equilibra ora na base familiar, ora na base partidária, outra na base cristã e se sustenta, assim, na vida pública alcançando sucesso eleitoral que o projeta na esfera política para além de Duque de Caxias.

3.4 A Lógica Hegemônica: O Nome “Reis” e o Significante Vazio

A análise realizada neste capítulo nos permite perceber que o mandato de 2017 a 2020 se tornou essencial para a consolidação de Reis como figura hegemônica em Duque de Caxias. Esse período, em especial, mas também sua trajetória de três décadas na vida pública, permitiu que ele se situasse em um cenário político nacional e local que sofreu profundas alterações. Por meio das estratégias aqui mapeadas, ele pôde alcançar o espaço que hoje possui. Em outras

palavras, Washington precisou realizar articulações e estabelecer estratégias para superar as dificuldades e aproveitar as oportunidades. Nesse sentido, a concatenação entre as bases de apoio que ele articulou teve, sem dúvida, como motor o volumoso número de obras que ele viabilizou. Essa estratégia serviu para impulsionar suas alianças partidárias, familiares e religiosas, que, juntas, estruturam a longevidade da hegemonia da família Reis no território caxiense e fluminense.

A compreensão desta trajetória passa necessariamente pela forma como ele manipulou seu discurso a fim de usar positivamente os cenários que lhe foram impostos ou criar os próprios espaços políticos. Neste sentido, Laclau e Mouffe (2015) explicam que o discurso não se reduz à linguagem escrita ou falada. Trata-se de uma totalidade estruturada resultante de uma prática articulatória que engloba elementos linguísticos, práticos e materiais. Assim, a articulação que aqui buscamos sondar se caracteriza como “qualquer prática que estabelece uma relação entre elementos de tal modo que a sua identidade seja modificada como um resultado da prática articulatória” (Laclau; Mouffe, 2015, p. 89). Ao unir família e partido e assumir o discurso empreendedor e religioso, Reis consegue transpor as derrotas eleitorais e crises por denúncias de corrupção ampliando e mantendo sua força política.

O território no qual ele estabelece sua hegemonia possui fundamental importância, uma vez que a formação histórica da Baixada Fluminense criou um espaço no qual a violência e o terror foram fagocitados pelo poder local e, posteriormente, pelas esferas estadual e federal de governo (Alves, 2003). Duque de Caxias possui em seu histórico a impunidade não como falha no sistema, mas como uma estratégia bem-sucedida de dominação, controle social e perpetuação de grupos políticos e econômicos, que conseguiram lotear a Câmara de Vereadores e a prefeitura na defesa de interesses privados. Alves (2003) nos aponta, nesse sentido, a importância histórica da forma desordenada por meio da qual os loteamentos se estabeleceram no município. Essa falta de infraestrutura fez surgir uma massa dependente de serviços básicos, formando uma fratura social (Laclau; Mouffe, 2015) que permitiu que Reis se consolidasse ali como significante vazio. Na formulação original da teoria do discurso de Laclau e Mouffe (2015), o mecanismo que posteriormente ficaria consagrado na obra laclauniana como "significante vazio" é estruturado a partir da categoria de "ponto nodal".

A categoria *point de capiton* (ponto nodal) ou significante-mestre, implica a noção de um elemento particular assumindo uma função estruturadora 'universal' dentro de um certo campo discursivo — na verdade, qualquer

organização que este campo venha a ter é apenas o resultado daquela função —, sem que a particularidade do elemento *per se* determine tal função (Laclau; Mouffe, 2015, p. 38).

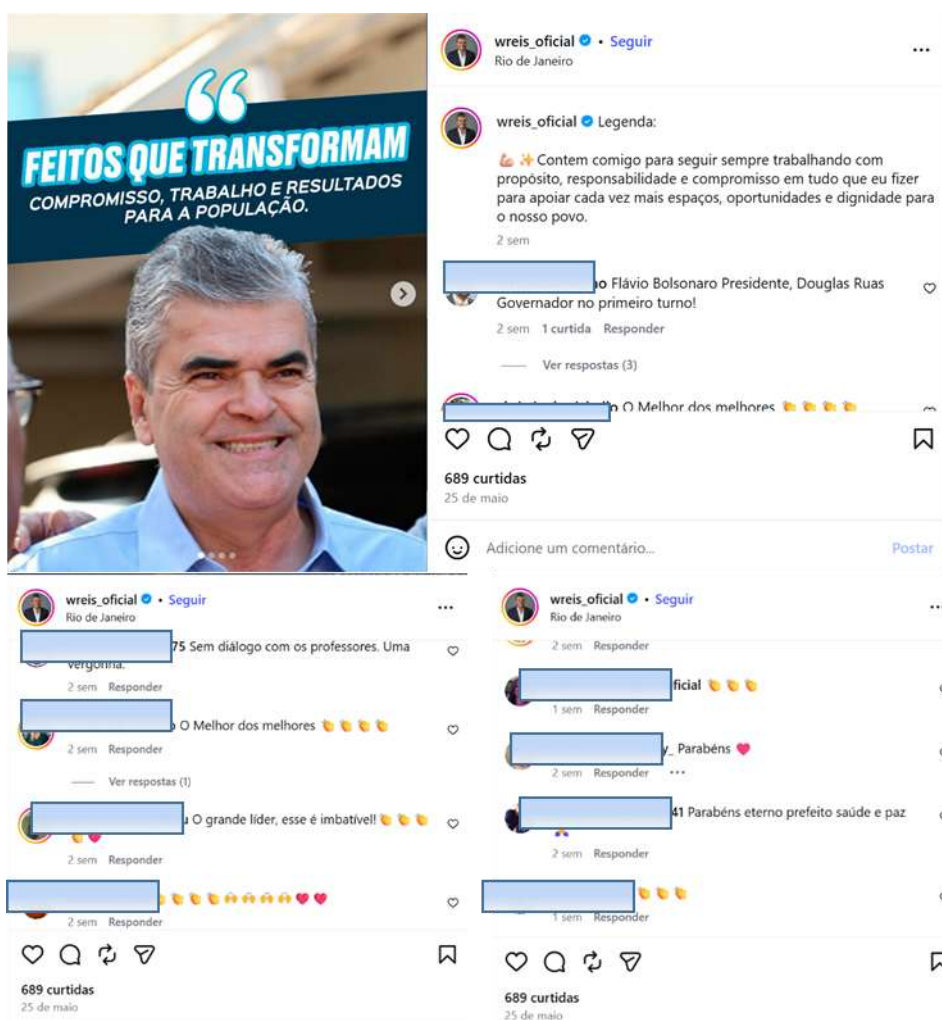
Segundo os autores, a constituição de uma hegemonia requer que um “elemento particular assuma uma função estruturadora universal dentro de um certo campo discursivo” (Laclau; Mouffe, 2015, p. 38). Em Duque de Caxias, a figura de Washington Reis assume exatamente essa condição. Diante de uma série de demandas sociais e territoriais desarticuladas — tratadas na teoria como “significantes flutuantes” (Laclau; Mouffe, 2015, p. 188) —, o político esvazia as suas particularidades ideológicas estritas para se tornar o princípio organizador do campo político local. O “prefeito trator” e o “gestor cristão” fundem-se, assim, em um significante estruturador que fixa parcialmente o sentido da ordem política, transformando a ação e o nome do líder em um receptáculo no qual os eleitores depositam suas mais variadas expectativas de cidadania.

Segundo Mendonça (2007) a noção de significante vazio consiste na união de muitos significados em um único discurso, de forma que tal discurso perde seu sentido específico justamente pelo excesso de significações incorporadas. Desta forma, “o resultado do desejo coletivo encontrará seu ponto ancorador no nível do imaginário social e o centro do imaginário social é o que nós chamamos de significantes vazios” (Laclau et al., 2000, p. 210 *apud* Mendonça, 2007).

Assim, o discurso construído por Reis na sua trajetória não pode ser analisado apenas como “retórica”, mas sim como uma prática que constitui os interesses da massa e consegue transformar o político local no mediador capaz de conferir sentido de pertencimento e cidadania – ainda que regulada. Mesmo não sendo a primeira figura a percorrer tal mediação, Reis lança mão de novas ferramentas para atualizar essa prática. Kuschnir (2005) afirma que nas metrópoles e suas periferias existe um “mapa de prestígio” com níveis diferentes de acesso aos recursos. Nestes espaços a população desassistida precisa de alguém para intermediar suas demandas com o poder público, surgindo assim a figura do político mediador. Ao personalizar em si a figura do gestor que realiza as obras que, por sua vez, suprem as demandas populares, Washington materializa tal mediação.

A eficiência da mediação produzida por Reis pode ser mapeada tanto pelo sucesso de seus familiares e do partido no território caxiense quanto pelo prestígio que ele alcançou com o eleitorado – traduzido nos números das urnas – e com a população de forma geral.

Imagem 28 – Postagem de Washington Reis ressaltando seu trabalho



Fonte: wreis_oficial. Acesso 12 jun. 2026

Na postagem, Reis utiliza termos como “propósito, responsabilidade e compromisso” para se referir à eficiência de seu trabalho e conclui que tal feito gera “dignidade para o povo”. As manifestações de apoio e admiração demonstradas nos comentários ratificam o sucesso deste discurso alcançado com as obras contínuas desde sua eleição em 2016. Frases como “o melhor dos melhores”, “grande líder imbatível” e “eterno prefeito” materializam a eficácia de sua mediação. Santos (2019) argumenta, neste sentido, que ao estabelecer meios para atingir o capital político no Rio de Janeiro se faz imprescindível unir espaço e poder, formando assim a territorialização, uma vez que sem controle do território não existe poder.

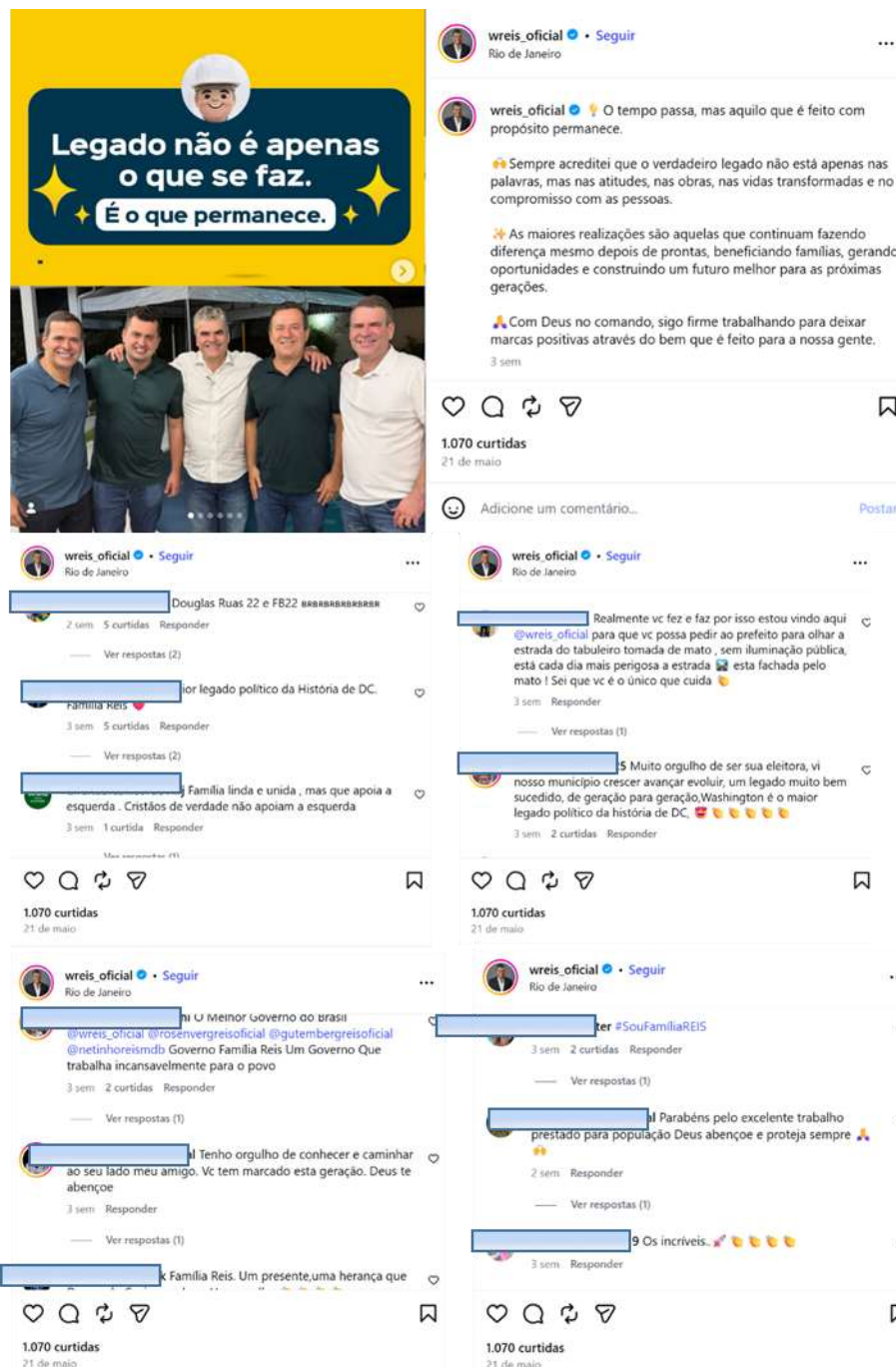
De forma complementar, Magdaleno (2008) aponta que o espaço não é um mero palco passivo, mas que atua como condicionante e modelador das escolhas políticas, ou seja, o território é um agente estruturante. Assim, a territorialidade da política se trata de um conjunto

de estratégias exercidas pelo representante para controlar áreas, pessoas e recursos. Trata-se exatamente da estratégia de Washington, que transformou suas obras em forma de legitimação do seu poder. Poder esse que foi conquistado na eleição de 2016 e, devido à gestão do *fazer*, foi ampliando e consolidando nas eleições seguintes. Neste sentido, as obras são os benefícios concentrados que permitem que o território caxiense seja dominado pelo clã Reis.

No entanto, Almada e Pereira (2022) apontam que a noção do espaço político sofre forte alteração no cenário nacional desde as eleições de 2016, quando o fenômeno da plataformação passou a criar novas formas de comunicação entre o político e o eleitorado, bem como nova forma de performar em busca de votos. Com isso, a estratégia de Reis precisou considerar as redes sociais como ferramenta de se estabelecer no território e, então, ele uniu as obras com a divulgação nas redes sociais. Como vimos, desde 2018 suas publicações deixam evidenciada a tentativa de criar a imagem de “prefeito trator” que ele usou na campanha eleitoral de 2020. Tal eleição constatou a eficiência da estratégia de Reis, bem como as votações que seus familiares receberam, elevando em porcentagens exorbitantes os votos recebidos nas urnas desde 2020. Rodrigues (2026) conceitua esse processo como deturpação do voto, no qual ocorre uma “permuta efêmera e clientelista” de direitos básicos e voto.

O clientelismo praticado por Reis, mesmo não sendo uma prática nova, se articula através de mecanismos atuais que pudemos perceber nessa análise qualitativa digital. A consolidação da hegemonia é nítida não só nos números de votos endereçados aos Reis, como nas manifestações observadas em postagens recentes, quando os resultados de suas estratégias podem ser percebidos.

Imagem 29 – Postagem de Reis lembrando seu legado



Fonte: wreis_oficial. Acesso 12 jun. 2026

Mantendo a estratégia, desta vez em uma única postagem, ele articula o pragmatismo das obras físicas — por meio do uso de termos como “trabalhando” e “realizações” — ao aval religioso (“Com Deus no comando”) e à moralidade (“beneficiando famílias”). O nome 'Reis' passa a condensar todos esses elementos simultaneamente, efeito que se torna empírico ao examinarmos as interações nos comentários. Manifestações como “ele fez e faz”, “o único que cuida”, “parabéns pelo excelente trabalho prestado à população”, “família linda e unida” e

“governo família Reis (...) que trabalha incansavelmente” complementam a análise do desempenho eleitoral nas urnas e comprovam a materialidade da hegemonia alcançada por Washington Reis em Duque de Caxias. Tais declarações de afeto, gratidão e apoio evidenciam, na prática, a ativação daquelas estruturas cognitivas de reconhecimento emocional anteriormente discutidas (Almada; Pereira, 2022). O discurso plataformizado de Reis opera, portanto, como o catalisador dessa identidade coletiva, aglutinando as necessidades e os sentimentos compartilhados pela população em torno de sua liderança.

Imagem 30 – Postagem de Washington Reis perto do início da Copa do Mundo associando sua imagem a um jogador



Fonte: wreis_oficial. Acesso 12 jun. 2026

Recorrendo ao esporte mais popular no Brasil, essa postagem chama a atenção dos usuários pela escolha do momento e pelas associações criadas entre o político e o jogador. Ele usa o termo “lances que não saem da memória” para simbolizar seus feitos, suas obras e como sua gestão permanece na vida da população, sendo impossível esquecer do que ele *fez*. Na imagem a articulação de Washington Reis como um signifiante vazio pode ser empiricamente

verificada em sua performance nas mídias digitais. Nas postagens analisadas, observa-se a construção de um “ponto nodal” que costura diferentes demandas do imaginário popular caxiense. Ao lado do slogan “Legado não é apenas o que se faz”, o ex-prefeito funde a imagem da máquina realizadora de obras com a moralidade religiosa, afirmando na legenda que segue “trabalhando” com “Deus no comando”.

O âmbito religioso se mostra como outra base estratégica e pragmática numa arena política fortemente clivada pela presença eleitoral dos evangélicos, como apontam Coutinho *et al.* (2025). Seguido pelos outros membros do clã, Washington mobiliza alianças que lhe garantem a base de votos orientados pelos aspectos morais e religiosos, fortemente dedicados à direita e à centro-direita no âmbito nacional. Neste mesmo sentido, a relação de apoio à família Bolsonaro se mostrou como mais uma estratégia para aproveitar as novas nuances que o cenário político volátil apresentou. Mesmo que as postagens analisadas neste tópico não mencionem o termo Bolsonaro, em um dos comentários, o usuário comenta “Flávio Bolsonaro presidente”, demonstrando como a associação entre os clãs se justifica como recurso discursivo.

Essa amplitude discursiva cria uma cadeia de equivalências tão sólida que o capital hegemônico de Washington transborda para outros membros do clã, sendo acionado para legitimar a candidatura de seu sobrinho, tratado na postagem como “o craque Netinho Reis”. E, mais uma vez, a eficácia dessa estratégia hegemônica é atestada pela própria recepção do eleitorado. Nos comentários das publicações, seguidores utilizam jargões religiosos como “Glórias a Deus” combinados a declarações de pertencimento como “#SouFamiliaREIS” e exaltações como “Meu SEMPRE PREFEITO”. Fica evidente, portanto, que a máquina digital dos Reis não opera apenas distribuindo informação, mas consolidando o nome da família como um receptáculo universal no qual os eleitores projetam seus afetos, sua fé e suas esperanças de acesso à cidadania, como “salvadores da pátria”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória hegemônica de Washington Reis e de seu grupo familiar em Duque de Caxias não se resume a um fenômeno isolado ou a um mero acidente eleitoral, configurando-se como desdobramento representativo de um longo e complexo processo de articulação sociopolítica na Baixada Fluminense. Ao longo desta tese, argumentamos que a consolidação do clã Reis opera na intersecção entre a herança histórica de uma região marcada por fraturas sociais profundas, a entrega de “benefícios concentrados” e a eficácia de uma performance discursiva e midiaticizada que concorreu para a construção de seu nome como um significante vazio apto a absorver as demandas locais. Para apreender a complexidade dessa engenharia de poder e sua resiliência, mostra-se produtivo retornar primeiramente às bases históricas e territoriais sobre as quais esse domínio se estabeleceu.

Conforme indica a análise de José Cláudio Souza Alves (2003), a hegemonia em Duque de Caxias parece ter sido secularmente estruturada sobre um território caracterizado pela escassez de políticas públicas universais, pelo crescimento urbano desordenado e por uma acentuada segregação. As origens da Baixada Fluminense remontam ao período colonial, quando a concessão de sesmarias e a instalação de engenhos de açúcar estabeleceram o domínio de senhores de terras, enquanto a Igreja, por meio das freguesias, centralizava a vida social dos habitantes. A relevância geopolítica do território cresceu com os “Caminhos do Ouro” no século XVIII e o escoamento cafeeiro no XIX. Contudo, a expansão ferroviária posterior priorizou outros eixos, acentuando o esvaziamento econômico regional e relegando a Baixada à periferia desassistida.

A transição acelerada da Baixada Fluminense para periferia urbana no século XX não trouxe infraestrutura pública equânime, favorecendo a especulação imobiliária, o abandono social e o que Armelle Enders (2015) denomina de “cubismo social”. Esse conceito descreve a coexistência contraditória e tensional entre a riqueza gerada por grandes polos industriais instalados no município — tais como a Fábrica Nacional de Motores (FNM) nos anos 1940 e a subsequente Refinaria de Duque de Caxias (REDUC) — e a extrema precariedade material, o abandono urbano e a aleatoriedade habitacional das favelas e loteamentos operários que se estabeleceram ao seu redor. Nesse cenário de profunda desigualdade, Alves (2003, p. 173) argumenta que o recurso à violência, ao medo e ao clientelismo pode ser interpretado não como mero sintoma de desordem ou de barbárie urbana, mas sim como elemento constitutivo da dinâmica de poder regional:

Ao longo de sua história, mais concretamente, no processo que resultou na sua transformação em grande periferia urbana, as relações de poder localmente estabelecidas e articuladas com os grupos dominantes nas esferas estadual e federal, sobressaíam tanto na capacidade manipulatória das demandas de uma população mantida à margem das condições mínimas de sobrevivência como no emprego da violência (Alves, 2003, p. 173).

Revela-se, em grande medida, na fratura deixada por esse Estado seletivo e permeável que a ausência de infraestrutura básica e de direitos de cidadania tendeu a não se traduzir em um completo vácuo de poder, mas sim em terreno fértil para a emergência e consolidação da figura histórica do “político-mediador” na política caxiense. Como sugere Karina Kuschnir (2005), o político-mediador atua em contextos urbanos periféricos onde o “mapa de prestígio” é desigual, sendo ele o ator dotado da capacidade de transitar, física e simbolicamente, pelas fronteiras da cidade para estabelecer pontes de comunicação entre a população desassistida e as esferas burocráticas do poder público. Em Duque de Caxias, essa mediação criativa raramente ocorreu de forma pacífica ou impessoal, tendo assumido historicamente contornos marcados pela simbiose entre assistencialismo e coerção, personificada inicialmente em lideranças de forte apelo populista.

Nessa linha, Kuschnir (2005) assinala que a mediação nas periferias exige interferência criativa do mediador, gerando novos valores e obrigações de longo prazo. O político-mediador não é mero despachante de favores, mas um tradutor que comunica as carências locais às instâncias públicas, e vice-versa. Essa mediação requer circulação ativa pelo território, conhecendo as redes de sociabilidade locais, de modo a transformar demandas por infraestrutura, saúde e assistência em um vínculo personalizado de lealdade eleitoral.

As primeiras e mais representativas materializações desse padrão de mediação em Duque de Caxias encontram-se em figuras históricas como Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque, o popular “Tenório Cavalcanti”, que entre as décadas de 1930 e 1960 personificou a transição do mandonismo tradicional dos antigos proprietários de terras para um populismo carismático de forte apelo popular. Tenório utilizava o binômio assistencialismo-violência como código de atuação política, mobilizando o “voto do tamanco” através de seu exército particular de homens armados e de sua metralhadora apelidada de “Lurdinha”. Ao confrontar a máquina centralizadora do “amaralismo” liderada por Ernani do Amaral Peixoto no estado do Rio de Janeiro, Tenório amparava seus aliados e eleitores necessitados através de obras assistenciais visíveis — como a criação da Fundação São José, que abrigou milhares de

desabrigados pelas enchentes de 1958, e o financiamento da Escola Maria Tenório — ao mesmo tempo em que exercia um controle coercitivo e estrito sobre o território.

Após a interrupção da autonomia democrática do município, caracterizada pela nomeação de prefeitos-interventores sob o estatuto de Área de Segurança Nacional entre 1968 e 1985, a redemocratização local pavimentou o surgimento de novas lideranças que herdaram e atualizaram essa tradição de mediação territorial e personalista. O exemplo mais expressivo desse período pós-ditadura reside na ascensão de José Camilo Zito dos Santos Filho, o popular “Zito”, que iniciou sua carreira legislativa em 1988 e conquistou três mandatos como prefeito (1997-2000, 2001-2004 e 2009-2012). Zito estruturou seu reduto de origem no populoso bairro de Doutor Laureano, expandindo sua influência sobre áreas contíguas através de intervenções urbanas de alta visibilidade visual, marcadas pelo que Alves (2004) conceitua como “reincorporação colorida” do espaço urbano.

Sob o governo de Zito, a máquina municipal foi amplamente mobilizada para pintar equipamentos públicos, escolas, hospitais e praças em azul e amarelo — as cores do PSDB, partido ao qual ele se filiou em 1993 —, além de estampar sua logomarca em uniformes e materiais escolares distribuídos à população periférica. Esse marketing político, associado ao clientelismo tradicional e à mediação direta com redes locais de sociabilidade, como escolas de samba e o mercado informal de entretenimento, garantiu a Zito uma expressiva lealdade popular, culminando em sua reeleição em 2000 com a marca de 82% dos votos válidos. Além disso, Zito demonstrou a força do “capital familiar” ao expandir seu clã para municípios vizinhos, elegendo seu irmão Waldir Zito (Joca) prefeito de Belford Roxo, sua esposa Narriman Zito prefeita de Magé e sua filha Andrea Zito deputada estadual e federal.

Washington Reis, ao emergir no cenário político de Duque de Caxias, não opera no vácuo, mas se apropria de forma altamente sofisticada dessa cultura política previamente consolidada. Reis não rompe com a tradição histórica do político-mediador; pelo contrário, ele a herda, a sofisticada e a plataformiza para os novos arranjos institucionais do século XXI. Ele substitui a antiga imagem do mandonismo armado de Tenório Cavalcanti e transcende a centralização personalista de Zito ao estruturar sua hegemonia sobre a materialidade de uma robusta “máquina de obras” (sob a estética do “prefeito trator”), a blindagem orgânica de um partido de grande capilaridade no estado do Rio de Janeiro (o MDB) e o apelo moral do discurso religioso evangélico (sob a persona do “gestor cristão”).

Essa perspectiva de apropriação territorial alinha-se de maneira produtiva às formulações de Bernardo Bispo Santos (2019) sobre a dinâmica político-eleitoral na Baixada Fluminense. Segundo Santos, a histórica negligência institucional do Estado cria as condições para que certas lideranças locais se apropriem simbolicamente do território. Nesses locais de extrema vulnerabilidade infraestrutural, o Estado tendeu a não chegar sob a forma impessoal de um direito de cidadania, mas fundiu-se na própria figura do político-mediador. Ao atuar como a única ponte de acesso a serviços públicos essenciais, o político instrumentaliza a precariedade local para se legitimar perante as classes populares como um “provedor de cidadania”, estabelecendo uma relação de dependência e lealdade pessoal que se traduz diretamente em votos nas urnas.

Washington Reis sofisticou essa mediação ao adequar o clientelismo às dinâmicas comunicacionais e tecnológicas da era da plataformização. Conforme argumentam Terra, Angeluci e Farias (2026), no atual ecossistema político-comunicacional, a visibilidade digital nas redes sociais tornou-se um importante “pressuposto de existência pública”. Sob a “lógica da influência digital”, na qual algoritmos, dados e emoções se entrelaçam para gerenciar as interações com o eleitorado, Reis utilizou o Facebook e o Instagram como a própria arena principal de irradiação de sua hegemonia. Ele plataformizou a atuação do político-mediador, transformando as vistorias técnicas, inaugurações de hospitais e pavimentações de ruas em rituais diários de campanha permanente e espetáculo visual de engajamento, provando de forma contínua que detém as chaves de acesso aos recursos orçamentários do Estado.

Essa hipervisibilidade digital cumpre com exatidão o papel que Kuschner (2005) atribui aos rituais públicos em campanhas eleitorais: o de certificar publicamente a identidade do candidato como um político eficaz e digno do exercício de um mandato. Reis converteu a rotina administrativa em conteúdo dinâmico, aproximando o eleitor de sua vida íntima. Na campanha de 2020, por exemplo, seu programa eleitoral exibiu moradores de Xerém indicando de forma informal a localização de sua residência na Rua Hernan Pinheiro, número 15, sustentando a premissa de que “para conhecer os problemas da cidade, o prefeito precisa morar nela”. Ao transformar sua casa no 4º Distrito em um atestado de autenticidade proletária e proximidade com “sua gente”, Reis logrou fundir a mediação discursiva com as carências concretas da periferia, mitigando as incertezas inerentes aos processos de disputa eleitoral.

Contudo, para que essa intrincada teia de mediação digital e simbolismo discursivo se mantivesse relativamente estável ao longo de mais de duas décadas, ela demandou sustentação sobre bases empíricas e materiais palpáveis. A análise dos dados eleitorais apresentada no

segundo capítulo desta tese sugere que a hegemonia de Washington Reis não decorre de uma popularidade contingente ou puramente carismática, refletindo, em contrapartida, uma meticulosa engenharia territorial de expansão e densificação de votos nas eleições de 2004, 2016 e 2020. O ponto de ancoragem originário de sua trajetória é o 4º Distrito (Xerém), seu reduto identitário primário, onde sua votação registrou um crescimento absoluto de 56% no período analisado, alcançando a expressiva marca de 75,03% dos votos válidos no pleito de 2020, o que atesta a blindagem e a fidelização de sua base eleitoral tradicional.

A consolidação mais expressiva de seu poderio em escala municipal ocorreu por meio do avanço sobre as áreas periféricas do 2º Distrito (Campos Elíseos), historicamente marcado por agudos deficits de infraestrutura e vitimado pelas contradições do “cubismo social” caxiense. Ao direcionar de forma estratégica o volume de investimentos e obras públicas de pavimentação, saneamento e saúde para essa região, bairros populosos como Campos Elíseos e Saracuruna registraram um crescimento de votação expressivo de 187% e 185%, respectivamente, consolidando um salto de 119% no distrito como um todo ao longo de dezesseis anos. Esse avanço periférico sugere o sucesso de um projeto focado em mapear as lacunas deixadas pelo abandono do Estado para preenchê-las de forma seletiva, convertendo carência material em zonas de dominância eleitoral estável.

Em contrapartida, essa massiva expansão de votos na periferia foi acompanhada por um nítido e contínuo decréscimo de votação nas áreas centrais e de classe média do 1º Distrito (Sede). O Jardim 25 de Agosto registrou uma queda de 36% na votação de Reis entre 2004 e 2020, ao passo que a Sede apresentou um decréscimo de 11%. Essa inversão geográfica do eixo de votação traz importantes indícios empíricos de que o domínio do clã Reis reconfigurou aspectos centrais da dinâmica política tradicional de Duque de Caxias: ao contrário de Zito, cuja base eleitoral era fortemente concentrada nas elites e na classe média do centro urbano, a hegemonia de Washington Reis estruturou-se com maior estabilidade na lealdade eleitoral das periferias desassistidas dos distritos mais vulneráveis, convertendo a carência social de asfalto, saneamento e hospitais na base matemática concreta de sua permanência no poder.

Essa estratégia de controle espacial e distribuição seletiva de recursos alinha-se ao que Fabiano Soares Magdaleno (2008) conceitua como a distribuição de “benefícios concentrados” para a produção de “territórios dominados”. Segundo Magdaleno, no estado do Rio de Janeiro, as instituições políticas criam fortes incentivos para que os representantes foquem na execução de projetos de infraestrutura de alto impacto visual em eleitorados localizados. Ao direcionar investimentos estatais e federais para áreas precarizadas, o gestor estabelece uma relação de

interdependência política e eleitoral de longo prazo com o território, convertendo a provisão da infraestrutura urbana em um recurso estratégico crucial para a reprodução de sua influência e para a manutenção de sua competitividade em pleitos eleitorais subsequentes.

Para compreender a vitalidade dessa engrenagem e o seu reflexo direto nos votos, mostra-se produtivo evitar interpretações normativas que reduzam o clientelismo a um desvio meramente moral de “compra de votos”. Apoiando-se nas formulações teóricas de Mayra Goulart da Silva (2025), o clientelismo contemporâneo deve ser compreendido como elemento constitutivo do funcionamento da própria “máquina política partidária”. Sob essa perspectiva relacional, as práticas clientelistas operam como um sistema complexo de trocas assimétricas de longo prazo, no qual os interesses privados de permanência no poder das elites se integram com a própria execução da política estatal e orçamentária do poder Executivo. Washington Reis personificou de forma exemplar essa lógica ao materializá-la na estética do “prefeito trator”: ele não distribuiu favores efêmeros ou transações bilaterais imediatas, mas mobilizou de forma sistemática a burocracia estatal e o orçamento público para entregar obras monumentais e especializadas direcionadas estrategicamente a redutos localizados, garantindo um controle territorial resiliente.

Contudo, a mera entrega de obras públicas e a materialidade do asfalto, embora fundamentais para a performance de Reis, tencionavam não ser suficientes por si sós para assegurar a estabilidade e a longevidade de seu projeto político. Para que essa engrenagem de influência resistisse a eventuais derrotas eleitorais, crises e impedimentos jurídicos severos, ela precisou se ancorar em uma estrutura institucional e moral resiliente, configurada por um robusto tripé de sustentação: a solidez partidária do MDB, a capilaridade da “*holding* familiar” consanguínea e o cimento ideológico evangélico personificado na figura do “gestor cristão”. A articulação contínua dessas três dimensões assegurou a resiliência do grupo familiar de Washington Reis perante as instabilidades do sistema político mais amplo.

No plano partidário, a filiação de Washington Reis ao MDB em 1998, logo após seu rompimento político com Zito, representou uma escolha estratégica de enraizamento institucional de longa duração. Como apontam Gonçalves, Paolino e Gouveia (2024), em sistemas federativos e multipartidários, os partidos funcionam como mediadores indispensáveis entre as elites locais e o sistema político nacional, oferecendo acesso estratégico a recursos como tempo de propaganda, fundo partidário e alianças de alto orçamento. Enquanto Zito isolou-se politicamente em partidos com pouca inserção no cenário do estado do Rio de Janeiro (como o PSDB, que enfrentava um severo esvaziamento no estado), Reis enraizou sua trajetória

na legenda de maior poder e capilaridade do Rio de Janeiro nas últimas décadas, garantindo apoio político e cargos estratégicos mesmo quando derrotado no Executivo municipal (como sua nomeação para a Subsecretaria de Obras Metropolitanas entre 2009 e 2010 e para a Secretaria de Transportes do Estado).

Paralelamente à solidez partidária, o clã Reis sofisticou o tradicional fenômeno do “familismo” na Baixada Fluminense, operando como uma verdadeira “*holding* política”. Conforme demonstram Gonçalves, Paolino e Gouveia (2024), a família Reis logrou realizar a “profissionalização da elite política local” através de uma distribuição estratégica de seus membros em cargos eletivos e de confiança em múltiplas esferas do Legislativo e do Executivo. Essa engenharia distribuiu o capital de influência e o carisma de Washington entre seus familiares: Júnior Reis foi eleito vereador por sete mandatos consecutivos desde 1997; Rosenverg Reis consolidou-se na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro com 131.308 votos em 2022; Gutemberg Reis garantiu o braço federal do grupo na Câmara dos Deputados; Netinho Reis foi eleito prefeito no primeiro turno de 2024 com 54,08% dos votos; e Jane Reis foi indicada para compor a chapa ao governo estadual nas eleições de 2026.

Essa rede consanguínea altamente articulada funciona como uma estrutura informal de substituição e proteção mútua: quando o líder Washington Reis enfrentou graves impedimentos jurídicos e condenações que o tornaram temporariamente inelegível, a máquina eleitoral e territorial do grupo continuou a operar de forma ininterrupta por meio de seus irmãos e sobrinhos. O carisma e a retórica de obras centralizados na imagem pública do líder são transmitidos e compartilhados de forma sistemática nas redes sociais, garantindo que os dividendos eleitorais do asfalto se convertam em lealdade contínua para o clã familiar, superando com sucesso as instabilidades eleitorais e os constrangimentos do ordenamento jurídico.

O fechamento e o cimento moral desse tripé hegemônico repousam na articulação estratégica com as redes evangélicas locais, personificada na persona pública do “gestor cristão”. Como demonstram Paulo Coutinho et al. (2025), o Brasil — e, de modo muito particular, a Baixada Fluminense — vem experimentando uma acelerada transição demográfica e religiosa, registrando um crescimento contínuo do segmento evangélico no eleitorado periférico. Esse grupo tende a apresentar padrões significativos de afinidade com discursos orientados por valores morais e religiosos tradicionais, bem como pelos repertórios associados à “Teologia da Prosperidade”, que correlaciona o sucesso material, a saúde e a superação de adversidades materiais à fé inabalável e à bênção de Deus. Ao se apresentar abertamente como

membro da Igreja Assembleia de Deus e como um homem “temente a Deus”, Reis buscou alinhar o pragmatismo de sua máquina de obras a essa sensibilidade cultural das periferias caxienses.

Contudo, como observam Gonçalves, Paolino e Gouveia (2024), a eficácia dessa articulação religiosa reside no fato de Reis adotar simultaneamente um discurso “familista” focado na estabilidade moral do lar, no trabalho e no empreendedorismo pessoal, evitando engajar-se em debates morais excessivamente extremistas que poderiam isolar seu grupo político de outros setores mais plurais do eleitorado. Washington Reis fundiu o pragmatismo material de suas obras com essa moralidade evangélica protetora, projetando seu êxito pessoal e administrativo como uma missão sagrada guiada pelo temor divino. Sob essa ótica, a entrega de pavimentações e complexos hospitalares — e até mesmo a construção de monumentos públicos como o “Monte Sinai” com a palavra “Jesus” escrita em letras monumentais de 15 metros de altura em Xerém — são lidos por parcelas de seus eleitores como sinais de provisão divina, conferindo uma blindagem retórica que auxilia na preservação de sua competitividade perante denúncias de corrupção.

A articulação desse tripé de sustentação hegemônica — a máquina do MDB, a capilaridade da *holding* familiar e o cimento moral evangélico — concorreu para que Washington Reis não apenas sobrevivesse eleitoralmente, mas capitalizasse estrategicamente sobre as profundas transformações contemporâneas da esfera pública. Conforme indica a análise qualitativa de performance digital realizada nesta tese, a engenharia do clã Reis encontrou no ambiente das mídias sociais o espaço ideal para articular e legitimar essas diferentes forças. Nas postagens analisadas, o pragmatismo das obras do “prefeito trator” é sistematicamente acompanhado pela moralidade do “gestor cristão” — expressa em legendas recorrentes como “Deus no comando” — e compartilhado ativamente com os demais membros do grupo familiar, estimulando um forte senso de pertencimento emocional no eleitorado periférico, simbolizado pela hashtag #SouFamiliaREIS.

No entanto, o sucesso dessa complexa engenharia de poder e sua consolidação em Duque de Caxias não podem ser satisfatoriamente explicados pela simples soma de suas partes materiais e morais. Para compreender a dinâmica de sua longevidade, mostra-se profícuo mobilizar a teoria do discurso formulada por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015), observando de que modo a figura de Washington Reis operou uma transição discursiva que a projetou como sinônimo de ordem e provisão. Na teoria do discurso, a constituição de uma hegemonia ocorre quando um discurso ou conteúdo particular assume a função de representar

uma plenitude ausente em um campo social marcado por antagonismos e fraturas. Duque de Caxias, historicamente caracterizada pelas contradições do “cubismo social” e pela crônica negligência do Estado em assegurar direitos básicos, configurava um cenário de acentuada carência, no qual as demandas pulverizadas da população periférica por infraestrutura, saúde e amparo encontravam-se soltas e desarticuladas no tecido social, operando como o que Laclau e Mouffe definem como “significantes flutuantes”.

Frente a essa profunda fratura territorial e social, Washington Reis não se apresentou como um simples gestor burocrático, estruturando um projeto de articulação hegemônica focado em unificar e organizar essa multiplicidade de carências dispersas. O mecanismo central que viabilizou essa absorção discursiva foi a estruturação de uma extensa “cadeia de equivalências” nas redes sociais. Reis buscou conectar as demandas materiais de asfalto e saúde com as demandas de estabilidade moral e religiosa das famílias periféricas. Ao associar a estética realizadora do “prefeito trator” à imagem moral do “gestor cristão” e do líder familiar protetor, o discurso hegemônico de Reis tendeu a universalizar seus conteúdos: demandas distintas, como a reivindicação por pavimentação de ruas ou o desejo pelo reconhecimento público da fé religiosa, foram equalizadas em torno de sua imagem de provedor comum e em oposição à percepção de abandono estatal.

Sob essa dinâmica articulatória, a figura de Washington Reis elevou-se à condição analítica de um “ponto nodal” (*point de capiton*), desempenhando um papel estruturador universal que fixa parcialmente o sentido da ordem política e da cidadania no município. Reis deixou de representar apenas os interesses localizados de seu reduto eleitoral originário em Xerém para universalizar seus conteúdos em escala municipal, tornando-se o grande princípio organizador da discursividade política em Duque de Caxias. Contudo, o sucesso extremo dessa universalização discursiva ilustra o que a teoria do discurso define como o ápice do domínio hegemônico: a transição do líder para a condição de um “significante vazio”.

Segundo Daniel de Mendonça (2007), apoiado na obra teórica de Ernesto Laclau, o significante vazio surge precisamente da confluência de múltiplos e heterogêneos significados em um mesmo discurso, de tal forma que este tende a perder seu sentido particular e ideológico original em função do excesso de expectativas coletivas nele incorporadas. Laclau o define, paradoxalmente, como “um significante sem significado”. A representação associada à figura de Washington Reis expandiu-se e inflou-se de tal maneira para abarcar as obras faraônicas da prefeitura, a solidez institucional do MDB, os mandatos legislativos de sua família e a moralidade cristã que acabou secundarizando as clivagens partidárias clássicas e os debates

ideológicos tradicionais (esquerda versus direita) no município. O próprio sobrenome familiar “Reis” consolidou-se como o receptáculo universal no qual os eleitores caxienses depositam suas expectativas de cidadania, ordem e proteção.

Dessa forma, sugere-se que a família Reis e seu principal líder político passaram a atuar de maneira análoga a um significante vazio em Duque de Caxias, operando como o verdadeiro “centro do imaginário social” local no qual a população periférica encontra o seu ponto de ancoragem e pertencimento. A radicalização da mediação cotidiana — executada de forma capilar por sua rede de parentesco no território, impulsionada pelos rituais de campanha permanente e pelas inaugurações de obras exaustivamente midiaticizadas nas plataformas digitais — fez com que o político tendesse a ser percebido para além de uma simples ponte instrumental entre a sociedade e o Estado. A ponte fundiu-se de forma estável à própria representação do poder público, sugerindo que o controle territorial de longo prazo na Baixada Fluminense contemporânea se apoia na capacidade discursiva e material do clã de esvaziar suas particularidades partidárias originais até que a “marca Reis” passe a simbolizar a própria provisão estatal.

A consolidação da hegemonia da Família Reis em Duque de Caxias representa, portanto, o que podemos propor conceituar como a “radicalização da mediação”. Historicamente, a figura do político-mediador atuou na Baixada Fluminense estabelecendo pontes vitais entre a população periférica e as esferas institucionais do poder. No entanto, Washington Reis realizou essa intervenção de modo a articular de forma indissociável a entrega material (o asfalto e a saúde do “prefeito trator”) ao amparo moral e simbólico (a representação religiosa e familiar do “gestor cristão”), transcendendo o papel de simples canal de intermediação de favores. Ao costurar uma cadeia de equivalências tão vasta nas mídias sociais, capaz de absorver as variadas demandas flutuantes da periferia, a figura do mediador fundiu-se ao imaginário social do município, convertendo o nome do clã no centro absoluto de referência política regional.

A importância da análise qualitativa de performance digital realizada nesta tese reside na possibilidade de demonstrar empiricamente o funcionamento diário dessa engrenagem de poder no âmbito do novo ecossistema comunicacional. Como argumenta Karina Kuschnir (2005), os rituais públicos em campanhas políticas visam certificar e legitimar a autoridade do candidato, mitigando os riscos inerentes à disputa eleitoral. O que a pesquisa de campo digital revelou foi que Washington Reis e seu clã utilizaram a plataformização das redes sociais para converter sua gestão administrativa em uma dinâmica de “campanha permanente”, transformando as inaugurações e as mensagens de fé em rituais contínuos de legitimação de sua

hegemonia. A hipervisibilidade construída nas redes não apenas veiculou informações, mas estimulou uma identidade coletiva de identificação emocional, atestada nos comentários com demonstrações de pertença e na hashtag #SouFamiliaREIS. Sinaliza-se, assim, que a resiliência do domínio do grupo Reis se sustenta por sua capacidade de atualizar as práticas do clientelismo tradicional com as ferramentas de mediação do século XXI, radicalizando a mediação política até que o próprio nome da família venha a se associar, no imaginário caxiense, à totalidade da presença do Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Mauricio de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. RJ. IPLAN. Jorge Zahar, 1988.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; CARNEIRO, Leandro Piquet. **Liderança local, democracia e políticas públicas no Brasil**. Revista de Sociologia e Política, USP, 2002.

ALMADA, Pablo Emanuel Romero; PEREIRA, Natasha Bachini. **Redes, Mídias Sociais e Discurso: Uma Análise Bibliométrica dos Estudos Brasileiros do Campo entre 2010-2021**. Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 27, n. 2, 2022.

ALMEIDA, Leandro Rosetti de. **A nostalgia da ordem: Cultura histórica, memória e ditadura em Duque de Caxias (RJ)**. 2023. 301 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. **O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe**. Lua Nova, São Paulo, n. 80, p. 71-96, 2010.

ALVES, José Cláudio Souza. **Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: Consequência, 2003.

AMARO, Tania. **Encontro com a história da cidade: relações de poder na dinâmica política de Duque de Caxias (1943-1985)**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 30, n. 30, p. 125-152, 2023.

ANDRADE, Luciana. **“Até as mulheres pegaram em armas”: uma análise a respeito das mulheres presentes nas disputas agrárias em Pedra Lisa, Magé e Xerém entre 1948 e 1964**. 2018. 126 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018.

ARNAUD, Rafaela Rocha. **Clientelismo nas relações políticas municipais e a efetivação dos direitos humanos**. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 7, n. 4, p. 36495-36508, abr. 2021.

BEZERRA, Nielson Rosa; SOUZA, **Marlucia Santos de**; CORDEIRO, Jeanne. **Os caminhos do ouro na Baixada Fluminense**. Revista Pilares da História, Duque de Caxias, n. 7, p. 7-21, maio 2007.

BRAZ, Antonio Augusto; ALMEIDA, Tania Maria Amaro de. **De Merity a Duque de Caxias: encontro com a história da cidade**. 2. ed. Duque de Caxias, RJ: APPH-Clio, 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS. **Instituto Histórico: Prefeitos e Interventores**. Disponível em: portal oficial da CMDC.

CANTALEJO, Manoel Henrique de Souza. **O Município de Duque de Caxias e a ditadura militar: 1964 - 1985**. 2008. 183f, Dissertação (Mestrado) – UFRJ/ PPGHIS/ Programa de Pós - Graduação em História Social, Niterói, 2008.

COSTA, Isabel Jovita Rodrigues da. **Ombro a ombro: ferroviários e camponeses na luta por direitos em Cachoeiras de Macacu (1954-1964)**. 2015. 135 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

COUTINHO, Paulo; LOBO, João; SANTOS, Raphael; FINCH, Manuela. **Vai na fé! O impacto eleitoral do crescimento dos evangélicos**. Rio de Janeiro: Mar Asset Management, 16 jan. 2025.

DURAN, Pedro. **Polêmicas, vice e influência: quem é Washington Reis, alvo da PF na fraude das vacinas**. CNN Brasil, Blogs, 2022.

ENDERS, Armelle. **A história do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Gryphus Editora, 2015.

FERREIRA, Denize Ramos. **História Oral e História Pública: Os caminhos para a posse da terra na Favela Vila Operária**. Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura, v. 22, n. 2, p. 23-30, 2014.

FINGUERUT, Silvia (Org.). **Baixada Fluminense: a construção de uma história**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2015.

FOLHA ONLINE. **Especial Eleições 2004 - Apuração - Duque de Caxias (RJ) - Prefeito (1º turno)**. São Paulo, 2004.

GONÇALVES, Mônica de Moraes Lopes; PAOLINO, Tayná Lima; GOUVEIA, Giulia. **Famílias políticas e profissionalização da elite local: a consolidação da família Reis em Duque de Caxias (RJ)**. Seropédica: UFRRJ, 2024.

IBGE. 3301702 - **Duque de Caxias - RJ (Histórico)**. Disponível no site da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, 2014. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/ranking-resumido/download.html?cod=3301702> Acesso em: 02 jun. 2026.

JORNAL DO BRASIL. **Manifestação fecha a Rio Petrópolis**. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 15 set. 1993, p. 17. / SCHUBNEL, Daniela. Eleição causa briga de Miro e Garotinho. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 24 jul. 1995.

KUSCHNIR, Karina. **Antropologia da política: uma perspectiva brasileira**. Working Paper Number CBS-64-05, Centre for Brazilian Studies, University of Oxford, 2005.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios, 2015.

MACHADO, Marina Alves. **As relações de poder na memória da favela Vila Operária em Duque de Caxias no Rio de Janeiro (1964-1985)**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH, 2011.

MAGDALENO, Fabiano Soares. **A territorialidade da representação política no estado do Rio de Janeiro: uma análise dos vínculos territoriais de compromisso dos deputados fluminenses**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2008.

MANCUSO, Wagner Pralon; HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; CAMARGO, Neilor Fermino. **Empresários e financiamento de campanhas na eleição presidencial brasileira de 2014**. Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política, v. 25, n. 3, p. 38-64, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.4322/tp.25307>.

MAR ASSET MANAGEMENT. **Evangélicos**. Relatório/Levantamento Estatístico. Rio de Janeiro, RJ.

MENDONÇA, Daniel de. **A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira**. Ciências Sociais Unisinos, v. 43, n. 3, p. 249-258, 2007.

MENEZES, Palloma. **Competências como foco**. Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc., Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 587-597, mai.-ago. 2021.

MONTEIRO, Linderval Augusto. **As Justiceiras de Capivari: Dinamismo popular e cidadania em uma periferia fluminense**. História, imagem e narrativas, n. 4, p. 67-92, 2007.

NOGUEIRA, Braian de Alencar; CHAVEIRO, Eguimar Felício; ALMEIDA, Maria Geralda. **Identidade e voto: a relação entre candidato e seu território de influência**. Espaço & Geografia, Brasília, v. 22, n. 2, p. 591-608, 2019.

O DIA. **Caxias inaugura obras de infraestrutura no bairro da Taquara**. Jornal O Dia (Sua Cidade: Caxias). (Por Pedro Valentim). Disponível em: <https://odia.ig.com.br/duque-de-caxias/2019/03/5629366-caxias-inaugura-obras-de-infraestrutura-no-bairro-da-taquara.html>

Acesso em: 02 jun. 2026

O DIA. **Em último dia para inaugurações, Washington Reis entrega creche, praças, e outras obras**. Jornal O Dia (Sua Cidade: Caxias). (Por Pedro Valentim). Disponível em: <https://odia.ig.com.br/duque-de-caxias/2020/08/5970425-em-ultimo-dia-para-inauguracoes--washington-reis-entrega-creche--pracas--e-outras-obras.html>

Acesso em: 02 jun. 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS. **Plano Municipal de Educação Duque de Caxias 2015**. Secretaria Municipal de Educação, Duque de Caxias, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS. **Portal da Transparência: Obras Públicas**. Disponível em: <https://antigo.transparencia.duquedecaxias.rj.gov.br/obras-publicas.php> Acesso 09 jun. 2026.

QUINTSLR, Suyá. **A (re)produção da desigualdade ambiental na metrópole**. Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2018.

RELAÇÃO DE VOTOS POR BAIRRO. **Mapas e dados de apuração eleitoral de Duque de Caxias**. Base de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) / TRE-RJ.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Governo. Anexo 3 – **Dados Gerais do Município de Duque de Caxias**. In: Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. [S. l.], [202-?]. Disponível em: https://www.rj.gov.br/consultapublica/sites/default/files/arqGEareaMetropolitana/Apendice_3_D_de_Caxias_0.pdf. Acesso em: 20 jan. 2026.

RODOLFO, Gilberto Polastreli. **Territorialidade política na Baixada Fluminense/RJ: discutindo o sistema de representação parlamentar**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2015.

RODRIGUES, André. **Estudos sobre dinâmica político-eleitoral na Baixada Fluminense**. Anais do Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ENANPEGE).

RODRIGUES, André Luiz Teodoro. **Desenvolvimento Industrial e Mudanças Econômicas no Município de Duque de Caxias/RJ**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica, 2022.

SANTOS, Adriana Batalha dos. **Entre Praça do Pacificador e Centro Cultural Oscar Niemeyer: usos e desusos de um espaço urbano**. 2014. 166 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

SANTOS, Bernardo Bispo. **Geografia eleitoral: as articulações e relações das tramas territoriais, redes e fluxos no território fluminense**. Espaço e Economia [Online], n. 16, 2019.

SILVA, Claudio Araujo de Souza e. **O lugar de Tenório Cavalcanti na política do Rio de Janeiro: uma análise sobre o ano de 1954**. Mediações – Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 16, n. 1, p. 256-274, 2011.

SILVA, Mayra Goulart da. **Clientelismo, Elites Políticas e Trocas Assimétricas: uma Análise das Relações Políticas no Município de Duque de Caxias**. Rev. Parlamento e Sociedade, São Paulo, v. 13, n. 24, p. 91-110, jan.-jun. 2025.

SIQUEIRA, Giselle dos Santos. **Getúlio Cabral: trajetória e morte de um militante comunista em Duque de Caxias, na Guanabara e em Salvador**. 2014. 98 f. Dissertação

(Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

TERRA, Carolina Frazon; ANGELUCI, Alan César Belo; FARIAS, Marcello Tenorio de. **A lógica da influência digital: Como as redes sociais redefinem votos**. INTERCOM - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v. 49, e2026104, 2026.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (Brasil). **RJ – Votação por seção eleitoral – 2004 [recurso de conjunto de dados]**. Portal de Dados Abertos. Criado em: 27 ago. 2021; Licença Creative Commons Atribuição. Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/resultados-2004/resource/bd257331-797b-4823-bb0b-2e1567def7ac>. Acesso em: 10 fev. 2026.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Volume 1. Brasília: Editora UNB, 2009.